

Pesquisa, Extensão & Internacionalização

INTEGRAÇÃO ACADÊMICA | 2020

Arivonil dos Santos Matoski Junior
José Osório do Nascimento Neto
ORG

SAÚDE
GESTÃO
ENGENHARIAS
LICENCIATURAS
CIÊNCIAS JURÍDICAS
ECONOMIA CRIATIVA
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

YDUQS



Faculdade de Tecnologia
Estácio

Pesquisa, Extensão & Internacionalização

FATEC

**INTEGRAÇÃO ACADÊMICA
2020**

**Saúde
Gestão
Licenciaturas
Ciências Jurídicas
Tecnologia da Informação
Engenharias e Economia Criativa**

ISBN 9786599273278



9 786599 273278



CIP - Catalogação na Publicação

M433
2021

Matoski Junior, Arivonil dos Santos. (Org.); Nascimento Neto, José Osório do. (Org.). O contexto da Educação no pós-pandemia – Anais do Seminário de Pesquisa, extensão e internacionalização, 1; Regional centro sul – SEPESQ e jornada de iniciação científica, II; FATEC. Curitiba: GRD, 2021.

Organização de Arivonil Dos Santos Matoski Junior e José Osório do Nascimento Neto.

233p.; il., 23 cm

ISBN

978-65-992732-6-1 ebook PDF 2.590KB

1. Pesquisa acadêmica. 2. Educação e pesquisa. 3. seminário. 4. extensão. 5. Graduação. I. Matoski Junior (org.). II. Nascimento Neto (org.).
III. TÍTULO.

CDD 001
CDU 030

Informações bibliográficas conforme a ABNT NBR 6.023:2018
Para a obra completa:

MATOSKI JUNIOR, Arivonil dos Santos; NASCIMENTO NETO, José Osório do. (Orgs.). *O contexto da Educação no pós-pandemia: Anais do Seminário de Pesquisa, extensão e internacionalização*. (Regional centro sul – SEPESQ e jornada de iniciação científica Estácio e FATEC). Curitiba: GRD, 2021. 233p. ISBN 978-65-992732-7-8 Fatec e-book
DOI: 10.6084/m9.figshare.14045264

ACESSE

<https://linktr.ee/pesquisa.curitiba>

Informamos que é de inteira responsabilidade dos autores colaboradores a emissão de conceitos publicados na obra impressa ou digital e publicizada eletronicamente.



License Creative Commons
Open Access

CC BY-NC-SA. Esta licença permite que outros remixem, adaptem e desenvolvam seu trabalho de maneira não comercial, desde que creditem a você e licenciem suas novas criações sob os mesmos termos.

INTEGRAÇÕES COMUNITÁRIAS



CONEXÕES ACADÊMICAS E CONVIDADOS ESPECIAIS



SANTO
TOMÁS®

Universidad
Externado
de Colombia



ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA INSTITUCIONAL ESTÁCIO

**Eduardo Parente Menezes
DIRETOR PRESIDENTE**

**Adriano Pistore
VICE-PRESIDENTE DE ENSINO**

**Juliana Maria Matos Ferreira
DIRETORA NACIONAL DE ENSINO**

**Tamara de Souza Campos
COORDENADORA NACIONAL DE PESQUISA,
EXTENSÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO**

**Jucie de Abreu Silva
DIRETOR DE OPERAÇÕES DA REGIONAL CENTRO SUL**

**Thais de Abreu Lacerda
GERENTE ACADÊMICA DA REGIONAL CENTRO SUL**

**Alexandre Machado Frigeri
DIRETOR GERAL DE UNIDADE EM CURITIBA**

**Arivonil dos Santos Matoski Junior
GERENTE ACADÊMICO DE UNIDADE EM CURITIBA**

**José Osório do Nascimento Neto
COORDENADOR DE PESQUISA E EXTENSÃO EM CURITIBA**

I SEMINÁRIO DE EXTENSÃO E PESQUISA DA REGIONAL CENTRO SUL – SEPESQ

COMITÊ DE ORGANIZAÇÃO DA REGIONAL

Jucie Abreu da Silva
Leandro de Jesus Silvano
Marcia Aparecida Santos de Andrade Guerra
Michel de Medeiros Macêdo
Thais de Abreu Lacerda
Thatiana Ribeiro Popielsyrko Marcelino
Thiago Amorim Correa Jota

II JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA Estácio Curitiba e FATEC

COMITÊ DE ORGANIZAÇÃO LOCAL

Alexandre Machado Frigeri
Arivonil Dos Santos Matoski Junior
Claudia Juliato Araújo
Cristiane Leamari Castro
Douglas Rocha Mendes
Edlaine Claudia Tamanini
Ester Marlene Kurtz de Oliveira
Isabela Laginski Lippel
Isabelita Perdoncini Barddal
Janice Mendes da Silva
Jocely Aparecida Burda
Jose Osorio do Nascimento Neto
Lucimara Bortoleto Candiotto
Paulo Andrade Leal
Rodrigo Caxambu de Almeida
Silvio Cezar Carvalho Prizibela

EQUIPE EDITORIAL

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Machado Frigeri
Diretor de Unidade
Arivonil Dos Santos Matoski Junior
Editor Chefe
José Osório do Nascimento Neto
Editor Adjunto
Janice Mendes da Silva
Editora Adjunta

CONSELHO ESPECIAL DE PARECERISTAS

Integrantes do Comitê de Iniciação Científica
Integrantes do Comitê de Extensão
Integrantes do Comitê de Internacionalização

COMITÊ INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Cristiane Anete Neiverth
Engenharias

Cristiane L. Castro Osternack
Ciências Jurídicas

Douglas Rocha Mendes
Tecnologia da Informação

Janice Mendes da Silva
Licenciaturas

Jocely Aparecida Burda
Saúde

José Osório do Nascimento Neto
Ciências Jurídicas

Lucimara Bortoleto Candiotto
Gestão

Silvio Cezar Prizibela
Economia Criativa

COMITÊ INSTITUCIONAL DE EXTENSÃO

Cristhiane Anete Neiverth
Engenharias

Douglas Rocha Mendes
Tecnologia da Informação

Isadora Tonet Assad
Gestão

Janice Mendes da Silva
Licenciaturas

José Osório do Nascimento Neto
Ciências Jurídicas

Rodrigo Fernandes Pissetti
Economia Criativa

COMITÊ INSTITUCIONAL DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Arivonil dos Santos Matoski Junior
Gerente

Claudia Juliato Araújo
Regulatório

Douglas Rocha Mendes
Coordenador de Curso

Janice Mendes da Silva
Núcleo de Apoio e Atendimento Psicopedagógico

José Osório do Nascimento Neto
Pesquisa e Extensão

Lucimara Bortoleto Candiotto
Agência Experimental

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
.....	
ESPAÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO	
COORDENAÇÃO	
Profa. Claudia Juliato Araújo Estácio Curitiba - Brasil	
Prof. José Osório do Nascimento Neto Estácio Curitiba - Brasil	
Prof. William Ivan Gallo Aponte Universidad Externado - Colombia	
.....	15
ESPAÇO DA SAÚDE	
COORDENAÇÃO	
Profa. Isabel Christina Mignoni Homem	
Profa. Fernanda Renata Lourenco Almeida Mendonça	
Profa. Jocely Aparecida Burda	
.....	31
ESPAÇO DAS LICENCIATURAS	
COORDENAÇÃO	
Profa. Isabel Christina Mignoni Homem	
Profa. Fernanda Renata Lourenco Almeida Mendonça	
.....	43
ESPAÇO DAS ENGENHARIAS E DA ECONOMIA CRIATIVA	
COORDENAÇÃO	
Prof. Henrique Marin Broocke Campos	
Prof. Valmir Moro Conque Filho	
Profa. Tamiris Costa	
.....	57
ESPAÇO DA GESTÃO	
COORDENAÇÃO	
Profa. Isabela Laginski Lippel	
Prof. Lucas Lanhoso de Paula	
Profa. Thomires Elizabeth Pauliv Badaro de Lima	
.....	69
ESPAÇO DAS CIÊNCIAS JURÍDICAS	
COORDENAÇÃO	
Profa. Barbara Dias Largura	
Profa. Cristiane Leamari Castro Osternack	
Profa. Juliana Dela Justina Oliveira	
Profa. Prof. Juliano Roberto Silva Caetano de Oliveira	
Prof. Rodrigo Caxambu de Almeida	
.....	121
ESPAÇO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
COORDENAÇÃO	
Prof. Arivonil dos Santos Matoski Junior	
.....	207

APRESENTAÇÃO

A I Jornada de Iniciação Científica da Estácio Curitiba e da FATEC ocorreu em novembro de 2019, fruto dos resultados obtidos dos Projetos participantes do Edital – ciclo 2018/2019. Na época, foram somente 04 (quatro) Projetos que se apresentaram, sendo 01 (um) do Centro das Ciências Jurídicas, com 01 (uma) Aluna; e, 03 (três) do Centro de Economia Criativa, com 05 (cinco) Alunos; totalizando 04 (quatro) docentes da casa, em apenas 02 (duas) áreas distintas e 06 (seis) discentes da graduação.

Em fevereiro de 2020, pensando a II Jornada de Iniciação Científica, as Unidades de Curitiba se programaram para um Evento científico similar ao que havia ocorrido no ano anterior, mas para o mês de setembro do corrente ano, quando, de repente, o Brasil, logo na sequência, se deparou com a pandemia da COVID-19, que já se expandia pelos demais cantos do mundo.

É fato que a COVID-19 mudou muita coisa no ambiente da Educação Universitária. E foi não apenas em relação ao formato clássico de sala de aula. Foi, também, em relação à vontade de Alunos, Professores e Instituição buscarem novas alternativas para os desafios acadêmicos que mês a mês vinham surgindo sem a confirmação de uma vacina que fosse considerada segura cientificamente e pudesse garantir o retorno da coletividade para a antiga normalidade. Sim, aqui, fazemos referência à preocupação mensal sobre a realização ou não do nosso Evento, ainda em fase de crescimento, quando, por iniciativa da nossa Regional Centro Sul, fomos convidados a fazer adesão ao I Seminário de Extensão e Pesquisa da Regional Centro Sul – SEPESQ.

Parafraseando o texto disponível no site do SEPEQS, o ano de 2020, diante de um cenário de pandemia mundial, que gerou a necessidade de migração das nossas atividades presenciais para o meio remoto, tinha de servir como oportunidade acadêmica para um processo transformacional da pesquisa e da extensão. Se antes as barreiras geográficas, tidas como o principal obstáculo desse canal de congregação acadêmica, pode-se dizer que, agora, elas se tornaram transponíveis, graças ao ferramental tecnológico desenvolvido, exatamente, para as demandas desse momento atípico, que ainda requerem o já conhecido distanciamento social.

Diante deste contexto, surgiu o desafio acadêmico de não só realizar um Evento de Pesquisa no formato remoto, mas também de Extensão social, congregando um número significativo de pessoas entre os 26 *campi*, pertencentes as marcas Estácio, Faculdade Damásio, Unimetrocamp e Unitoledo.

De forma destemida, Estácio Curitiba e Fatec aceitaram prontamente a proposta acadêmica e publicaram – à semelhança dos seus pares – um Edital de chamada de trabalhos no dia 25 de agosto de 2020. Sim, as regras publicadas eram rígidas – e até um pouco distantes daquilo que imaginávamos em fevereiro, mas o desafio já estava posto.

Com a parceria dos nossos Coordenadores de Cursos e Núcleos Docentes Estruturantes – NDEs, começamos a divulgar amplamente os nossos Editais, com a expectativa de, pelo menos, 05 (cinco) trabalhos para cada um dos nossos 07 (sete) centros: Tecnologia da Informação, Saúde, Licenciaturas, Engenharias, Economia Criativa, Gestão e Ciências Jurídicas.

Impreterivelmente, no dia 26 de setembro, um mês após a publicação do Edital, veio a grata surpresa: tínhamos recebido 51 (cinquenta e um) trabalhos, sendo 04 (quatro) internacionais; 04 (quatro) do Centro de Tecnologia da Informação; 02 (dois) da Saúde; 03 (três) das Licenciaturas; 03 (três) das Engenharias; 02 (dois) da Economia Criativa; 11 (onze) da Gestão; e, 22 (vinte e dois) das Ciências Jurídica. Ou seja, o número foi multiplicado por 12,5 em relação ao ano anterior. E o melhor: notamos a participação não

apenas de alunos/ professores internos, vinculados à Iniciação Científica, mas também trabalhos de outros docentes e discentes da graduação, da pós-graduação, egressos e estrangeiros!

Aqui, o desafio, que já era bem significativo, aumentou ainda mais, pois sabíamos que a recepção teria que se à altura, tamanha confiança acadêmica depositada na chamada que fizemos para toda a nossa comunidade acadêmica. Foi diante deste cenário que, semana a semana, com colaboração mútua e incansável entre Direção de Unidade, Gerencia Acadêmica, Coordenação de Pesquisa e Extensão, Comitê de Internacionalização, Coordenadores de Cursos, NDEs e demais responsáveis por todas as áreas de nossas Unidades, começamos a compartilhar e alinhar tudo que fosse significativo – formal e materialmente –, para que o Evento ocorresse da melhor forma possível para todos os envolvidos. Afinal, ele tinha deixado de ser local, passou a ser regional e quando menos esperávamos, passou a ser INTERNACIONAL também.

A partir daí, convidamos, também, nossos Professores coordenadores AGÊNCIAS EXPERIMENTAIS – LPG, NAC, NAF, PROJETE + NAAP, em conjunto com NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA – NPJ. A ideia era, de fato, transformar o momento num grande evento de congregação acadêmica, não só de Pesquisa, mas também de Extensão – com relatos de projetos de responsabilidade socioambiental e ações comunitárias que já haviam sido realizadas no passado pelas nossas Unidades ao nosso entorno.

O retorno acadêmico foi pleno, contando, entre os dias 21 e 22 de outubro não só com a graduação, mas também com a Pós-graduação em Direito e em Gestão Empresarial com relatoria de casos concretos e egressos que voltaram para nos prestigiar. Sim, o formato remoto pode até não ser o mais legal, mas ele oportuniza momentos de integração como o que tivemos de forma muito bacana com os nossos convidados especiais da *Universidad de Cádiz (UCA), España; Universidad Externado, Colombia; e, Universidad Santo Tomás, Chile.*

Com a oportunidade, refletimos – todos em conjunto – sobre: (i) o papel do Professor entre a sala de aula presencial e o formato remoto; (ii) o impacto social promovido pela Pesquisa e pela Extensão no contexto do Ensino Superior; (iii) as oportunidades acadêmicas que começaram a surgir frente ao cenário da pandemia; (iv) as possibilidades de pesquisa internacional com acordos de cooperação, cursos de extensão no exterior e mobilidade acadêmica entre docentes e discentes, tudo isso somado à importância da didática e das metodologias interativas, dos direitos humanos, da sustentabilidade e da educação no contexto da pós-pandemia.

Com a participação de mais de 960 pessoas online, o resultado deste projeto integrador foi muito positivo e produtivo, razão pela qual estamos felizes e agradecidos com o esforço e comprometimento de todos. Este trabalho é fruto do empenho coletivo. Esperamos que gostem desta publicação, que será apenas a primeira de muitas outras que virão por parte das nossas Unidades de Curitiba. Boa leitura e até o próximo SEPESQ!

Curitiba/PR, 27 de outubro de 2020

Prof. José Osório do Nascimento Neto
COORDENADOR DE PESQUISA E EXTENSÃO EM CURITIBA

Prof. Arivonil dos Santos Matoski Junior
GERENTE ACADÊMICO EM CURITIBA



ESPAÇO DA INTERNACIONALIZAÇÃO

COORDENAÇÃO

Profa. Claudia Juliato Araújo
Estácio Curitiba - Brasil

Prof. José Osório do Nascimento Neto
Estácio Curitiba - Brasil

Prof. William Ivan Gallo Aponte
Universidad Externado - Colombia



COMUNICADOS CIENTÍFICOS INTERNACIONALIZAÇÃO

PANDEMIA Y VIRTUALIDAD OBLIGADA. UNA APROXIMACIÓN A LA INVESTIGACIÓN ACCIÓN ENSEÑANDO Y APRENDIENDO ECUACIONES EN UN AULA VIRTUAL DE 1º DE ESO (ENSEÑANZA SECUNDARIA OBLIGATORIA)

M^a DEL PILAR SÁNCHEZ NIEVES Ingeniera de Telecomunicación y Egresada del MAES Master de Profesorado de Secundaria en Matemáticas
UNIVERSIDAD DE CÁDIZ (UCA), ESPAÑA
JOSÉ M^a CARDEÑOSO DOMINGO
Profesor Titular de Universidad en el Área de Didáctica de la Matemática
UNIVERSIDAD DE CÁDIZ (UCA), ESPAÑA

.....19

ATITUDES PARA AS ESTATÍSTICAS DO ENSINO SECUNDÁRIO EM TEMPOS DE PANDÊMICA

ENRIQUE MANUEL PEREZ LAYNEZ Ingeniero Industrial y Egresado del MAES Master de Profesorado de Secundaria en Matemáticas
UNIVERSIDAD DE CÁDIZ (UCA), ESPAÑA
JOSÉ M^a CARDEÑOSO DOMINGO Profesor Titular de Universidad en el Área de Didáctica de la Matemática
UNIVERSIDAD DE CÁDIZ (UCA), ESPAÑA

.....23

ATITUDES EM RELAÇÃO À PROBABILIDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA
ISAÍAS LORENZO CABALLERO Matemático y Egresado del Máster Universitario Formación del profesorado de Educación Secundaria Oblig. y Bachillerato Formación profesional y Enseñanzas de idiomas

UNIVERSIDAD DE CÁDIZ (UCA), ESPAÑA
JOSÉ M.^a CARDEÑOSO DOMINGO Profesor Titular de Universidad en el Área de Didáctica de la Matemática
UNIVERSIDAD DE CÁDIZ (UCA), ESPAÑA

.....27

ANÁLISE DE CENÁRIOS COVID19 PARA O DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA EM MODELAGEM MATEMÁTICA UMA PROPOSTA INNOVADORA DE EDUCAÇÃO PARA A SUSTENIBILIDADE

ANDRÉS PÉREZ MONTILLA Master de Profesorado de Secundaria en Matemáticas Máster en Matemáticas UNIVERSIDAD DE CÁDIZ (UCA), ESPAÑA
JOSÉ M.^a CARDEÑOSO DOMINGO Profesor Titular de Universidad en el Área de Didáctica de la Matemática
UNIVERSIDAD DE CÁDIZ (UCA), ESPAÑA

.....29

**PANDEMIA Y VIRTUALIDAD OBLIGADA. UNA APROXIMACIÓN
A LA INVESTIGACIÓN ACCIÓN ENSEÑANDO Y
APRENDIENDO ECUACIONES EN UN AULA VIRTUAL
DE 1º DE ESO (ENSEÑANZA SECUNDARIA OBLIGATORIA)**

10.6084/m9.figshare.13857134

M^a DEL PILAR SÁNCHEZ NIEVES
Ingeniera de Telecomunicación y Egresada del MAES
Master de Profesorado de Secundaria en Matemáticas
UNIVERSIDAD DE CÁDIZ (UCA), ESPAÑA

JOSÉ M^a CARDEÑOSO DOMINGO
Profesor Titular de Universidad en el Área de Didáctica de la Matemática
UNIVERSIDAD DE CÁDIZ (UCA), ESPAÑA

El pasado 13 de marzo la pandemia provocada por el Covid-19 dio lugar al cese de la actividad educativa presencial en España, obligando a la comunidad educativa a acogerse a la educación virtual para garantizar el proceso de enseñanza y aprendizaje a distancia. En virtud de la excepcionalidad del contexto en la Educación Secundaria Obligatoria, la investigación desarrollada plantea discernir cómo afrontar la práctica docente desde este nuevo prisma educativo, examinando la intervención docente llevada a cabo de forma virtual. Planteándose cuestiones relacionadas con el contexto, el aula virtual; analizando los beneficios, inconvenientes y limitaciones de los recursos a utilizar; identificando matices en la evaluación virtual; y reconociendo los roles principales a asumir docente y alumnado en este contexto. Debido a la escasez de estudios previos sobre este tipo de educación en la etapa de Secundaria, y a la falta de estudios e investigaciones que contrasten la validez de las teorías de educación a distancia, dada la rápida evolución que ha presentado esta a lo largo del tiempo y más aún en la actual era digital, el docente se tendrá que apoyar en las teorías de aprendizaje clásicas y del diseño instruccional para diseñar y desarrollar su práctica educativa, considerando que la misma se lleva a cabo en el contexto de una

Enseñanza Remota de Emergencia. De este modo, se realiza una investigación cualitativa de perfil interpretativo sobre la práctica desarrollada, al hacer protagonistas a docente (investigador) y discentes (investigados), y apoyándose en la idea de producir un efecto en el propio investigador fruto de la experiencia vivida, con vistas a la mejora de la práctica docente, el estudio se enmarca dentro de la investigación acción, llevándose a cabo un ciclo de la misma, planificando la práctica docente para el aula virtual de Matemáticas de dos grupos de 1º de ESO, actuando en el aula virtual impartiendo la unidad didáctica de Ecuaciones y reflexionando sobre todo lo acontecido. Dicha experiencia pone de manifiesto las debilidades y fortalezas de esta educación virtual, que da lugar a un nuevo concepto de absentismo escolar, relacionado no sólo con la falta de recursos, sino también con el analfabetismo digital del alumnado y la falta de motivación de este. También pone de relieve las carencias en competencia digital de docentes y discentes, que además deben asumir nuevos roles. El docente asume el papel de diseñador de recursos interactivos, elaborando material didáctico digital, y el de técnico, solucionando los problemas en las comunicaciones con el alumnado. Y los discentes deben desarrollar el papel de alumno autorresponsable de su aprendizaje, asociado al carácter autoformativo de la educación a distancia. Respecto a los recursos utilizados, además de observarse una dificultad intrínseca a la hora de exponer el contenido matemático a través de medios virtuales, no se explota todo el potencial de las herramientas digitales, bien por falta de formación o de tiempo. Así, la limitación de los recursos está en el uso propio que se hace de ellos, y en las limitaciones de la formación y la práctica docente. Sobre el proceso de evaluación en la virtualidad, se debe poner en valor y tener en cuenta especialmente en este contexto la competencia digital del alumnado, la actitud que presenta frente al autoaprendizaje, así como lo que espera del propio proceso de enseñanza y aprendizaje. El docente no debe plantearse únicamente la idiosincrasia del contexto, sino la propia conceptualización de la evaluación y habrá que fomentar el carácter continuo y formativo de la evaluación integrando sus diferentes formas en el nuevo ambiente de aprendizaje. La virtualidad no modifica el cómo enseñar referido a la presencialidad, con lo cual si intentamos hacer las cosas igual podemos ahogarnos en los tiempos, una posible solución sería llevar a cabo proyectos

multidisciplinares que abarquen diferentes áreas de conocimiento. El cuándo enseñar es ¡ya!, tenemos que replantearnos nuestra práctica docente a la vez que esta tiene lugar, de ahí la importancia de investigar sobre la propia práctica, poniendo en el centro de la reflexión al alumnado y sus circunstancias, atendiendo a las necesidades surgidas en esta situación sobrevenida: socialización, interacción, motivación, acompañamiento, etc Pandemia Covid-19, educación virtual, enseñanza y aprendizaje a distancia, investigación acción, práctica docente.

ATITUDES PARA AS ESTATÍSTICAS DO ENSINO SECUNDÁRIO EM TEMPOS DE PANDÊMICA

10.6084/m9.figshare.13857206

ENRIQUE MANUEL PEREZ LAYNEZ
Ingeniero Industrial y Egresado del MAES
Master de Profesorado de Secundaria en Matemáticas
UNIVERSIDAD DE CÁDIZ (UCA), ESPAÑA

JOSÉ M^a CARDEÑOSO DOMINGO
Profesor Titular de Universidad en el Área de Didáctica de la Matemática
UNIVERSIDAD DE CÁDIZ (UCA), ESPAÑA

Temática. Enseñanza del conocimiento estocástico en la educación secundaria obligatoria y postobligatoria. Objetivo. El objetivo principal de esta investigación es analizar las actitudes hacia la estadística que presentan los estudiantes de Secundaria y Bachillerato. Este trabajo, por tanto, se enmarca dentro de esta línea de investigación y busca estudiar la situación actual de las actitudes del alumnado ya que, a diferencia de otros trabajos, no se centra en el profesorado o futuro profesorado, sino en el alumnado de Secundaria y Bachillerato. Para lo cual, dada la situación de pandemia y la imposibilidad de acceder al aula real, se trabajó vía telemática. Marco teórico. Generalmente se considera que la actitud es aquel estado que se da como respuesta a enfrentarse a determinado objeto o situación y que puede ser positivo o negativo. La actitud suele tener un comportamiento estable en el tiempo, varía de unos sujetos a otros y es fruto de procesos mentales. El constructo actitud ha sido muy estudiado en psicología social y el interés sobre este es creciente, destacando su importancia en las ciencias de la educación. Generalmente se considera que la actitud es aquel estado que se da como respuesta a enfrentarse a determinado objeto

o situación y que puede ser positivo o negativo. La medición de las actitudes hacia la estadística se lleva a cabo mediante instrumentos de medición especialmente diseñados para este propósito que son las escalas de actitudes. Por norma general, estos instrumentos han sido tipo Likert de entre 5 y 7 posibles respuestas a cada elemento o pregunta, tras una revisión de las escalas más importantes. Metodología. Se hace una investigación sobre las actitudes hacia la estadística del alumnado de bachillerato mexicano. No obstante, en este estudio se ha utilizado la escala EAEE que fue diseñada en un primer momento para medir las actitudes en el profesorado en ejercicio y en formación, de donde también proviene el instrumento que ha sido utilizado en este trabajo y otros previos con estudiantes de secundaria. Este estudio se llevó a cabo de manera online a través de la generación de un cuestionario Google con los 25 ítems de la escala, 13 preguntas sociológicas y 2 de desarrollo al final de la escala. En total fueron 87 estudiantes los que respondieron al cuestionario en el que 25 preguntas correspondieron a la escala de actitudes hacia la estadística EAEE. El coeficiente más utilizado en el análisis de fiabilidad de las escalas es el coeficiente alfa de Cronbach cuyo valor se situó en 0.837. Este valor indica una buena fiabilidad de la escala. Resultados. Por regla general los ítems muestran una valoración favorable hacia la estadística, con la excepción de cuatro de ellos que puntúan un poco por debajo de 3. Si además se considera el reparto de ítems en función de los componentes actitudinales, se observa cómo los ítems mejor valorados coinciden con los componentes cognitivo y social. Por otra parte, también se observa que los ítems peor valorados se encuentran en el componente instrumental. Si se consideran las puntuaciones totales de la escala que se obtienen de la suma de los 25 ítems, el resultado más destacable es que el 88.51% del alumnado tiene una puntuación superior a 75, es decir, una actitud favorable hacia la estadística. La media de todas estas puntuaciones es de 86.54 puntos y una desviación típica de 10.37 puntos, lo que es claramente una actitud positiva. En cuanto a las relaciones con las variables sociológicas estudiadas, se han detectado algunas posibles que haría falta comprobar en un estudio con una muestra mayor. No se ha detectado una diferencia significativa en las actitudes hacia la estadística según el sexo. Conclusiones. El estudio se realizó en un contexto sobrevenido

de no presencialidad de los centros educativos y que ha condicionado el tamaño de la muestra. Sin embargo, se han obtenido relaciones entre ciertas variables sociológicas y los resultados de la escala de actitudes hacia la estadística. Se ha comprobado que en los cursos finales de Bachillerato se obtienen actitudes más favorables. También parece haber una relación entre la preferencia de los estudios futuros y las actitudes hacia la estadística. Y, por último, hay que profundizar en la conexión entre el nivel socioeconómico del alumnado bajo o medio-bajo y una actitud muy favorable hacia la estadística.

ATITUDES EM RELAÇÃO À PROBABILIDADE EM TEMPOS DE PANDEMIA

10.6084/m9.figshare.13857260

ISAÍAS LORENZO CABALLERO

Matemático y Egresado del Máster Universitario
Formación del profesorado de Educación Secundaria Oblig. y Bachillerato
Formación profesional y Enseñanzas de idiomas
UNIVERSIDAD DE CÁDIZ (UCA), ESPAÑA

JOSÉ M.^a CARDEÑOSO DOMINGO

Profesor Titular de Universidad en el Área de Didáctica de la Matemática
UNIVERSIDAD DE CÁDIZ (UCA), ESPAÑA

La pandemia global que sufrimos desde comienzos de año ha generado un ambiente hostil en todos los ámbitos, político, sanitario, social, etc. y, particularmente, en el ámbito educativo. La naturaleza abstracta de las matemáticas ha suscitado todo tipo de sentimientos hacia ellas, predominando los negativos como el desagrado o el rechazo hacia su estudio, y la probabilidad no está exenta de dichos sentimientos. Sobre todo, al ser una de las ramas de las matemáticas que, junto a la estadística, ha sido maltratada y relegada a las últimas unidades del currículum. Todo esto junto a la no presencialidad en las aulas debido al estado de alarma impuesto en la mayoría de países, ha propiciado que no se le dé la importancia que merece, siendo, incluso, no impartida en muchos centros. Estas dificultades pueden generar en los jóvenes estudiantes una actitud aún más negativa hacia su aprendizaje. Por este motivo, se decidió realizar un estudio sobre las actitudes en estudiantes de secundaria hacia la probabilidad motivados, en gran parte, por la escasez de estudios relacionados en toda la literatura consultada. Siguiendo una metodología mixta y partiendo de diversos instrumentos de medida cuya fiabilidad ha sido probada en multitud de investigaciones hacia las matemáticas en general y la estadística en particular, se procedió a la creación de un instrumento capaz de medir estas actitudes. Tras analizar los

instrumentos de medida más utilizados, se decidió utilizar una escala tipo Likert con 20 enunciados formulados bajo el contexto de la pandemia con el fin de dar a los estudiantes una utilidad real a los conocimientos adquiridos en las aulas. Su validación se llevó a cabo a través de un juicio de expertos compuesto por docentes e investigadores en dicho campo mostrando una alta fiabilidad a través del coeficiente de concordancia alfa de Cronbach. Gracias a las tecnologías de la información presentes hoy en día y que tanta ayuda nos han brindado en estos momentos, el lanzamiento de la escala pudo llevarse a cabo mediante la plataforma Formulario de Google, aunque no fuera posible estar presentes en el momento de su cumplimentación por parte del alumnado. Los resultados arrojados por los diferentes softwares utilizados han mostrado actitudes generales positivas en relación a la totalidad de la escala y por componentes pedagógicos. En este sentido, se muestra que el componente cognitivo es el mejor valorado en contraposición del comportamental, lo que indica la baja utilidad que los jóvenes dan a la probabilidad en su vida cotidiana. Se han encontrado diferencias significativas en el género de la muestra siendo las mujeres las que mejor actitud tienen hacia este bloque a diferencia de sus compañeros varones. Asimismo, se observaron diferencias entre las variables género y la clase social a la que pertenecen los estudiantes donde las alumnas de clases altas muestran mejor actitud que aquellas pertenecientes a clases bajas. Por el contrario, los estudiantes varones de clases bajas presentan mejores actitudes hacia la probabilidad que sus homólogos de clases altas. Gracias a este estudio, se abre la puerta a futuras investigaciones en las que aplicar la escala a una muestra mayor de estudiantes que englobe tanto a estudiantes de matemáticas académicas como aplicadas con el fin de aplicar mejores técnicas metodológicas a los diferentes grupos según sus necesidades. Además, ampliar la escala con cuestiones abiertas que ayuden a entender las tendencias de pensamiento probabilístico, en consonancia con investigaciones anteriores, con las que conocer los argumentos y especificaciones de los estudiantes como excusa para analizar sus respuestas abiertas, inferir hipótesis sobre sus tendencias de pensamiento probabilístico e ideas. Palabras clave: instrumento, actitudes, probabilidad.

**ANÁLISE DE CENÁRIOS COVID19 PARA O DESENVOLVIMENTO
DA COMPETÊNCIA EM MODELAGEM MATEMÁTICA
UMA PROPOSTA INNOVADORA DE EDUCAÇÃO
PARA A SUSTENIBILIDADE**
10.6084/m9.figshare.13857263

ANDRÉS PÉREZ MONTILLA
Master de Profesorado de Secundaria en Matemáticas
Máster en Matemáticas
UNIVERSIDAD DE CÁDIZ (UCA), ESPAÑA

JOSÉ M.^a CARDEÑOSO DOMINGO
Profesor Titular de Universidad en el Área de Didáctica de la Matemática
UNIVERSIDAD DE CÁDIZ (UCA), ESPAÑA

La actual pandemia de la COVID19 ha supuesto un cambio drástico en nuestra forma de vivir y afrontar el futuro. Los confinamientos, el cierre de escuelas y la implantación de la educación a distancia han supuesto un punto de inflexión en el auge de nuevos paradigmas para la educación matemática. Creemos que la situación de incertidumbre que ha traído la pandemia hace más necesario si cabe, que los estudiantes, y futuros profesores de matemáticas atiendan a la modelización como una subcompetencia matemática escolar bastante relevante. La capacidad de inferir modelos matemáticos extraídos de la realidad socio-natural se erige en estos momentos, en una poderosa herramienta de análisis crítico, más si cabe cuando la información que ofrecen los medios de comunicación puede llegar a ser incomprensible, confusa o agotar la capacidad e intención comprensiva del ciudadano medio. Este caso constituye una visión particular de la demanda de la UNESCO con los diecisiete Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) entre los que se encuentra el cuarto, que nos atañe particularmente, al ser el objetivo de la Agenda 2030 que constituye la síntesis de las ambiciones de la educación, cuya formulación es “garantizar una educación

inclusiva, equitativa y de calidad y promover las oportunidades de aprendizaje durante toda la vida para todos” de aquí a 2030, cuestión que pretendemos afrontar con nuestra modesta aportación para una educación matemática de calidad orientada a facilitar la reflexión de los aprendices en su desarrollo de las competencias de sostenibilidad (sustentabilidad en Latinoamérica) diseñando situaciones de enseñanza enfocadas a estas finalidades curriculares para afrontar una hipotética educación de calidad más acorde con las circunstancias del siglo XXI. El presente trabajo presenta una propuesta curricular de enseñanza para el aula de matemáticas en Secundaria orientada al desarrollo de la competencia matemática “Modelar Matemáticamente” y apoyada en el uso de las nuevas tecnologías, en este caso del software Geogebra. Los objetivos que perseguimos son variados, entre ellos, desarrollar en el alumno una conciencia crítica ante la información que recibe sobre la COVID19 en distintos medios de comunicación, validar/rechazar modelos matemáticos para la evolución de epidemias, matematizar elementos de la realidad, valorar el impacto social, medioambiental y económico que desprenden los modelos matemáticos para la evolución de enfermedades y resaltar la importancia de la tecnología como herramienta para la enseñanza-aprendizaje de las matemáticas. Basándonos en el modelo SIR para epidemias, se ha elaborado una applet Geogebra y un cuestionario de tareas donde el alumno deberá analizar distintos escenarios e interactuar con los parámetros del modelo: tasa de infección, recuperación... para finalmente, extraer las principales conclusiones que derivan de la gestión de la epidemia en unas condiciones u otra. La metodología empleada será cualitativa y todavía no se disponen de conclusiones ya que la innovación se encuentra diseñada y lista para ser implementada en un futuro. Referencias. MURRAY, J.D. *Mathematical Biology I: An introduction*. Third Edition. New York, USA: Springer. 2002. Palabras clave: competencia matemática; innovación; sostenibilidad; epidemias.



**ESPAÇO DA
SAÚDE**

COORDENAÇÃO

Profa. Isabel Christina Mignoni Homem
Profa. Fernanda Renata Lourenco Almeida Mendonça
Profa. Jocely Aparecida Burda

COMUNICADOS CIENTÍFICOS SAÚDE

<p>TRANSDISCIPLINARIDADE: UMA REAL INOVAÇÃO EDUCACIONAL NECESSÁRIA AOS AVANÇOS DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM MARGARETE TEREZINHA DE ANDRADE COSTA Docente - Estácio Curitiba MARCO ANTÔNIO SEVERO FLÔRES Discente - Estácio Curitiba</p>	35
<p>SINTOMAS DE ANSIEDADE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA DURANTE PANDEMIA DE COVID-19: REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA MARJORIE RODRIGUES WANDERLEY Docente - Psicologia - IC 2020/2021 Estácio Curitiba NATHÁLIA BARBOSA ALVES Discente - Psicologia- IC 2020/2021 Estácio Curitiba</p>	39

TRANSDISCIPLINARIDADE: UMA REAL INOVAÇÃO EDUCACIONAL NECESSÁRIA AOS AVANÇOS DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

10.6084/m9.figshare.13857266

MARGARETE TEREZINHA DE ANDRADE COSTA
Docente - Estácio Curitiba

MARCO ANTÔNIO SEVERO FLÔRES
Discente - Estácio Curitiba

Não há inovação na Educação sem o pensar na articulação entre as diferentes áreas do conhecimento, essas que foram didaticamente fragmentadas, todavia sem a preocupação com a real intersecção dos saberes, relações necessárias para que os alunos usem os conhecimentos acadêmicos em sua vida real. O presente resumo tem como objetivo refletir sobre um processo concreto de ampliação na formação acadêmica com bases transdisciplinares. Ampliar a formação acadêmica, objeto deste trabalho, significa buscar dentro de uma realidade acadêmica existente construída em bases disciplinares (empírico – a realidade dada), quais são as possibilidades concretas de implantação de projetos em face das suas condições materiais. Considerando para isto, a transdisciplinaridade, que apresenta através de uma compreensão elaborada (concreto pensado), contribuições para o processo pedagógico. Mesmo tendo consciência da dificuldade de se alcançar uma efetivação da prática transdisciplinar no seio da academia, ela precisa ser permanentemente buscada, para se chegar à autêntica razão de ser da instituição escolar no sentido de preparar cidadãos e cidadãs para compreender, julgar e intervir em sua realidade, de forma responsável, justa, solidária e democrática. É necessário perceber que se é parte do funcionamento da sociedade, determinando-a e sendo determinados por ela. Porquanto a consciência somente se forma na ação transformadora, coletiva, consciente e

organizada. O saber fragmentado, dissociado da realidade não satisfaz as necessidades fundamentais dos membros ativos da sociedade. Desta forma, segundo Domingues, (2001), o dimensionamento de tempos e espaços escolares, articulando disciplinaridade e transdisciplinaridade em projetos articulados, com momentos efetivos para a qualificação de alunos, professores ou equipe de professores em serviço, produz conhecimento que articula a teoria à prática. O trabalho não disciplinar, prevendo pontes entre as diferentes áreas do saber, tornou-se um imperativo no mundo moderno. A produção e veiculação de conhecimentos relacionados à reestruturação produtiva estão atreladas a aspectos interligados: a influência das novas tecnologias e com isto, a necessidade de diálogo entre as diversas disciplinas científicas. Os meios tecnológicos estão revolucionando a difusão e o acesso ao saber de modo rápido e abrangente, ressaltando a noção de que o conhecimento se torna cada vez mais complexo. Frente a esta complexidade está a demasiada especialização do conhecimento que delimita a área de conhecimento frente às demais. A decorrência disto é a falta de visão integral das problemáticas contemporâneas. Desta forma, fazem-se necessárias abordagens educativas que possibilitem uma comunicação entre as diferentes áreas do conhecimento, e que supere a dicotomia decorrente da fragmentação da especialização. Da mesma forma a afetividade e o imaginário são fatores que contribui para a construção do conhecimento e são muitas vezes relegados neste processo. A afetividade estimula o interesse, aproxima desejos e vontades, trabalha com o prazer e a satisfação pessoal no processo denso e moroso da busca do saber. O imaginário traduz ilusões e sonhos humanos para o campo científico muitas vezes, como a própria história mostra, efetivando possibilidades. Não há como separar ser humano do conhecimento visto que um está diretamente envolvido com outro. Assim, também se dá com o erro, a afetividade e o imaginário, elementos próprios do humano e por isto pertencente também ao conhecimento. A academia deve buscar mecanismos que efetivem tais elementos em seu corpo didático e metodológico superando o paradigma positivista que busca uma visão linear, reprodutivista e limitante. A visão transdisciplinar considera o ser humano como um ente multidimensional com características biológicas, psíquicas, sociais, afetivas e racionais. Deve-se reconhecer a humanidade considerando o direito a uma vida digna e plena a todos, sua identidade, a necessidade de convívio com o outro e

a importância da diversidade existente em cada um. Através da educação ampla, com viés não somente disciplinar, é conhecida a diversidade humana e a importâncias do multiculturalismo na construção acadêmica de cada estudante. Leva-lo a compreender da vida humana, e refletir eticamente sobre a democracia, a tolerância, os sentimentos, carências e necessidades inerentes aos seres humanos. Os conhecimentos têm função de mediação entre o homem e o mundo e a educação na perspectiva social, histórica e cultural são indicadores dessas concepções. Elas refletem as ideias sobre a dimensão política da educação e a valorização da formação humana geral no processo de formação profissional. Ficou claro com este estudo que para efetivação de um processo transdisciplinar faz-se necessário a construção do trabalho em equipe, com diálogo, engajamento, participação, superações entre os envolvidos no processo. À medida que este entendimento é efetivado, percebe-se a necessidade do questionamento dos próprios objetos de trabalho, sua produção, organização e seleção, expressando-se em diversos níveis de profundidade e não desmerecendo nenhum dos esforços empenhados para sua realização. Não há uma receita para esta construção. Ela constitui um processo construído por meio de encontros e desencontros, onde se deve considerar o grupo como um todo formado por partícipes e não partícipes - “os dois polos não se reduzem um ao outro (como no idealismo ou, em contraposição, no realismo mecanicista), mas se reclamam um ao outro e se exigem em reciprocidade” (Marques, 1988) - com diferentes níveis de dedicação. A maior dificuldade na construção da visão transdisciplinar deve-se à necessidade de colocar o conhecimento a serviço da aplicação em campos inéditos de problemas suscitados pelo aumento incessante das forças produtivas.

Palavras-chave

transdisciplinaridade; trabalho; conhecimento.

Referências

DOMINGUES, Ivan (org.). Conhecimento e Transdisciplinaridade. Belo Horizonte: UFMG; IEAT, 2001.

MARQUES, Mário Osório. Conhecimento e educação. Ijuí: Unijuí, 1988.

SINTOMAS DE ANSIEDADE DA POPULAÇÃO BRASILEIRA DURANTE PANDEMIA DE COVID-19: REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

10.6084/m9.figshare.13857269

MARJORIE RODRIGUES WANDERLEY
Docente - Psicologia - IC 2020/2021
Estácio Curitiba

NATHÁLIA BARBOSA ALVES
Discente - Psicologia- IC 2020/2021
Estácio Curitiba

O Coronavírus vem de uma ampla família de vírus que causam infecções respiratórias, o Covid-19 é a doença infecciosa causada pela forma mais recente de Coronavírus descoberta, e no Brasil a transmissão comunitária do vírus foi declarada em 20 de março de 2020 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020b). Frente à Pandemia do Covid-19 que afetou o mundo em 2020, foram percebidas diversas modificações nas formas de vida em nível individual e coletivo. Essas mudanças, que ocorrem de modo súbito e forçado, podem levar à diversos impactos na saúde mental da população, em especial ao desenvolvimento de sintomas de ansiedade. Essa relação ocorre porque a ansiedade é uma reação do corpo a situações de stress, medo e incerteza (APA, 2014). Por mais que existam pesquisas sobre os sintomas de ansiedade após momentos de emergências e catástrofes (FRANCO, 2015) e em situações de pandemias anteriores (HUREMOVIĆ, 2019), não temos total conhecimento sobre todos os efeitos que podem ser causados por conta de um vírus, com quarentena e com o isolamento físico por um longo período. Entretanto, no primeiro semestre de 2020 já se iniciaram pesquisas aplicadas sobre a saúde mental em relação ao Coronavírus, no qual diz que os sintomas de ansiedade são esperados neste contexto porque as pessoas são confrontadas com as mudanças súbitas de rotina e estão preocupadas com sua própria saúde, mas os sintomas de ansiedade podem agravar

quando a situação de isolamento e quarentena envolve eventos mais dramáticos (HUREMOVIĆ, 2019). Um fator que pode agravar estes sintomas é o tempo de duração da quarentena e pandemia (DAY et al., 2013), mas algumas ações são recomendadas como forma de diminuir os impactos emocionais da quarentena como, o fornecimento de uma maior quantidade de informações à população, prover suprimentos adequados, redução do tédio, melhora na comunicação e uma maior atenção direcionada à saúde mental dos profissionais da saúde (BROOKS et al., 2020). Para o tratamento de sintomas de ansiedade existem estratégias como a meditação e controle da respiração, prática de exercícios físicos, a Psicoterapia e tratamento farmacológico. A análise desses sintomas de ansiedade pode auxiliar os profissionais de saúde quanto à flexibilização de suas práticas e orientação à população. Por conta dessa mudança de paradigmas, percebe-se a necessidade de estudo sobre a intensidade dos sintomas de ansiedade durante a Pandemia, portanto, o objetivo do presente trabalho é de realizar um levantamento da manifestação de sintomas de ansiedade durante a Pandemia de Covid-19 na população brasileira. Como metodologia usaremos o de pesquisa de Revisão Sistemática de Literatura de Artigos, que é utilizado para realizar levantamento de sintomas de ansiedade durante este período. A revisão será realizada com utilização do método PRISMA, que é método estruturado de organização de informações contidas em artigos (MOHER, 2009). A partir dos resultados, vamos construir uma estrutura teórica sobre Ansiedade e Covid-19, verificando como os profissionais de saúde mental podem adequar suas ferramentas para o período após a Pandemia e para elaboração de medidas de prevenção e intervenção à sintomas de ansiedade em futuras crises.

Referências

ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA – APA. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-V. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes metodológicas: elaboração de revisão sistemática e metanálise de ensaios clínicos randomizados/ Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. Brasília: do Ministério da Saúde, 2012.

BROOKS, S. K.; et. al. The psychological impact of quarantine and how to reduce. *The Lancet*, v. 395, p. 912-920, 2020.

DAY, H. R., et. al. Depression, anxiety, and moods of hospitalized patients under contact precautions. *Infect Control Hosp Epidemiol*, v. 34, n. 3, p. 251–258, 2013.

FRANCO, M. H. P. A intervenção psicológica em emergências: fundamentos para a prática. São Paulo: Summus, 2015.

HUREMOVIĆ, D.; et. al. *Psychiatry of Pandemics - A Mental Health Response to Infection Outbreak*, Manhasset, NY: Springer, 2019.

JOHAL, S. S. Psychosocial impacts of quarantine during disease outbreaks and interventions that may help to relieve strain. *N Z Med J*, v. 122, n. 1296, p. 47–52, 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Ministério da Saúde declara transmissão comunitária nacional. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46568-ministerio-da-saude-declara-transmissao-comunitaria-nacional>>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

MOHER, D. et al. Reprint-preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. *Physical Therapy, Alexandria*, v. 89, n. 9, p. 873-880, 2009.



**ESPAÇO DAS
LICENCIATURAS**

COORDENAÇÃO

Profa. Isabel Christina Mignoni Homem
Profa. Fernanda Renata Lourenco Almeida Mendonça

**COMUNICADOS CIENTÍFICOS
LICENCIATURAS**

A IMPORTÂNCIA DOS PROCESSOS AFETIVOS NA EDUCAÇÃO MARGARETE DE ANDRADE COSTA Docente - Pedagogia Estácio Curitiba BIANCA SIQUEIRA DOS SANTOS Discente - Pedagogia Estácio Curitiba THALIANY BOSS STIVAL Discente - Pedagogia Estácio Curitiba	47
PEDAGOGIA DA ESCUTA: O VERDADEIRO PROTAGONISMO DOS ALUNOS MARGARETE TEREZINHA DE ANDRADE COSTA Docente – Pedagogia - Estácio Curitiba ANA CAROLINE DA SILVA Discente – Pedagogia - Estácio Curitiba RENATA CRISTINA FABRI Discente – Pedagogia - Estácio Curitiba	51
STORYTELLING COMO RECURSO DE ENSINO NO CONTEXTO EDUCACIONAL PÓS PANDEMIA THAWANNE LARISSA CRUZ DA SILVA Discente – Letras - Estácio Curitiba	53

A IMPORTÂNCIA DOS PROCESSOS AFETIVOS NA EDUCAÇÃO

10.6084/m9.figshare.13857275

MARGARETE TEREZINHA DE ANDRADE COSTA

Docente - Pedagogia

Estácio Curitiba

BIANCA SIQUEIRA DOS SANTOS

Discente - Pedagogia

Estácio Curitiba

THALIANY BOSS STIVAL

Discente - Pedagogia

Estácio Curitiba

O ser humano tem o potencial de aprender e se desenvolver o tempo todo, em todas as fases da vida. Tal processo de aprendizagem provoca modificações no comportamento por meio da experimentação ou da prática. E assim, ao longo da vida, a pessoa passa por processos de análise de fatores e descobertas de leis e princípios, que deixam marcas em seu desenvolvimento, tais fatores e processos fazem com que o aprendizado se realize independentemente da área de conhecimento a que pertençam. O desenvolvimento motor está relacionado às áreas cognitiva e afetiva do comportamento humano, sendo influenciado por muitos fatores (GALLAHUE E OZMUN, 2005) A capacidade de sentir, entender e diferenciar anseios faz parte do desenvolvimento emocional e social do ser humano. Este processo é complexo e exige do indivíduo a busca de adaptação ao ambiente social. Para tal, ele deve passar por um processo de tomada de decisões, escolhas entre opções conflitantes, conciliação de conflitos, controle de impulsos, entre outros processos que terão reflexos importantes em sua formação como pessoa. Tal controle de

comportamento está relacionado ao conceito das funções executivas; estas são procedimentos multidimensionais de comando cognitivo voluntário e precisa de um alto esforço. Tal função muitas vezes vincula-se ao processo cognitivo devido à sua ligação com a regulação dos comportamentos. De acordo com Maciel (2015), as necessidades psicológicas mais frequentes relacionadas com a motivação intrínseca são a competência e a autodeterminação (ou autonomia), embora a necessidade de relacionamento afetivo e motivacional com os pares seja também um fator preponderante. Alguns estudiosos a relacionam com o comportamento social por exigir da pessoa mecanismos de comparação, condicionamento entre outros. Há separação entre os aspectos cognitivos e afetivos que estão relacionados com o tipo de problema enfrentado; depende dos meios utilizados para se alcançar o objetivo pretendido. Assim, os processos emocionais e sociais estão relacionados com avaliação, organização e intenção de alcançar algum objetivo, a fim de satisfazer o indivíduo. Alicia Fernández e Sara Pain nos dizem que para aprender são necessários dois personagens, o ensinante e o aprendiz e um vínculo que se estabelece entre ambos. (FERNÁNDEZ, 1991. p.48) Os seres humanos são sociais e suas relações com os outros ocupam significativo espaço no processo cognitivo. Isso se percebe quando se compara emoções individuais como alegria e medo às emoções coletivas, como vergonha, orgulho ou culpa. Daí a gestão das emoções acontece de acordo com o que o indivíduo considera em relação aos princípios morais da comunidade em que vive. Tal fato confirma a relação intrínseca entre os sentimentos emocionais e os sociais. Assim, é imprescindível a compreensão das emoções de cada indivíduo e dos outros, visto que a capacidade de regulação das emoções tem base nas regras sociais do espaço e momento vivido. Não há dúvidas de que o desenvolvimento emocional e cognitivo está atrelado e depende da vivência, maturidade e da fase do desenvolvimento de cada um. O desenvolvimento cognitivo dá sustentação para o comportamento emocional, social e ambiental; e as interações entre as pessoas influenciam as experiências e oportunidades de estimular o desenvolvimento humano.

Palavras-chave

afetividade, processos cognitivos, desenvolvimento humano.

Referências

FERNÁNDEZ, Alicia. A inteligência aprisionada. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silviane. Desenvolvimento humano, educação e inclusão social. 2.ed. rev. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J.C., compreendendo o Desenvolvimento Motor. Phort Editora, Terceira Edição, 2005.

PEDAGOGIA DA ESCUTA: O VERDADEIRO PROTAGONISMO DOS ALUNOS

10.6084/m9.figshare.13857281

MARGARETE TEREZINHA DE ANDRADE COSTA
Docente – Pedagogia - Estácio Curitiba

ANA CAROLINE DA SILVA
Discente – Pedagogia - Estácio Curitiba

RENATA CRISTINA FABRI
Discente – Pedagogia - Estácio Curitiba

A escola italiana Reggio Emilia localiza-se ao Norte da Itália foi considerada uma das dez melhores escolas do mundo. A característica mais significativa da escola é que as crianças são escutadas; assim tudo que elas produzem tanto em forma de pensamento, desenho, fala, habilidades é significativo e precisa ser usado como base das decisões pedagógico e conseqüentemente do fazer educacional. Ela usa a linguagem da arte, que é inerente na criança, e a pedagogia da “escuta”. Para entender melhor é interessante saber que a escola reggiana possui um caráter predominantemente democrático, como exemplo, na entrada de uma das escolas há o seguinte dizer “De qualquer lugar que você venha, você não será um estranho”, esta frase é um lembrete que todos devem ser acolhidos e respeitados dentro de suas diferenças, limitações e identidade. Refletindo assim, que a filosofia daquela instituição escolar é apoiar a diversidade, não querendo construir uma escola para um único tipo de criança. De acordo com Rinaldi (2014) a centralidade da abordagem está na relação e comunicação entre crianças e adultos. Há outro diferencial importante, a escola incorpora e intensifica os relacionamentos dos pais, professores e alunos; a união destes resulta na contribuição uns com os outros, criando com isso, um ambiente de harmonia, protagonismo, participação, pesquisa e conseqüentemente uma construção efetivamente democrática do fazer escolar.

O trabalho desenvolvido pela filosofia educativa de Reggio Emilia tem como base a coparticipação das famílias na gestão, comunidade e capacidade pública. Superando assim, o movimento assistencialista voltado para um olhar caridoso e discriminatório para a construção de uma educação de qualidade com viés cooperativo diferente dos oferecidos e coordenados, na época, pela igreja católica.

Palavras-: protagonismo estudantil, pedagogia da escuta, filosofia educativa. RINALDI, C. Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

MALAGUZZI, L. História, idéias e filosofia básica. In: EDWARDS, et al. As Cem Linguagens da Criança – A abordagem de Reggio Emília na Educação da Primeira Infância. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

STORYTELLING COMO RECURSO DE ENSINO NO CONTEXTO EDUCACIONAL PÓS PANDEMIA

10.6084/m9.figshare.13857287

THAWANNE LARISSA CRUZ DA SILVA
Discente – Letras - Estácio Curitiba

Esta pesquisa pretende analisar as mudanças que ocorreram no contexto educacional durante a pandemia, bem como, levantar indagações a respeito de como será o pós. Dentre tantas incertezas e indagações, iniciaremos refletindo sobre: quais são as tendências de recursos educacionais no período pós-pandêmico. Para tanto, tomaremos como exemplo o storytelling. Essa metodologia, segundo Pezzotti (2020) para um artigo da UOL, é uma técnica inovadora de comunicação e pode ser vista como uma das tendências educacionais pós-pandemia, uma vez que possui propriedades para manter os alunos engajados e interessados no conteúdo. De modo genérico, o storytelling é a capacidade de transmitir o conteúdo através de um enredo e narrativa envolvente, por meio de palavras, utilizando ou não recursos audiovisuais. Além disso, a técnica possui um caráter persuasivo e ajuda promover envolvimento do receptor da mensagem. Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é identificar os atributos do storytelling como recurso educacional, bem como, investigar de que forma pode ser utilizado de acordo com o ensino híbrido e a distância; analisar sua eficiência e exemplificar as formas de comunicação que ocorrem no storytelling. Silva, Versuti e Teles (2019, p. 5) apontam que essa ferramenta, pode ampliar os terrenos de elaboração, circulação, veiculação de narrativas em ambientes mais dinâmicos. Ademais, Valente (2014, p. 15) afirma que as facilidades de usos de diferentes mídias e novas atribuições, possibilitam que as pessoas sejam autoras, produtoras e disseminadoras de conhecimento. Lemke (2002) propõe esse entendimento dizendo que as narrativas digitais podem assumir basicamente dois tipos de modalidades: uma trama

linear, seguindo passos e relatos tradicionais, e os recursos hipermodalidade, em que diferentes modalidades são integradas na hipermídia. Com isso, o storytelling possuindo um caráter central narrativo, quando usado em diferentes lugares, torna-se uma possibilidade contemporânea, sobretudo, em relação à educação. Isso acontece devido à construção e produção de narrativas que se constituem num processo de produção textual, modernizando o “contar histórias”, tornando-o uma ferramenta pedagógica eficiente e motivando o aluno a participar e ser protagonista de seu conhecimento (Carvalho, 2008, p. 87). Essa pesquisa gira em torno de uma metodologia exploratória, realizada através de revisão bibliográfica e pesquisa de campo, que busca solucionar a problemática e atingir os objetivos pretendidos. No momento, os resultados disponíveis são baseados em pesquisas bibliográficas, que como visto, apresentam o storytelling como uma boa alternativa de recurso pedagógico. Na literatura internacional, por exemplo, é possível identificar trabalhos que utilizam o storytelling ou narrativas digitais na educação, como apontam Yukesel, Robin e Mcneil (2011). Portanto, embora esse recurso seja novo, muitas instituições estão apostando em sua aplicabilidade, principalmente na capacidade de motivação do aluno, e no despertar da expressão de ideias.

Palavras-chave

Storytelling; Educação; Narrativas; Pandemia.

Referências

CARVALHO, G. S. “As Histórias Digitais: Narrativas no Século XXI. O Software MovieMaker como Recurso Procedimental para a Construção de Narrações”. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008, pp. 80-87.

LEMKE, J. L. Travels in hypermodality. *Visual Communication*, v. 1, n. 3, 2002, pp; 299-325.

PEZZOTTI, Renato. Além do discurso: Pandemia fará marcas entrarem na era do “pós-propósito”. Colaboração para o UOL, São Paulo, 2020.

SILVA, Angêla N. VERSUTI, Andrea C. TELES, Lúcio F. “Entre Telas: Storytelling como Recurso Didático Pedagógico em Aulas Presenciais Conectadas”. *Investigação Qualitativa em Educação*. Brasília. 2019, pp. 1-5.

VALENTE, J. A; ALMEIDA, M. E. B. “Narrativas digitais e o estudo de contextos de aprendizagem”. *Revista Em Rede*. v. 1, n. 1, 2014. Disponível em: . Acesso em: agosto de 2014, p. 15.

YUKSEL, P., ROBIN, B.; MCNEIL, S. “Educational uses of digital storytelling all around the world”. In: KOEHLER, M.; MISHRA, P. (eds.), *Proceedings of Society for Information Technology & Teacher Education International Conference 2011*. Chesapeake, VA: AACE, 2011, p. 1264-1271.



**ESPAÇO DAS
ENGENHARIAS E DA ECONOMIA CRIATIVA**

COORDENAÇÃO

Prof. Henrique Marin Broocke Campos

Prof. Valmir Moro Conque Filho

Profa. Tamiris Costa

COMUNICADOS CIENTÍFICOS ENGENHARIAS E ECONOMIA CRIATIVA

<p>AS AULAS DE CÁLCULO E FÍSICA NO CONTEXTO DA PANDEMIA CLAUDIA L. JULIATO ARAÚJO Docente – Cálculo Estácio Curitiba CRISTHIANE ANETE NEIVERTH Docente – Física Estácio Curitiba</p>	61
<hr style="border-top: 1px dotted #000;"/>	
<p>UM LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO PARA TRAÇAR O PERFIL DOS ALUNOS DA FACULDADE ESTÁCIO DE CURITIBA – INQUIETAÇÕES E CONHECIMENTO SOBRE SUA IES CLAUDIA L. JULIATO ARAÚJO Docente Estácio Curitiba - Engenharia de Produção - IC 2019/2020 EVERTON ALVES DA SILVA Discente Estácio Curitiba - Engenharia de Produção - IC 2019/2020 ISABELLA DA ROSA TREVISAN Discente Estácio Curitiba - Engenharia de Produção - IC 2019/2020</p>	63
<hr style="border-top: 1px dotted #000;"/>	
<p>UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA BUILDING INFORMATION MODELING (BIM) PARA MODELAGEM DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA: PROJETO DA INTERSEÇÃO DA RODOVIA PR-417 COM A RODOVIA PR-418 EM COLOMBO, PR LARISSA VIEIRA Docente Estácio Curitiba- Engenharia Civil – IC 2020/2021 GABRIELA SCHEFFEL FERNANDES Discente Estácio Curitiba – Engenharia Civil – IC 2020/2021 PAOLA LOPES MONTANHEIRO Discente Estácio Curitiba - Engenharia Civil – IC 2020/2021</p>	67
<hr style="border-top: 1px dotted #000;"/>	

AS AULAS DE CÁLCULO E FÍSICA NO CONTEXTO DA PANDEMIA

10.6084/m9.figshare.13857293

CLAUDIA L. JULIATO ARAÚJO
Docente – Cálculo Estácio Curitiba

CRISTHIANE ANETE NEIVERTH
Docente – Física Estácio Curitiba

Disciplinas que envolvem ciências exatas, frequentemente, geram dúvidas e dificuldades quando trabalhadas no formato presencial para uma grande parte dos alunos, em particular dos cursos de Engenharia. No contexto do ensino remoto, torna-se um complicador, pois gera maior insegurança por parte desses alunos em relação ao aprendizado. As disciplinas de Cálculo Diferencial e Integral I e Física I são exemplos de disciplinas que propiciam um histórico de altos índices de reprovações e dificuldades para serem trabalhadas devido à falta de base que estes carregam do ensino médio, dentre outros fatores. Por esta razão, busca-se entender, através do semestre onde 85% das aulas foram trabalhadas de forma remota nestas duas disciplinas, como foi o aproveitamento dos alunos se comparado ao rendimento em relação às aulas presenciais. Inicialmente, considerou-se que, uma situação tão nova e sem precedentes, fosse alterar a rotina das aulas e das explicações, resultando em uma baixa na aprendizagem. Mas o que se observou na disciplina de Cálculo Diferencial e Integral I e Física I, foi uma reinvenção dos alunos em busca de novas formas de aprendizagem, assistir as aulas, estudar e buscar o conhecimento. Todo esse processo se deu em conjunto com as docentes que também, dentro de suas mudanças e alterações, se reinventaram para uma nova sala de aula, ou seja, para um novo formato de ensino. Percebeu-se uma maior busca dos alunos à Professora para tirar dúvidas, esclarecer conteúdos para enfim consolidar a aprendizagem. O resultado foram mais alunos presentes e interrogativos durante as aulas e um menor índice de reprovação. Nos cursos de

Engenharia, as disciplinas citadas, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), são observadas como uma grande revolução na educação dos novos engenheiros. Mas o isolamento social provocado pela pandemia trouxe um efeito que acarretou muitas mudanças. Provavelmente várias metodologias educacionais que estão sendo utilizadas nesse período vieram para ficar. Isso provavelmente vai ocorrer, quando forem utilizadas de maneira planejada e organizada associadas às metodologias ativas. Isso vai de encontro às necessidades das DCNs, mostrando que o atual cenário atípico impediu grandes realizações no ensino acadêmico. Em vários trabalhos acadêmicos, alguns autores citam que a sala de aula invertida se encontrava restrita antes da pandemia na área de engenharia. Atualmente, na plataforma virtual, houve muitas mudanças, com maiores participações dos alunos e maior comunicação com os docentes. Entre essas mudanças estão os laboratórios virtuais, capazes de simular os experimentos com grande veracidade, permitindo a repetição das tentativas quantas vezes forem necessárias. Em alguns experimentos presenciais, muitas vezes, há poucos equipamentos e alguns alunos não conseguem observar a experiência com tanta precisão. Por outro lado, com o laboratório presencial, os alunos se sentem mais seguros aprendendo o conteúdo, pois sanam as suas dúvidas no mesmo instante, ajudando suas equipes na compreensão e conhecimento do assunto. Quando a equipe tem alguma dúvida acaba ampliando o debate sobre o assunto, sanando as dúvidas de outros alunos, gerando outras perguntas e essa questão na aula presencial pode ser resolvido no mesmo instante. De qualquer maneira, não há como prever o futuro dos cursos de engenharia sem analisar as DNCs e os impactos provocados pela crise da pandemia, gerando repercussões nas metodologias de ensino. A necessidade da formação experimental e por competências e a inserção dos alunos devem ganhar espaço. E cada vez mais, a atribuição do professor, será encorajar e orientar a prática para que o estudante seja o centro do conhecimento.

Palavras-chave

Ensino Remoto, Cálculo, Física.

Referências

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

UM LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO PARA TRAÇAR O PERFIL DOS ALUNOS DA FACULDADE ESTÁCIO DE CURITIBA – INQUIETAÇÕES E CONHECIMENTO SOBRE SUA IES

10.6084/m9.figshare.13857296

CLAUDIA L. JULIATO ARAÚJO

Docente Estácio Curitiba - Engenharia de Produção - IC 2019/2020

EVERTON ALVES DA SILVA

Discente Estácio Curitiba - Engenharia de Produção - IC 2019/2020

ISABELLA DA ROSA TREVISAN

Discente Estácio Curitiba - Engenharia de Produção - IC 2019/2020

As maiores inquietações dos alunos em uma IES são, além do curso em si, o conhecimento ou não de toda a estrutura que envolve e engloba o funcionamento de sua IES. Muitos alunos reclamam e/ou elogiam sua Instituição de Ensino sem saber ao certo como funcionam cada um dos setores. Suas demandas e expectativas nem sempre estão de encontro com o que a IES oferece. Para traçar um perfil sobre o que os alunos conhecem ou não da Faculdade Estácio de Curitiba, sobre seus cursos, qual o olhar para seus professores, coordenadores, direção, infraestrutura e questões pedagógicas foi feito um levantamento estatístico desses e outros pontos importantes. Primeiramente as reuniões entre a Professora e os alunos do Projeto de Iniciação Científica aconteceram para traçar as principais inquietações dos alunos. Com base em fatos apurados pelos próprios alunos foi elaborado um questionário com perguntas pertinentes às principais esferas que norteiam a Faculdade Estácio Curitiba sobre o conhecimento ou não dos alunos sobre estes setores e suas respectivas avaliações. Questionário pronto, passou-se para a fase de divulgação dos questionários através de e-mails e grupos de mensagem. Terminada a fase de coleta

dos dados, iniciou-se a apuração e leitura destes para procurar responder as indagações iniciais do grupo acerca da satisfação dos alunos em relação à Faculdade Estácio de Curitiba. A maioria dos matriculados, segundo o levantamento, já conhecia a instituição de algum lugar e a questão definitiva para escolha foi a financeira por considerarem os preços dos cursos mais atrativos ainda que essa maioria possua algum tipo de bolsa e trabalhe na mesma área que a do curso. A idade dos alunos varia entre 18 e 33 anos, possuem casa própria, não são casados e não têm filhos, se deslocam com carro até a faculdade e optaram pela modalidade presencial. Dentre os alunos, um fato importante é que muitos deles possuem uma rotina de estudo em que passam de 1 a 2 horas diárias dedicadas ao estudo das disciplinas que estão cursando, por considerarem fundamental manter o hábito de tirar dúvidas e fazer as tarefas de casa. Eles acessam o S.I.A. (Sistema de Informação Acadêmica) em média 4,8 vezes por semana para acompanhar as aulas disponíveis e afirmam saber os conceitos básicos do ambiente assim como abrir requerimentos, ter a noção do manual do aluno e ter ciência dos direitos e deveres de cada um. Dentre as diversas perguntas realizadas, 3 delas se destacaram negativamente: 91% dos alunos não conhecem a CPA, 40% avaliaram como péssimo o atendimento da secretaria e 43% avaliaram como péssimo a cantina. Na contramão destes índices estão os favoráveis para os professores, que em sua grande maioria receberam notas máximas. Para levar os resultados à direção da Instituição e afim de propor melhorias para a Faculdade Estácio de Curitiba, o grupo elaborou um quadro com os pontos positivos, negativos e de atenção. Os pontos positivos são que 59,8% dos alunos nunca reprovou em disciplinas, 78,8% conhecem seus direitos e deveres, 72,1% conhecem o manual do aluno, 87% avaliaram muito bem a biblioteca e a acessibilidade, 81% avaliaram muito bem os laboratórios. Dos pontos de atenção o de maior destaque é que 70% avaliaram mal a cantina e que muitos alunos nas respostas abertas reclamaram que os funcionários não sabem repassar informações essenciais, outro ponto que foi separado como de atenção é que em torno de 25% dos alunos não sabem fazer tratativas e buscas mínimas no sistema da instituição, o SIA. Quanto aos pontos negativos o de maior destaque é com relação à CPA, onde 91% dizem não conhecer a mesma e 94% afirmam não conhecerem as melhorias realizadas por tal. Outro ponto negativo de extrema importância é que 65% avaliaram de forma muito ruim o atendimento pela secretaria e, entre todos, o ponto mais negativo é de que só, apenas

8,9% dos alunos escolheram a Estácio pela qualidade de ensino. Os resultados e as propostas de melhorias serão apresentados à direção da IES para a tomada de decisão. Muitas foram as respostas abertas e acabaram por indicar e necessidades que os alunos possuem em relação a melhorias que eles gostariam que fossem feitas. Essa oportunidade, de expor suas reclamações, elogios, sugestões, não existe na avaliação feita pela IES. A melhoria constante dentro de qualquer Instituição é a busca pela excelência, da qual todas as empresas, independentemente do setor, devem buscar.

Palavras-chave

Estatística, Estácio Curitiba, melhorias.

Referências

CAMPOS, Vicente Falconi. Gerenciamento da rotina do trabalho do dia a dia. Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços, Ltda., 2004.

LARSON, Ron. Estatística Aplicada. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

SELEME, Robson. Controle da qualidade: as ferramentas essenciais. Curitiba: IBpex, 2008.

**UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIA BUILDING INFORMATION
MODELING (BIM) PARA MODELAGEM DE OBRAS DE
INFRAESTRUTURA: PROJETO DA INTERSEÇÃO DA
RODOVIA PR-417 COM A RODOVIA PR-418
EM COLOMBO, PR**

10.6084/m9.figshare.13857305

LARISSA VIEIRA

Docente Estácio Curitiba- Engenharia Civil – IC 2020/2021

GABRIELA SCHEFFEL FERNANDES

Discente Estácio Curitiba – Engenharia Civil – IC 2020/2021

PAOLA LOPES MONTANHEIRO

Discente Estácio Curitiba - Engenharia Civil – IC 2020/2021

A utilização da tecnologia BIM na elaboração de projetos de infraestrutura, ainda que não esteja disseminada, se demonstra muito vantajosa na resolução de conflitos inerentes aos processos tradicionais de implementação de obras, os quais se baseiam em desenhos bidimensionais (2D) que não possuem dados integrados e compatibilizados. A metodologia BIM possibilita a parametrização dos elementos de um projeto, permitindo que sejam associadas informações específicas a eles. Assim, é criado um modelo integrado e rico em dados que podem ser utilizados para diversas finalidades: automatização de processos, emissão de relatórios entre outros, aumentando a precisão do projeto e reduzindo a possibilidade de ocorrência de falhas que possam acarretar custos imprevistos e atrasos na obra. Observadas as vantagens que o BIM pode trazer aos projetos e obras públicas, o governo decretou recentemente a obrigatoriedade da utilização do BIM em suas contratações relacionadas à engenharia. Por consequência, toda a cadeia envolvida no processo de implementação de uma obra pública deverá estar familiarizada com a referida tecnologia: técnicos, projetistas, analistas, engenheiros e demais funcionários, tanto das empresas prestadoras de serviço quanto dos órgãos públicos. O presente projeto de

pesquisa propõe a inserção dos alunos do curso de graduação em Engenharia Civil neste contexto, por meio da realização da modelagem em BIM de uma interseção rodoviária, entre as rodovias estaduais PR-417 e PR-418, localizada no Município de Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba, Paraná, a partir do projeto 2D. Para tanto, inicialmente está sendo elaborada uma revisão bibliográfica, a partir de estudos sobre a utilização da tecnologia BIM em projetos de infraestrutura, com levantamento de artigos técnicos e científicos que relatem aplicações da metodologia BIM neste âmbito. Além disso, também está em andamento a fase de preparação para modelagem no software, na qual vem ocorrendo a ambientação com o programa, por meio de tutoriais, vídeos e apostilas que apresentem como utilizar as ferramentas disponíveis. O software BIM a ser utilizado é o Autodesk Civil 3D, que possui aplicação voltada para obras de infraestrutura. Após a parametrização do projeto, serão utilizadas as ferramentas disponíveis no programa para obtenção automatizada das quantidades dos serviços (materiais, insumos etc.) necessários à execução da obra. A partir dessas quantidades, poderá ser estimado o custo da obra. Concluído o processo, será feita uma análise comparativa da metodologia utilizada neste projeto (com BIM) e da metodologia empregada pela empresa que elaborou o projeto 2D (sem BIM ou uso parcial), apontando quais as principais vantagens e limitações de cada método.

Palavras-chave

Building Information Modeling; Projetos; Infraestrutura; Rodovias.

Referências

EASTMAN, C. et al. BIM Handbook: A Guide to Building Information Modeling for Owners, Managers, Designers, Engineers and Contractors. [S.I.]: Wiley Publishing, 2008.

MCGRAW HILL CONSTRUCTION. The Business Value of BIM for Infrastructure: Addressing America's Infrastructure Challenges with Collaboration and Technology. Bedford, 2012.



**ESPAÇO DA
GESTÃO**

COORDENAÇÃO

Profa. Isabela Laginski Lippel
Prof. Lucas Lanhoso de Paula
Profa. Thomires Elizabeth Pauliv Badaro de Lima

COMUNICADOS CIENTÍFICOS DA GESTÃO

ANÁLISE SOBRE OS EFEITOS DA PANDEMIA DO COVID-19 SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA EM 2020 COM ÊNFASE NO PÚBLICO DISCENTE DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO

HUGO MEZA PINTO Docente – Ciências Contábeis – IC 2020/2021 Estácio Curitiba

THAISA LIMA BALBINO Discente – Ciências Contábeis – IC 2020/2021 Estácio Curitiba

73

OS IMPACTOS DA COVID-19 NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO COM ÊNFASE NA QUALIFICAÇÃO DA MÃO DE OBRA DOS ALUNOS DA ESTÁCIO CURITIBA

HUGO MEZA PINTO Docente - Ciências Contábeis - IC 2020/2021 Estácio Curitiba

CLAUANA PADILHA GOES Discente - Ciências Contábeis - IC 2020/2021 Estácio Curitiba

79

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA E DAS FINANÇAS PESSOAIS PARA A SUPERAÇÃO DE CRISES COMO A IMPOSTA PELA PANDEMICA DO COVID-19, UMA ANÁLISE COM ÊNFASE NOS ALUNOS DA ESTÁCIO CURITIBA

HUGO MEZA PINTO Docente - Ciências Contábeis - IC 2020/2021 Estácio Curitiba

WILLIAN DE MORAES Discente - Ciências Contábeis - IC 2020/2021 Estácio Curitiba

85

CENÁRIO DAS ABORDAGENS DE ENSINO APRENDIZAGEM EM EMPREENDEDORISMO

ISADORA TONET ASSAD Docente - Administração - IC 2020/2021 Estácio Curitiba

91

OS LIMITES ATUAIS DO EAD NOS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM PERÍODO DE PANDEMIA

HERICKES OSMAR DE OLIVEIRA Discente – Marketing FATEC

95

EDUCAÇÃO PÓS PANDEMIA: REFLEXÕES SOBRE A DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR PRESENCIAL PÓS-PANDEMIA

ESTER MARLENE KURTZ Docente – NAF Estácio Curitiba

JANICE MENDES DA SILVA Docente - NAAP – Pedagogia Estácio Curitiba

LUCIMARA BORTOLETO CANDIOTTO Docente - Administração - Ciências Contábeis - Gestão Financeira Estácio Curitiba

101

A PESQUISA ACADÊMICA E O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO DA ÁREA DE NEGÓCIOS RODRIGO FERNANDES PISSETTI Docente – NAC FATEC

JOCELY APARECIDA BURDA Docente -
Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos FATEC
BEATRIZ SOUZA BUFFON Discente -
Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos FATEC
BRUNA FERNANDA DE SOUZA Discente -
Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos FATEC
KARINA SILVA FLORES Discente -
Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos FATEC

105

A IMPORTÂNCIA DE ENTENDER FUNÇÕES E GRÁFICOS EM TEMPOS DE PANDEMIA – COVID-19, UMA AMEAÇA À SAÚDE MUNDIAL QUE SE TRANSFORMOU EM AULA DE ESTATÍSTICA

CLAUDIA L. JULIATO ARAÚJO Docente - Estatística e Probabilidade -
IC 2020/2021 FATEC
GRACIELE LOURENÇO MARTINS Discente - Gestão Financeira -
IC 2020/2021 FATEC
HELOIZA INEZ BERTAGNOLLI Discente - Marketing -
IC 2020/2021 FATEC

109

A SISTEMATIZAÇÃO COLETIVA DO CONHECIMENTO NA AULA DE ESTATÍSTICA – UMA ALTERNATIVA METODOLÓGICA

CLAUDIA L. JULIATO ARAÚJO Docente – Gestão Estácio Curitiba

111

ATUALIZAÇÃO DA TABELA DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE: IMPACTO DIRETO NA VIDA DO TRABALHADOR BRASILEIRO

ALINE DAIENE OLEGÁRIO ASTH DIAS
Egressa - Ciências Contábeis Estácio Curitiba
CLÉCIO SIEGFRIED STEINTHALER
Docente - Ciências Contábeis Estácio Curitiba
LUCIMARA BORTOLETO CANDIOTTO
Docente - Administração - Ciências Contábeis Estácio Curitiba

113

MANUTENÇÃO DE EMPREGOS DURANTE A COVID-19 NO SETOR DE BARES DE RESTAURANTE DO ESTADO DO PARANÁ

ARISTIDES DE SOUZA NAZARIO JUNIOR
Discente - MBA em Gestão Empresarial Estácio Curitiba
JOCELY APARECIDA BURDA Coordenadora -
MBA em Gestão Empresarial Estácio Curitiba

117

**ANÁLISE SOBRE OS EFEITOS DA PANDEMIA DO COVID-19
SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA EM 2020 COM
ÊNFASE NO PÚBLICO DISCENTE DO ENSINO
SUPERIOR PRIVADO**

10.6084/m9.figshare.13857314

HUGO EDUARDO MEZA PINTO
Docente – Ciências Contábeis – IC 2020/2021
Estácio Curitiba

THAISA LIMA BALBINO
Discente – Ciências Contábeis – IC 2020/2021
Estácio Curitiba

Esse estudo analisa os efeitos da pandemia do Covid-19 sobre a economia brasileira e como a crise afetou diretamente a população, com ênfase nos discente do ensino superior privado em 2020. O Covid-19 desestruturou a economia brasileira que mostrava sinais de recuperação para 2020. Para minimizar o choque econômico, o governo federal aprovou diversas medidas provisórias focadas em auxiliar empresas a evitar demissões e falência. As medidas pretendiam flexibilizar e diminuir custos trabalhistas, entre elas estão a opção de trabalho remoto (home office), antecipação de férias e suspensão de contrato de trabalho. Os danos causados a economia foram globais. Na zona do euro, a economia teve uma retração de 3,8% no primeiro trimestre de 2020 e a Organização Mundial do Comercio (OMC) estimou um recuo de 32% no comercio global. Como resultado aos problemas econômicos, os discentes encontram dificuldades para manter seus estudos. Os expressivos dados de aumento de desemprego, a queda da produção e a falta do consumo provocam uma queda de renda da população e, talvez estejam comprometendo a formação de futuros profissionais. OBJETIVO: Objetiva-se com esse estudo analisar, por meio de pesquisa, o impacto da pandemia na economia brasileira com ênfase na população escolar

universitária, de 19 a 40 anos, principalmente do ensino superior privado da faculdade Estácio de Curitiba. O estudo é relevante, visto que aborda um tema fundamental para a população brasileira que será determinante para definir o futuro do país. Dentre os objetivos específicos, pretende-se analisar as mudanças estruturais na economia que foram provocadas pela pandemia do Covid-19 e entender quais as possibilidades de recuperação do país para os próximos anos.

REFERENCIAL TEÓRICO: No seu livro, Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda o economista britânico John Maynard Keynes, analisava os impactos da crise de 1929 sobre o capitalismo. A teoria foi publicada em 1936. Essa contribuição é considerada uma das mais importantes da literatura econômica, tendo lançado as bases conceituais da macroeconomia. No seu estudo, Keynes analisava o impacto das crises na renda e no emprego. Com uma visão de longo prazo, referendando os ciclos econômicos e valorizando as políticas monetária e fiscal, o estudo de Keynes, serve como base teórica para esta pesquisa. Principalmente, na análise dos impactos de uma crise de dimensões globais como a propiciada pelo Covid-19. O ponto central do estudo de Keynes é que o nível de emprego é determinado pelos gastos em dinheiro (demanda agregada). Ele argumenta que não é possível que os mercados, no longo prazo, atinjam o pleno emprego sem o estímulo das políticas macroeconômicas. Além da Teoria Geral de Keynes, esta pesquisa se fundamenta nos tratados teóricos de Theodore Schultz sobre a teoria do capital humano: O Valor econômico da educação (1963) e O capital humano – investimentos em educação e pesquisa (1971). Particularmente, essas análises teóricas visam entender a relação de renda com a educação (especialização da mão de obra).

METODOLOGIA: Os métodos utilizados serão variados, por meio de pesquisa exploratória, explicativa e descritiva, serão analisados dados dos impactos causados pelo Covid-19 na economia, com ênfase na economia e no emprego dos discentes da universidade privada, especialmente na população da Faculdades Estácio Curitiba. Por fim, na pesquisa descritiva, objetiva-se analisar as pesquisas dirigidas ao público-alvo para mensurar o real efeito da pandemia sobre a renda do aluno da Estácio Curitiba. O projeto de iniciação científica proposto visa trabalhar com os dados auxiliares obtidos a partir desses estudos nesta parte do estudo. Este estudo é convergente com o Projeto de Iniciação Científica

(PIC) da faculdade Estácio de Curitiba, denominado: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA A PERMANÊNCIA DO ALUNO NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO EM TEMPOS DE PANDEMIA para 2020-2021. RESULTADOS: Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020), o Brasil teve uma retração econômica de 1,5% no primeiro trimestre de 2020, comparado ao trimestre anterior, no segundo trimestre o PIB continuou mostrando fortes quedas chegando a atingir 9,7%. Comparando com o mesmo período do ano anterior (2019), o Produto Interno Bruto caiu cerca de 11,4%. A projeção para as contas públicas é de um déficit de até -13,2% e que a taxa de desemprego que já atinge 13,3% cresça ainda mais. Prevê-se uma queda considerável no número de empresas em decorrência de falência. Pelo mundo as consequências da pandemia aparecem registradas no PIB de 2020, onde na China, a contração econômica foi de 6,8% no primeiro trimestre, já no Reino Unido, a estimativa é que o PIB tenha uma queda de até 14% e nos EUA, espera-se um recuo de 39%. Globalmente, 191 milhões de estudantes de ensino superior foram prejudicados com a suspensão das aulas em 2020. Nesse panorama, no segundo trimestre o número de matrículas chegou a diminuir em 50% e a inadimplência nas universidades chegou a crescer 51%, além de apresentar uma evasão de 14% comparado ao mesmo período de 2019. Milhões de alunos de ensino superior privado foram afetados durante a pandemia, conseqüentemente dentro de alguns anos teremos o reflexo disso, pois haverá escassez de mão de obra qualificada para muitos setores econômicos. CONCLUSÕES: Conclui-se, preliminarmente, que houve uma mudança drástica no cenário econômico mundial. Acredita-se que o Brasil seja um dos países que leve mais tempo para se recuperar. A intervenção do governo federal para tentar conter o avanço do Covid-19, via políticas keynesianas, para atenuar os problemas econômicos contribuiu para evitar uma queda ainda pior do PIB, porém, há elementos que sinalizam que esses esforços não serão suficientes para uma rápida retomada econômica. Ao analisar as dificuldades econômicas que o país vem enfrentando, chega-se à conclusão de que a população discente de ensino superior encontrará complicações para continuar ou retomar os estudos, considerando que a grande maioria se encontra com problemas financeiros em decorrência da crise enfrentada pelo país. O sindicato das entidades de

ensino superior privado do Estado de São Paulo (Semesp) projeta uma taxa de desistência em torno de 35% para 2020.

Palavras-chave

pandemia, economia, alunos do ensino superior.

Referências

PUPO, F. Guedes reconhece que economia podia estar em 'estado meio anêmico' antes da pandemia. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/guedes-reconhece-que-economia-podia-estar-em-estado-meio-anemico-antes-da-pandemia.shtml>> Acesso em: 29 mai. 2020.

Gazeta do Povo. PIB do Brasil em 2020: histórico e evolução em gráficos. Disponível em: <<https://infograficos.gazetadopovo.com.br/economia/pib-do-brasil/>> Acesso em: 01 set. 2020.

TradeMap. Entenda os impactos do coronavírus na economia global. Disponível em: <<https://trademap.com.br/blog-educacional-entenda-os-impactos-do-coronavirus-na-economia-global/>> Acesso em: 18 ago. 2020.

CONCEIÇÃO, A. Brasil está entre os que levarão mais tempo para se recuperar, diz consultoria. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/04/29/brasil-esta-entre-os-que-levarao-mais-tempo-para-se-recuperar-diz-consultoria.ghtml>> Acesso em: 29 abr. 2020.

CUCOLO, E. Dados mostram a dimensão histórica do impacto da Covid-19 na economia. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/dados-mostram-a-dimensao-historica-do-impacto-da-covid-19-na-economia.shtml>> Acesso em: 11 jul. 2020.

G1. Entenda os impactos da pandemia de coronavirus nas economias global e brasileira. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/02/26/entenda-os-impactos-do-avanco-do-coronavirus-na-economia-global-e-brasileira.ghtml>> Acesso em: 26 fev. 2020.

OLIVEIRA, E. N° de alunos que abandonam faculdades deve subir após a pandemia e setores poderão enfrentar falta de mão de obra. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/09/13/no-de-alunos-que-abandonam-faculdade-deve-subir-apos-a-pandemia-e-setores-poderao-enfrentar-falta-de-mao-de-obra.ghtml>> Acesso em: 13 set. 2020.

LUPION, B. As medidas de Bolsonaro para reduzir custos trabalhistas em meio ao coronavírus. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/as-medidas-de-bolsonaro-para-reduzir-custos-trabalhistas-em-meio-ao-coronav%C3%ADrus/a-52896118>> Acesso em: 24 mar. 2020.

KEYNES, John Maynard, A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Agência IBGE notícias. PIB cai 9,7% no 2º trimestre de 2020.

Disponível em: <[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28721-pib-cai-9-7-no-2-trimestre-de-2020#:~:text=O%20Produto%20Interno%20Bruto%20\(PIB,da%20s%C3%A9rie%2C%20iniciada%20em%201996.>](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28721-pib-cai-9-7-no-2-trimestre-de-2020#:~:text=O%20Produto%20Interno%20Bruto%20(PIB,da%20s%C3%A9rie%2C%20iniciada%20em%201996.>) Acesso em: 01 set. 2020. ALVARENGA, D. Desemprego sobe para 13,3% em junho e país tem nova queda recorde no número de ocupados. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/08/06/desemprego-sobe-para-133percent-em-junho-diz-ibge.ghtml>> Acesso em: 06 ago. 2020.

SCHULTZ, T. W. O valor econômico da educação. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

__. O capital humano: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. __. Investindo no povo: O segredo econômico da qualidade da população. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987. Uma Análise da Crise gerada pela Covid-19 e a Reação de Política Econômica, Governo Federal, Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-informativas/2020/nota-uma-ana-lise-da-cri-se-gerada-pela-covid19.pdf>> Acesso em: 13 mai. 2020.

**OS IMPACTOS DA COVID-19 NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO
COM ÊNFASE NA QUALIFICAÇÃO DA MÃO DE OBRA
DOS ALUNOS DA ESTÁCIO CURITIBA**
10.6084/m9.figshare.13857320

HUGO EDUARDO MEZA PINTO
Docente - Ciências Contábeis - IC 2020/2021 Estácio Curitiba

CLAUANA STEPHANY PADILHA GOES
Discente - Ciências Contábeis - IC 2020/2021 Estácio Curitiba

Este estudo analisa os impactos da pandemia do Covid-19 sobre a educação superior no Brasil e sobre a qualificação da mão de obra. O ensino superior exerce importante influência no mercado de trabalho e no desenvolvimento do país. A qualificação é o principal recurso para quem deseja aumentar a sua renda; pesquisas ligadas a teoria do capital humano, mostram que, quanto maior o nível de escolaridade, maior é a média salarial e as oportunidades de crescimento profissional. Com a pandemia provocada pelo Covid-19, em 2020, tendências analíticas mostram que haverá uma grande queda nas matrículas assim como também uma evasão dos alunos no ensino superior. Isto leva ao seguinte questionamento: quais serão as consequências na qualificação da mão de obra nos próximos anos para a economia brasileira? Haverá um “apagão” de mão de obra qualificada no mercado de trabalho? Tem-se como pressuposto que a educação é a maior fonte de evolução e crescimento de uma nação e ela é de relevante importância para a recuperação da economia em tempos de crise. Desde o início da humanidade, o estudo e conhecimento adquiridos por percepção analítica e crítica foi o principal contribuinte para o desenvolvimento, evoluções e adequações em grandes mudanças que ocorreram na sociedade. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS. O objetivo principal deste estudo é mostrar o impacto da pandemia do Covid-19 na educação superior do ensino privado e o reflexo na qualificação de mão de obra e formação de pesquisadores. Para isto, desenvolveram-se os seguintes objetivos específicos: - Demonstrar a importância da

educação superior para o profissional que procura qualificação e aumento na renda. - Identificar as áreas profissionais específicas que sofrerão com os efeitos da pandemia provocado pelo Covi-19. - Analisar a importância da educação para o desenvolvimento do país. - Mapear e analisar o perfil do aluno do ensino superior privado. - Identificar o motivo pela evasão no ensino superior na pandemia como também quais cursos tiveram maior queda nas matrículas. REFERENCIAL TEÓRICO:

Esta pesquisa se fundamenta na teoria do Capital Humano formalizada por Theodore Schultz em 1971. O autor cita alguns países que alcançaram um grande crescimento econômico devido à maior qualificação da sua população. Schultz também expressa que ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de escolha posto à disposição. Segundo ele, esta é uma das maneiras porque os homens livres podem aumentar o seu bem-estar. Diversos níveis de Capital Humano também aumentariam os níveis salariais. Esse “fator humano” é considerado capital já que incrementa a produtividade do trabalhador. Motivados por esses ganhos de renda futuros, os indivíduos decidiram investir em Capital Humano baseados nos custos e ganhos futuros desse investimento, consideram também a taxa de retorno do investimento e a taxa de juros de mercado. Modelos de crescimento econômico como os de Lucas (1988) e Romer (1990) consideram o Capital Humano como um fator determinante do crescimento econômico, juntamente com o capital físico, a população empregada e o progresso tecnológico. METODOLOGIA: A metodologia utilizada neste trabalho será múltipla utilizando-se de métodos qualitativos e quantitativos, passando pela pesquisa exploratória, a pesquisa explicativa e a descritiva. Serão analisados dados gerais da educação superior no Brasil e a evolução histórica. Além disso serão observados dados secundários para o mapeamento do perfil do aluno do ensino superior especificamente os alunos do ensino privado com uma pesquisa acadêmica sobre os alunos da Estácio de Curitiba. Para isso, serão coletados dados e pesquisas que demonstrem os reflexos da pandemia na educação, no emprego, e, sobretudo, na qualificação da mão de obra. Este estudo é convergente com o Projeto de Iniciação Científica (PIC) da faculdade Estácio de Curitiba, denominado: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA A PERMANÊNCIA DO ALUNO NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO EM TEMPOS DE PANDEMIA para 2020-2021. RESULTADOS:

Dados de 2019 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), grupo que reúne as nações ricas, mostram um aumento da renda, para os alunos que cursam o ensino superior. Este aumento é em média de 40% maior em relação a quem tem somente ensino médio. Nos anos de 2008 e 2018, o Brasil teve um aumento no número de matriculados no ensino superior. Dados do Senso de educação de ensino superior apresentados pelo INEP (2018) mostram que o número de estudantes cursando o ensino superior no Brasil aumentou 44,6% nos últimos dez anos, entre 2008 e 2019. Em 2018, cerca de 8,45 milhões de pessoas estavam cursando a educação superior sendo 75%, em instituições privadas. Dados do Mapa do ensino superior do Instituto Semesp mostram que em sua maioria os alunos do ensino superior privado trabalham para pagar a mensalidade. Em setembro de 2020 o Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) divulgou dados demonstrando que nos últimos meses aproximadamente três milhões de pessoas ficaram desempregadas. O cenário de incertezas na economia após e durante a pandemia, a falta de perspectiva para o futuro e o aumento do desemprego contribui para a queda, ainda maior, das matrículas além do abandono e aumento da evasão no ensino superior do país. Preliminarmente, observa-se um cenário de falta de oferta de mão de obra qualificada o que pode ocasionar um “apagão” no mercado de trabalho. **CONCLUSÕES:** Em períodos de crise, a qualificação é essencial para o aluno que está tentando se inserir no mercado, pois as empresas tornam-se ainda mais exigentes na busca dos seus colaboradores. Mas a pandemia do Covid-19, afetou diretamente a educação pois alunos tiveram queda em suas rendas e optaram por trancar a faculdade. Resultados preliminares, dessa pesquisa, mostram que haverá falta de mão de obra qualificada, principalmente nas áreas da economia de maior transformação que exigem de conhecimentos mais adaptados às novas tecnologias utilizadas pela indústria e o setor de serviços.

Palavras-chave

Pandemia, Covid-19, Ensino Superior, Qualificação de mão de obra.

Referências

ABMES, Educainsights Covid-19 Vs. Educação Superior: O que pensam os alunos e como sua IES deve se preparar, Disponível em <<https://abmes.org.br/arquivos/pesquisas/PDFPPTSEMINARIO-10-62020.pdf>> Acesso em: setembro, 2020.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier; Expansão da pesquisa superior no Brasil, Limites e possibilidades (Programa de Educação Integral, Bezerras) Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/es/v36n131/1678-4626-es-36-131-00361.pdf>> Acesso em: setembro, 2020.

CENTRO UNIVERSITÁRIO FEI, A importância da pesquisa para o desenvolvimento do país, Disponível em <<https://portal.fei.edu.br/noticia/84/a-importancia-da-pesquisa-para-o-desenvolvimento-do-pais#:~:text=Diante%20dos%20avan%C3%A7os%20que%20marcam,desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel%20de%20um%20Pa%C3%ADs.&text=Se%20hoje%20vivemos%20em%20um,porque%20houve%20pesquisa%E2%80%9D%2C%20ressaltou>> Acesso em: setembro, 2020.

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_2tri.pdf> Acesso em: setembro, 2020.

INEP, Senso da educação Superior 2018, Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf Acesso em: setembro, 2020.

INSTITUTO SEMESP; Mapa do ensino superior no Brasil, 10ª Edição, disponível em <<https://www.semesp.org.br/mapa-do-ensino-superior/edicao-10/>> Acesso em: setembro, 2020.

NITAHARA, Akemi. Desemprego na pandemia continua subindo e pode chegar a 13,7%. Disponível em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-08/desemprego-na-pandemia-continua-subindo-e-chega-137#:~:text=Desemprego%20na%20pandemia%20continua%20subindo,13%2C7%25%20%7C%20Ag%C3%Aancia%20Brasil>> Acesso em: setembro, 2020.

OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico). OECD's Financial Education Project. Assessoria de Comunicação Social, 2005. Disponível em: <www.oecd.org/>. Acesso em: setembro 2020.

OLIVEIRA, Elida. N° de alunos que abandonam faculdade deve subir após a pandemia, e setores poderão enfrentar falta de mão de obra. Disponível em <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/09/13/no-de-alunos-que-abandonam-faculdade-deve-subir-apos-a-pandemia-e-setores-poderao-enfrentar-falta-de-mao-de-obra.ghtml>> Acesso em: setembro 2020.

SCHULTZ, T. W. O capital humano: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA E DAS
FINANÇAS PESSOAIS PARA A SUPERAÇÃO DE
CRISES COMO A IMPOSTA PELA PANDEMICA
DO COVID-19, UMA ANÁLISE COM ÊNFASE
NOS ALUNOS DA ESTÁCIO CURITIBA**
10.6084/m9.figshare.14045078

HUGO EDUARDO MEZA PINTO
Docente - Ciências Contábeis - IC 2020/2021
Estácio Curitiba

WILLIAN DE PAULA DE MORAES
Discente - Ciências Contábeis - IC 2020/2021
Estácio Curitiba

Educação financeira é todo o processo que envolve o desenvolvimento de uma compreensão a respeito da relação mantida com o dinheiro, trata-se do conhecimento adequado, para inserir as habilidades e a confiança necessária para gerir recursos, levando sempre em consideração a relação de riscos e das oportunidades financeiras. Controlar as finanças pode ser um desafio para os jovens que acabaram de entrar no mercado de trabalho. A má educação financeira aliada as tentações consumistas, costumam ter como consequências excesso de dívidas e consumo exagerado. Tendo em vista esse problema, o estudo da educação financeira constitui-se de vital importância para os jovens de hoje em dia, pois além de fazer com que eles evitem crises financeiras, estimula a responsabilidade social, fortalece a capacidade de autoconhecimento e os prepara melhor para o futuro. OBJETIVOS: Com foco nos estudantes do ensino superior, mais especificamente na comunidade discente da faculdade Estácio de Curitiba, o objetivo central do presente estudo é analisar a importância da educação financeira e das finanças pessoais, para

enfrentar períodos de crises e para a vida das pessoas. Além desse objetivo, os objetivos específicos desse trabalho são: proporcionar uma reflexão para os alunos, sobre sua relação com o dinheiro, sobre como a adequada gestão de suas finanças pessoais pode contribuir para seu bem-estar e fazer com que compreendam a importância do hábito de poupar ou investir. REFERENCIAL TEÓRICO: Este estudo se referênciamos nos trabalhos que tratam da Educação financeira que afirmam que ter educação financeira não é sinônimo de “saber juntar dinheiro” ou de “ter muito dinheiro”. A educação financeira está relacionada na conscientização sobre as oportunidades e riscos financeiros que esta envolve. Um dos pontos abordados na teoria da educação financeira é o uso consciente do crédito. O crédito é uma fonte adicional de recursos que são obtidos através de terceiros, como bancos por exemplo. O crédito possibilita a antecipação do consumo para a aquisição de bens ou contratação de serviços. Grande parte das pessoas não controla o quanto gasta, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), 21% dos entrevistados admitem não conseguirem pagar as contas e acabam se endividando para não terminarem o mês no vermelho, 15,7% desses consumidores admitem usar todos os meses o limite disponível no cartão de crédito e no cheque especial. O movimento de aumento constante do desemprego e a diminuição dos salários provocados pela pandemia em 2020, fez com que quase 60% dos alunos de cursos de graduação tivessem seus rendimentos comprometidos desde o início do isolamento em março desse ano. Dados do Censo da Educação Superior de 2018, mostram que o setor privado é responsável por 93,4% da oferta do país, tanto no modelo presencial quanto na EAD. Tendo como base esses dados, a crise econômica que está sendo enfrentada em 2020, traz consequências perversas no âmbito das finanças pessoais, principalmente para o aluno que depende do seu emprego para continuar estudando. Nesse sentido, conceitos proporcionados pela teoria da educação financeira, contribuiriam de sobremaneira para poder superar esse tipo de crises. METODOLOGIA. O público-alvo da pesquisa será os estudantes do ensino superior privado, especificamente os discentes da Estácio Curitiba dos diversos cursos. Quanto à metodologia utilizada, esta será múltipla; passando pela pesquisa exploratória, a pesquisa explicativa e a descritiva. Dentro da pesquisa exploratória, objetiva-se desenvolver um levantamento bibliográfico, pesquisas de campo e análise de exemplos

que estimulem a compreensão do tema. Na pesquisa explicativa pretende-se entender com maior percepção, a função da educação financeira, como o seu conhecimento prévio pode ser bastante necessário em meio a crises. Por fim, na pesquisa descritiva, planeja-se analisar estudos direcionados ao público-alvo. Este estudo é convergente com o Projeto de Iniciação Científica (PIC) da faculdade Estácio de Curitiba, denominado: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA A PERMANÊNCIA DO ALUNO NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO EM TEMPOS DE PANDEMIA para 2020-2021. RESULTADOS: Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, um número crescente de governos nacionais está engajado em desenvolver estratégias de educação financeira. Em 2017, 60 países de diferentes níveis de renda já possuíam uma estratégia nacional de educação financeira ou avançaram em projetos relacionados ao tema. No Brasil não foi muito diferente, em 2010 através do Decreto Federal 7.397/2010, foi criada a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, a qual tem como objetivo, a contribuição para o fortalecimento da cidadania, ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes. Segundo a Standard and Poor's (S&P) (2014), em uma de suas análises, mostram que o nível de educação financeira dos brasileiros que têm acesso a serviços bancários, encontra-se inferior ao da média mundial. Enquanto no mundo a média é 53%, no Brasil, esse percentual corresponde a somente 40% das pessoas. CONCLUSÕES: Ter grande parte da população conscientizada com os conceitos da educação financeira, traria ótimos benefícios para a sociedade, boa parte da sua influência seria no índice de inadimplentes, pois umas das causas do seu aumento é o desconhecimento na gestão do orçamento doméstico. Consumidores que possuem conhecimentos financeiros demandam serviços e produtos adequados às suas necessidades. Portanto, com base nos dados e nos conceitos descritos nesse artigo, conclui-se previamente que, conhecimentos sobre educação financeira e finanças pessoais são de vital importância para toda a população, no caso dessa pesquisa, para os alunos do ensino superior, esses conhecimentos ajudariam a enfrentar crises como a causada pelo Covid-19.

Palavras-chave

Pandemia, tema, alunos do ensino superior.

Referencias:

AEF-BRASIL. Educação Financeira - EF – No mundo. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/es/educacao-financeira-no-mundo/?doing_wp_cron=1600035459.6204590797424316406250>. Acesso em: 14 set. 2020.

AEF-BRASIL. Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/es/enef/doing_wp_cron=1600818787.7614450454711914062500> Acesso em: 14 set. 2020.

AMBIMA. Raio X do Investidor Brasileiro. 1.ed. São Paulo: Av. das Nações Unidas, 8501 - 21º andar, 2017.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Conferências sobre educação financeira acontecerão em maio – MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/20340-conferencias-sobre-educacao-financeira-acontecerao-em-maio>> Acesso em: 14 set. 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Caderno de Educação Financeira e Gestão de Finanças Pessoais. Brasília-DF. 2013.

DICASDEFINÇAS. Educação Financeira: Conceito, Benefícios e Fatos Importantes! Disponível em: <<https://www.dicasdefinanca.com.br/EDUCACAO-FINANCEIRA-CONCEITO/>> Acesso em: 13 set. 2020.

FLACH, N. Apenas 21% dos brasileiros tiveram educação financeira na infância. Disponível em: <<https://exame.com/seu-dinheiro/apenas-21-dos-brasileiros-tiveram-educacao-financeira-na-infancia/>> Acesso em: 13 set. 2020.

INEP/MEC. Censo da Educação Superior 2018 – Notas Estatísticas. Brasília-DF. 2019. MAISRETORNO. Finanças Pessoais: O que são Finanças Pessoais? Disponível em: <<https://maisretorno.com/blog/termos/f/financas-pessoais>> Acesso em: 13 set. 2020.

RABELLO, M. E. A pandemia pode quebrar 30% das faculdades no Brasil. Como reagir? Disponível em: <<https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/pandemia-faculdades-falencia/>> Acesso em: 20 set. 2020.

SPC BRASIL. 46% dos brasileiros não controlam seu orçamento, revela pesquisa do SPC Brasil. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/release_educacao_financeira_v7.pdf> Acesso em: 14 set. 2020.

STEFFEN, E. G. Como é a Educação Financeira no Mundo. Disponível em: <<https://www.campograndenews.com.br/colunistas/financas-e-investimentos-sem-complicacao/como-e-a-educacao-financeira-no-mundo>> Acesso em: 14 set. 2020.

VEXTER. Desafios da educação financeira no Brasil e dicas para superá-los. Disponível em: <<https://blog.vexter.com.br/educacao-financeira-do-brasil/>> Acesso em: 15 set. 2020

CENÁRIO DAS ABORDAGENS DE ENSINO APRENDIZAGEM EM EMPREENDEDORISMO

10.6084/m9.figshare.14045111

ISADORA TONET ASSAD

Docente - Administração - IC 2020/2021 Estácio Curitiba

O empreendedorismo possui papel fundamental no desenvolvimento econômico e social de um país, considerando que reflete na geração de emprego e renda, ainda que a taxa de mortalidade dos empreendimentos seja alta. Dados que analisam o cenário empreendedor brasileiro apontam que a capacitação em gestão é um elemento essencial para a sobrevivência no mercado. Nesse sentido, ressalta-se a importância de se abordar o empreendedorismo no ensino superior. Considerando a importância do desenvolvimento do empreendedorismo e os desafios relacionados ao ensino dessa área do conhecimento, emergiu o seguinte problema de pesquisa: quais oportunidades de inovação podem ser identificadas no ensino sobre empreendedorismo, a fim de propor melhorias no ensino empreendedor nos cursos superiores? Partindo desse problema, foram estabelecidos os objetivos conforme apresentados no próximo tópico. OBJETIVOS. Como objetivo geral para o projeto, propõe-se analisar abordagens de ensino aprendizagem na área de empreendedorismo e identificar oportunidades de inovação no ensino dessa temática. O presente resumo busca apresentar os resultados parciais do primeiro objetivo específico, que se refere a realizar uma revisão sobre as perspectivas teóricas que fundamentam o ensino e a prática do empreendedorismo. REFERENCIAL TEÓRICO. Os processos de ensino-aprendizagem podem ser analisados com base em diferentes abordagens. Ao longo do tempo, os processos têm evoluído e se complementado, partindo desde o ensino por transmissão, a aprendizagem por descoberta, a aprendizagem por mudança conceitual, o ensino por pesquisa, a gameficação, entre outros (VASCONCELOS; PRAIA; ALMEIDA,

2003). Algumas áreas do conhecimento necessitam da aplicação de processos de ensino aprendizagem específicos, como é o caso do empreendedorismo (SALUSSE, 2014). Antes do artigo seminal de Shane e Venkataraman (2000), que apresenta o empreendedorismo como uma nova área de conhecimento, as ações empreendedoras vinham sendo tratadas como puramente pragmáticas, carecendo de um olhar reflexivo sobre o assunto. Esses autores delinearão as bases teóricas que conduzem a análise do fenômeno de empreender e os principais meios para seu ensino. METODOLOGIA. Considerando a natureza do objetivo específico a ser alcançado nessa etapa do projeto, foi desenvolvida uma pesquisa de caráter exploratório e com abordagem qualitativa, tendo como método de coleta de dados a pesquisa bibliográfica. RESULTADOS PARCIAIS. Para alcançar o objetivo de realizar uma revisão sobre as perspectivas teóricas que fundamentam o ensino e a prática do empreendedorismo, foram revisados os resultados das pesquisas de Salusse (2014), Kolb (1973) e Lundmark et al (2019), que se destacam pelos insights gerados no assunto de ensino de empreendedorismo. Ao apresentar sobre a evolução das perspectivas teóricas que fundamentam sobre o ensino de empreendedorismo, Salusse (2014) destaca quatro enfoques: (1) a busca por conhecer as características do empreendedor, (2) o empreendedorismo como um processo; (3) o empreendedorismo como um processo cognitivo e (4) o empreendedorismo como um método. O autor defende que as metodologias desenvolvidas para o ensino do empreendedorismo dependem da perspectiva teórica em que o empreendedorismo é analisado (SALUSSE, 2014). Kolb (1973) defende que a aprendizagem é uma habilidade que pode ser desenvolvida e aprimorada. O autor propõe que “saber aprender” é um elemento chave para um administrador ser bem sucedido, seja em um novo empreendimento ou atuando como colaborador. Kolb argumenta que indivíduos e organizações podem melhorar suas habilidades de aprendizado se conhecerem os processos que permitem aprender. Em seus estudos no MIT (Massachusetts Institute of Technology ou Instituto de Tecnologia de Massachusetts), Kolb desenvolveu um arcabouço para os principais estilos de aprendizagem, bem como suas consequências. São eles: (1) a experiência concreta, (2) a observação reflexiva, (3) a conceituação abstrata e (4) a experimentação ativa (KOLB, 1973). Quando não existe compatibilidade entre o estilo de aprendizado pessoal do indivíduo e a área em que esse pretende atuar, existem grandes chances desse indivíduo

abandonar a área (KOLB, 1973). Kolb destaca a lacuna que existe entre os tipos de aprendizagem que os administradores geralmente apresentam na prática da profissão e o que lhes é apresentado no ambiente acadêmico. Estudos recentes que utilizam a teoria de Kolb demonstram o impacto positivo do uso de estilos específicos de aprendizagem aplicados ao empreendedorismo. Lundmark et al (2019) verificaram os efeitos do estilo de aprendizado de observação reflexiva com uma amostra de 125 estudantes de empreendedorismo. A pesquisa demonstrou que esse estilo dá suporte ao desenvolvimento de capacidades empreendedoras. CONCLUSÕES. Com base nos resultados alcançados nessa revisão bibliográfica dos autores principais, é possível identificar alguns insights que já permitem verificar direcionamentos para o projeto de pesquisa. Inicialmente, destaca-se a importância de compreender a perspectiva teórica em que o empreendedorismo é analisado para então elaborar os conteúdos a serem desenvolvidos em sala de aula. Esse entendimento permite direcionar o projeto pedagógico da disciplina, focando na construção do conhecimento sobre empreendedorismo que mais se adequa à realidade que se busca alcançar. Além disso, os estudos de Kolb (1973) ressaltam que o próprio processo de aprender deve ser compreendido como uma habilidade que o empreendedor precisa desenvolver para desempenhar efetivamente o seu papel. Considerando os resultados positivos alcançados por Lundmark et al (2019), entende-se que criar formas para se produzir o alinhamento dos estilos de aprendizagem dos alunos e a forma como o conhecimento é construído é um caminho possível para se construir as estratégias pedagógicas mais eficientes no ensino de empreendedorismo. Desta forma, seria possível reduzir a lacuna que existe entre a prática da gestão e ambiente acadêmico da área.

Palavras-chave

empreendedorismo; educação; ensino aprendizagem; ensino superior; gestão.

Referências

JÓFILI, Zélia. Piaget, Vygotsky, Freire e a construção do conhecimento na escola. Educação: teorias e práticas, v. 2, n. 2, p. 191-208, 2002.

KOLB, David A. Management and the learning process. *California management review*, v. 18, n. 3, p. 21-31, 1976.

LUNDMARK, Erik et al. Does reflection help students to develop entrepreneurial capabilities?. *Journal of Small Business Management*, v. 57, n. 3, p. 1157-1171, 2019.

SALUSSE, Marcus Alexandre Yshikawa. O ensino de empreendedorismo com fundamento na teoria effectuation. Tese de Doutorado. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.

SHANE, S.; VENKATARAMAN, S. the Promise of Entrepreneurship As a Field of Research. *Academy of Management Review*, v. 25, n. 1, p. 217–226, 1 jan. 2000.

VASCONCELOS, Clara; PRAIA, João Félix; ALMEIDA, Leandro S. Teorias de aprendizagem e o ensino/aprendizagem das ciências: da instrução à aprendizagem. *Psicologia escolar e educacional*, v. 7, n. 1, p. 11-19, 2003.

OS LIMITES ATUAIS DO EAD NOS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM PERÍODO DE PANDEMIA

10.6084/m9.figshare.14045243

HERICKES OSMAR DE OLIVEIRA
Discente – Marketing
FATEC

No ano de 2020, ocorreu o surgimento do Corona vírus (COVID-19) que se alastrou pelo mundo afora, a qual foi classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como pandemia. Governos, mercados e a sociedade civil foram afetados e tiveram que adotar medidas de contenção e de controle da disseminação do COVID-19. Estas medidas implicaram em uma nova organização da ordem social. Dentre as mudanças acontecidas estão as praticadas na área da educação. O ensino teve que se readaptar. No âmbito do ensino superior, as aulas foram direcionadas para serem dadas por ensino remoto, ainda se percebeu um significativo crescimento do Ensino à Distância. Dados do Censo do Ensino Superior já mostravam, antes da Pandemia, um crescimento maior do EAD em relação ao Ensino Presencial. Com a pandemia, essa diferença ficou mais expressiva já que praticamente todo o ensino superior ficou à distância ou remoto. No período em que se deu essa, pode-se perceber que, de fato, este modo de ensino é uma tendência irreversível. Este ensino cresce exponencialmente ajudado pelo surgimento de novas tecnologias e de práticas pedagógicas que se adaptam a ele. No entanto, ainda, no Brasil há alguns tipos de conhecimentos, muito específicos que ainda não podem ser oferecidos de forma remota ou à distância. Além disso, tendo em vista o tamanho continental do Brasil, há várias limitações de infraestrutura que fazem com que o EAD ou o ensino remoto ainda não possam atingir os resultados esperados, no que se refere a absorção de conhecimento. Há áreas do conhecimento que necessitam arbitrariamente da presença dado o caráter prático destas

áreas do conhecimento como: ciências da saúde, ciências biológicas, ciências agrárias, determinadas áreas das ciências exatas, dentre outras. Nesse contexto, esta pesquisa se centra nas seguintes questões: (1) Que mudanças ocorreram no ensino superior com a pandemia do Covid-19? (2) Que áreas do conhecimento ainda não podem ser lecionadas de maneira remota ou em EAD? A partir desses questionamentos, pretende-se responder com hipóteses que serão úteis para entender melhor esse processo de transição que a educação está passando, assim como, sinalizar de que forma os gargalos existentes podem ser superados em prol de uma educação de qualidade.

OBJETIVOS.

OBJETIVO PRINCIPAL. Pretende-se analisar as limitações atuais para o ensino remoto e o EAD em algumas áreas do conhecimento.

OBJETIVOS SECUNDÁRIOS.

- Analisar o ensino superior e suas tendências para os próximos anos.
- Analisar o nível de qualidade do ensino remoto e do EAD, observando alguns indicadores de qualidade como o Exame Nacional de Cursos e o Conceito Preliminar do Curso (CPC).
- Observar as possibilidades de políticas de superação dos gargalos existentes no ensino remoto e de EAD.
- Analisar a eficiência e eficácia das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o ensino remoto e EAD.

REFERENCIAL TEÓRICO. A educação à distância é um fenômeno irreversível. “A EAD é uma alternativa indispensável para avanços educacionais que visam democratizar o acesso ao ensino, elevar o padrão de qualidade de um processo educativo e incentivar o aprendizado ao longo da vida. Do ponto de vista pedagógico, é preciso valorizar o melhor do presencial e o melhor da educação à distância” (SANTOS, VALADARES, SILVA e OLIVEIRA, 2013). Neste sentido, a adaptação é um tema discutido em várias esferas da sociedade e principalmente na educação brasileira (MORAN 2002, ALVES 2011). Nota-se que a adaptação ao ambiente pós pandemia é uma necessidade fundamental, pois, esse processo de adaptação pode ser a longo prazo, porém, é uma variável de aluno para aluno. Mediante a situação atual a adaptação tornou-se uma *skill* ou habilidade que o ser humano tem que desenvolver para manter-se. A pandemia acelerou processos de adaptações, que tiveram que ser colocados em prática inevitavelmente. Um desses processos foi o de tornar todas as aulas do ensino superior em remotas, mas isso já era algo que GRZYBOWSKI (2000) havia analisado. Sem passar por um processo de adaptação necessário, a imperiosa

necessidade de continuar ofertando ensino superior, obrigou, uma grande maioria de instituições de ensino superior (IES) a se adaptarem a um formato, ora conhecido por algumas, ora desconhecido e não praticado por outras. Se no modelo tradicional presencial de ensino já havia deficiências na formação do pensamento crítico, analítico e reflexivo, com a instauração do modelo remoto ou o incremento do modelo de Ensino à Distância (EAD), estas deficiências podem ter se incrementado com essa abrupta mudança, como apontam estudos do VALENTE (1993). Ainda, com o advento do EAD, houve também mudanças nas formas de avaliação, seus critérios e modalidades, conforme ensina Tito Eugênio Santos Souza: Se no passado o conhecimento era transmitido apenas oralmente, após a invenção da escrita o livro tornou-se o seu suporte por excelência. Mais recentemente, com o surgimento do ciberespaço, os saberes passaram a ser codificados em bases de dados disponíveis online. Assim, “com esse novo suporte de informação e de comunicação emergem gêneros de conhecimento inusitados, critérios de avaliação inéditos para orientar o saber, novos atores na produção e tratamentos dos conhecimentos” (LÉVY, 2010b, p. 170). A insegurança que é gerada a partir da estruturação de um modelo remoto ou de EAD de forma intensiva, criou algumas resistências, principalmente porque todo processo de transição tem falhas. Estas falhas precisam ser corrigidas em médio ou longo prazo, tendo em vista a consolidação do ensino remoto e do EAD no ensino superior. Há elementos que mostram que o modo de ensino não será mais o mesmo, a tendência à digitalização é irreversível. No entanto, é de extrema urgência analisar, erros que possam ser cometidos ao longo dessa implementação, principalmente em cursos que exigem alta dosagem de ensino prático e de pesquisa laboratorial. METODOLOGIA. A metodologia utilizada neste trabalho será múltipla utilizando-se de métodos qualitativos e quantitativos, passando pela pesquisa exploratória, a pesquisa explicativa e a descritiva. Serão analisados dados gerais da educação superior no Brasil e a evolução histórica. Além disso serão observados dados secundários para o mapeamento dos cursos que tiveram problemas, durante o período da pandemia, na sua oferta. Para isso, serão coletados dados e pesquisas que demonstrem quais os gargalos encontrados na oferta nessa modalidade de cursos, assim como das possibilidades de superação de tais problemas da oferta.

RESULTADOS PRELIMINARES. No período de pandemia evidencia-se muitas desistências dos discentes do ensino superior. Principalmente do setor privado. Os motivos são variados, falta de estrutura para acompanharem as aulas remotas, falta de adaptação com o modelo, problemas econômicos e socioemocionais podem ser, dentre outros, os que podem ser apresentados como determinantes para essas desistências. Em 2017, dados do censo do ensino superior já indicavam um crescimento da graduação à distância, essa tendência é inevitável, com a pandemia, a distância entre o presencial e o ensino à distância deve diminuir significativamente. A priori, pode-se destacar: O inevitável crescimento do ensino à distância se dará em várias áreas do conhecimento, porém, essa pesquisa inicial mostra que algumas áreas do conhecimento foram penalizadas por essa prática. Áreas como as ciências da saúde (medicina, enfermagem, veterinária, educação física etc.), ciências pragmáticas, que exigem experimentação (como química, biologia, física), ciências agrárias (devido às ações em campo), as engenharias e todos os demais ramos do saber que precisam de aulas práticas ou de laboratórios especializados que possam suprir a falta da presencialidade. A falta de infraestrutura dos alunos, pode ser um empecilho na absorção do conhecimento. Dificuldades de acesso à internet, aos equipamentos celulares, *tablets* e computadores, penalizam sobremaneira a eficácia do modelo implantando. Esta pesquisa, pretende mostrar, além dessas limitações, possibilidade de superação desses gargalos. **CONCLUSÕES** A priori, este estudo conclui que a inevitável instauração do ensino remoto e à distância, deve ser acompanhado também pela necessidade de superar gargalos que existem no ensino, especificamente para determinadas áreas. Não se nega a consolidação do modelo à distância, nem do remoto, chama-se sim a atenção para a necessidade de uma melhor adaptação do modelo de ensino para todas as áreas de conhecimento.

Palavras-chave

Educação superior, Ensino Remoto, Ensino à distância.

Referências

ALVES, Luciléia. Educação à distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, volume 2010, artigo 7, 2011. Disponível em: http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf. Acesso em: setembro/2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Senso da Educação Superior 2017: Divulgação dos principais resultados. Brasília/DF, setembro de 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>.

GRZYBOWSKI. Informática na educação. In: PROINFO em 28 de março de 2000.

MORAN. José Manuel. Novos caminhos do ensino a distância, Informe CEAD - Centro de Educação a Distância. SENAI, Rio de Janeiro, 2002.

VALENTE, J. A. Diferentes usos do computador na Educação. Campinas: Gráfica Central UNICAMP, 1993.

_____. Por que usar computador na educação? Campinas: Gráfica Central

UNICAMP, 1993.

SANTOS, Eva Karolina Pereira; VALADARES, Isabela Almeida; SILVA, Marina Santos; OLIVEIRA, Pedro Henrique Branco de. Educação A Distância (EAD): Limites E Possibilidades Da Criação De Um Novo Modelo Pedagógico. Disponível em: <http://ueadsl.textolivre.pro.br/2013.1/papers/upload/71.pdf>. Acesso em 27.09.2020.

SOUZA, Tito Eugênio Santos Souza. Avaliação em Educação à Distância: Concepções e Possibilidades.

REVASF, Petrolina/PE, vol. 4, n. 6, pgs. 158-170, dez/2014. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:RWgTvnMQ6TsJ:https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/revasf/article/download/275/170/774+&cd=13&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 27.09.2020.

EDUCAÇÃO PÓS PANDEMIA: REFLEXÕES SOBRE A DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR PRESENCIAL PÓS-PANDEMIA

10.6084/m9.figshare.14045114

ESTER MARLENE KURTZ
Docente – NAF Estácio Curitiba

JANICE MENDES DA SILVA
Docente - NAAP – Pedagogia Estácio Curitiba

LUCIMARA BORTOLETO CANDIOTTO
Docente - Administração - Ciências Contábeis - Gestão Financeira
Estácio Curitiba

O atual momento da educação superior alterou a forma do trabalho docente de forma brusca e impôs uma série de desafios, motivado pela pandemia do novo Corona vírus, iniciou um processo de mudança e inovação. A adoção de práticas pedagógicas capazes de atender as demandas decorrentes da imprevisibilidade, fez com que o trabalho docente se voltasse ao uso de metodologias ativas, para educação na Era Digital. É o momento de oportunidade para desenvolver habilidades e competências para utilização das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC's), dominar ferramentas remotas e as novas práticas de ensino-aprendizagem, como potencial pedagógico e meio de interação com os alunos. Neste contexto emerge a seguinte questão de pesquisa: quais os desafios encontrados e qual o legado que permanecerá na prática docente a partir da migração de aulas presenciais para um meio remoto, considerando um contexto pandêmico, segundo a percepção dos professores do ensino superior em Curitiba-PR? Assim sendo, o objetivo do presente estudo é apresentar os desafios encontrados no processo de migração das aulas presenciais para aulas em meio remoto e o legado que esses desafios deixarão na prática docente no ensino superior, considerando a percepção dos professores de Curitiba-PR. Esse modelo de aula remota alterou o processo de ensino e aprendizagem deixando o

aluno como sujeito protagonista da aprendizagem uma vez que esse aluno precisou de mais autonomia para o estudo e participação nas aulas. Por outro lado, os professores precisaram rever sua prática docente e encontrou nas TIC's uma grande aliada nesse processo. Conforme salienta Frota (2018, p. 2), as TICs aplicadas à educação “tem provocado modificações significativas nas maneiras de ensinar como também nas de aprender, provocando o surgimento de tecnologias educacionais que possibilitam o acesso à educação de qualquer lugar e horário”. Nesse sentido, de acordo com Moran (2017, p. 23), “num mundo em profunda transformação a educação precisa ser muito mais flexível, híbrida, digital, ativa, diversificada” e foi exatamente o que aconteceu nesse momento pandêmico. A educação se transformou para que pudesse continuar desempenhando seu papel na sociedade e na vida de milhares de jovens. Provoca-se o início da desconstrução do docente pelo confronto, pela urgência demandada pelo contexto de saúde mundial, mas que certamente motivou a desconstrução de um modelo de ensino tradicional para o paradigma da Era Digital. Na atualidade, os professores imigrantes digitais procuram se adaptar à evolução das novas tecnologias, às demandas do atual cenário, buscando utilizá-las como suporte ao processo ensino-aprendizagem (INDALÉCIO; RIBEIRO, 2017). A investigação foi realizada por meio da pesquisa exploratória, que segundo Moreira e Caleffe (2008, p. 69) “tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias”. Quanto ao processo, neste estudo optou-se pela abordagem qualitativa e quantitativa, apresenta, por meio de descrições, as características dos indivíduos e cenários pesquisados e a quantificação dos níveis de dificuldade apresentados pelos docentes, utilizando uma Escala de Likert. O questionário foi o instrumento utilizado para essa investigação, quarenta docentes participaram da pesquisa. Para análise das respostas, calculou-se a média ponderada, considerando a escala de um a cinco. A familiaridade com as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), indicando grau de dificuldade de 63% e o acesso dos alunos, por meio remoto, por causa de problemas técnicos com a internet e o aparelhamento de equipamentos de Hardware, com 59%, foram os itens distinguidos como sendo de maior dificuldade. O menor grau de dificuldade foi verificado na acessibilidade a internet por parte dos docentes, com 37%, e ainda, a manutenção do bom relacionamento com os alunos e a resistência pessoal no uso de TDIC, sugerindo 45%. Entre as perguntas abertas, destaca-se o questionamento sobre a

aprendizagem do professor durante o processo de migração das aulas presenciais para o meio remoto, vinte e cinco professores apontaram como processo desafiador, no entanto com descobertas positivas na área tecnológica e no formato de adaptação didática. O estudo indica que uma parcela dos docentes no ensino superior apresentava uma resistência ou dificuldades quanto ao uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), por outro lado, verifica-se a crescente consciência deles quanto a relevância para disseminação do conhecimento na cultura digital.

Referências

FROTA, G. Sala de aula invertida: a metodologia blended learning. CIET, 2018. INDALÉCIO, Anderson Bençal; RIBEIRO, Maria da Graça Martins. Gerações Z e Alfa: os novos desafios para a educação contemporânea. Revista UNIFEV, Votuporanga, v. 2, p. 137-148, 2017.

MORAN, J. Metodologias ativas e modelos híbridos na educação. In: AEGASHI, Solange et al (org.). Novas Tecnologias Digitais: Reflexões sobre mediação, aprendizagem e desenvolvimento. Curitiba: CRV, 2017. p. 23-35.

A PESQUISA ACADÊMICA E O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO DA ÁREA DE NEGÓCIOS

10.6084/m9.figshare.14045186

RODRIGO FERNANDES PISSETTI
Docente – NAC
FATEC

JOCELY APARECIDA BURDA
Docente - Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos
FATEC

BEATRIZ SOUZA BUFFON
Discente - Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos
FATEC

BRUNA FERNANDA DE SOUZA
Discente - Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos
FATEC

KARINA SILVA FLORES
Discente - Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos
FATEC

Apesar de historicamente serem muitas vezes apresentados em universos distantes, polarizando teoria e prática, as instituições de ensino superior vêm se aproximando cada vez mais do meio empresarial. A chamada “terceira geração” de universidades, que marcam o século XXI, congrega cientistas, profissionais e empreendedores no desenvolvimento de projetos de tecnologia e inovação, produzindo e difundindo conhecimentos em um ritmo jamais visto (Wissema, 2009). Nesse cenário, constata-se que a pesquisa acadêmica e a pesquisa aplicada nas organizações têm muito em comum, e que os métodos científicos são de extrema utilidade para os negócios. OBJETIVOS. Relacionar a pesquisa acadêmica com a pesquisa organizacional, voltada à atuação e interesses dos negócios das empresas. Explicar como o conhecimento científico contribui

para as atividades empresariais. REFERENCIAL TEÓRICO. Esse estudo parte das informações, descrições e teorias publicadas por autores que são referência na pesquisa científica, David Gray (2012), John Creswell (2010) e Robert Yin (2010), assim como na pesquisa de mercado e organizacional, como Rasquilha (2015), Harper Boyd e Ralph Westfall (1983) e Robert Leduc (1987). Também servem de fontes dados e iniciativas divulgadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

METODOLOGIA. O presente trabalho fundamenta-se em revisão de literatura. Conforme Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é o estudo elaborado a partir de material já publicado, com o propósito tanto de construir uma fundamentação teórica como identificar o estágio atual do conhecimento referente a um tema. Sua principal vantagem é a possibilidade de cobertura de uma ampla gama de fenômenos, maior que a proporcionada em uma pesquisa direta.

RESULTADOS. Robert Leduc (1987) e Harper Boyd e Ralph Westfall (1983) descrevem os objetos de pesquisa mais comuns das organizações: estudos de mercado (oferta e demanda, vendas, comportamento do consumidor), testes de produtos (tecnologias, materiais, funcionalidade, design) e estudos publicitários (mídias, formulação de mensagens). Entretanto, os autores enfatizam que essas investigações precisam ser estruturadas em métodos científicos, do planejamento à divulgação dos resultados, passando pela escolha dos instrumentos de coleta de dados, entrevistadores, população abordada etc. Gray (2012) alerta que a pesquisa aplicada pelas empresas deve ser bem mais que uma simples atividade pragmática: “por trás dela estão os alicerces das teorias acadêmicas que surgiram ao longo do processo de pesquisa e investigação científica durante muitas décadas e séculos” (Gray, 2012, p.12). Certamente, as grandes corporações têm consciência da vantagem competitiva que o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) proporciona. Em um mercado altamente competitivo e dinâmico, “a análise sistemática de padrões de mudança evita que as empresas recuem no mercado e fornece inegáveis insights para que as empresas se adaptem para mudar formas de atuação, identificando e marcando os novos mercados” (RASQUILHA, 2015, p.32). Mas pequenas empresas também podem ser amplamente beneficiadas em sua atuação no mercado com a pesquisa científica. Exemplo disso são programas como o Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (PIPE), criado em 1997 e até a atualidade mantido pela

FAPESP. Entre seus objetivos, o PIPE pretende possibilitar que as empresas se associem a pesquisadores do ambiente acadêmico em projetos de pesquisa visando à inovação tecnológica e contribuir para a formação e o desenvolvimento de núcleos de desenvolvimento tecnológico nas empresas e para o emprego de pesquisadores no mercado de trabalho empresarial. CONCLUSÕES. O domínio sobre os métodos de pesquisa é imprescindível diante de um mundo cada vez mais dinâmico, incerto e competitivo, onde as empresas precisam entender, prever e controlar seus ambientes internos e externos. O conhecimento científico e metodológico é fundamental ao se investir e conduzir pesquisas organizacionais, administrar o trabalho dos pesquisadores e interpretar objetivamente as informações levantadas. Logo no início de todo o processo “torna-se possível calcular os riscos e os benefícios potenciais da implementação de projetos de pesquisa” (Gray, 2012, p.10).

Palavras-chave

Metodologia de pesquisa; pesquisa organizacional; pesquisa de mercado; gestão da informação.

Referências

BOYD, Harper W. e WESTFALL, Ralph. Pesquisa mercadológica – textos e casos. Trad. Afonso C. A. Arantes e Maria Isabel R. Hopp. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Trad. Magda Lopes.Consult., superv. e rev. técnica: Dirceu da Silva.3ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FAPESP. Sobre o PIPE. Disponível online em <https://www.fapesp.br/pipe/sobre/> acessado em: 24/09/2020.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. edição. São Paulo: Atlas, 2010.

GRAY, David E. Pesquisa no mundo real. Trad. Roberto Cataldo Costa. Revisão técnica: Dirceu da Silva. 2ª edição. Porto Alegre: Penso, 2012.

LEDUC, Robert. Propaganda: uma força a serviço da empresa. Trad. Sílvia de Lima Bezerra Câmara. São Paulo: Atlas, 1987.

RASQUILHA, Luís. Coolhunting e pesquisa de tendências – observar, identificar e mapear as tendências e mentalidades emergentes do consumidor. São Paulo: Actual editora, 2015.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Trad. Ana Thorell. Rev. técn: Cláudio Damascena. 4ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WISSEMA, J.G. Towards the Third Generation University: managing the university in transition. Cheltenham: Edward Elgar, 2009.

**A IMPORTÂNCIA DE ENTENDER FUNÇÕES E GRÁFICOS EM
TEMPOS DE PANDEMIA – COVID-19, UMA AMEAÇA À
SAÚDE MUNDIAL QUE SE TRANSFORMOU EM
AULA DE ESTATÍSTICA**
10.6084/m9.figshare.14045162

CLAUDIA L. JULIATO ARAÚJO
Docente - Estatística e Probabilidade - IC 2020/2021
FATEC

GRACIELE LOURENÇO MARTINS
Discente - Gestão Financeira - IC 2020/2021
FATEC

HELOIZA INEZ BERTAGNOLLI
Discente - Marketing - IC 2020/2021
FATEC

O presente projeto tem como intenção demonstrar a importância de ler, compreender, analisar e interpretar corretamente dados estatísticos, gráficos, tabelas, resultados, levando os dados a uma interpretação simples e de fácil compreensão. Esta compreensão e análise de resultados se faz necessário, por exemplo, para que não se compare números absolutos e sim relativos, respeitando a individualidade de outros fatores, também para evidenciar as formas existentes de representação e análise. Neste sentido, um levantamento sobre os tipos de amostragens utilizadas, uma passagem pela interpretação e diferenciação de funções lineares, exponenciais, geométricas e de vários tipos de outras funções que possam representar o comportamento de um certo tipo de variável são fundamentais para entender e compreender resultados. Também os tipos de variáveis e a necessidade de trabalhar com cada uma delas corretamente é fator a ser considerado. Depois, o foco se dará na forma em que podemos representar e apresentar todo e qualquer tipo de resultado, mostrando a forma correta de se realizar esta interpretação correta dos gráficos, como compará-los, construí-los e apresentá-los. Para isso esse projeto pretende iniciar as atividades reunindo toda a teoria acerca de: os tipos de amostragem, funções, gráficos.

Ademais, serão realizados comparativos de resultados e de gráficos, para enfim, demonstrar a importância da leitura correta de dados estatísticos. O contexto de uma pandemia será levantado e levado em consideração, porém não será o foco da pesquisa. Esta funcionará como um instrumento para a divulgação e interpretação de resultados. Desta forma, o foco deste projeto, que se dará com auxílio dos alunos dos Cursos de Tecnologia da Faculdade de Tecnologia Estácio de Curitiba que cursam a disciplina de Estatística e Probabilidade, é fornecer e demonstrar a importância de se saber, entender e interpretar dados estatísticos, gráficos e funções para não ser refém de informações falsas e errôneas.

A SISTEMATIZAÇÃO COLETIVA DO CONHECIMENTO NA AULA DE ESTATÍSTICA – UMA ALTERNATIVA METODOLÓGICA

10.6084/m9.figshare.14045123

CLAUDIA L. JULIATO ARAÚJO

Docente – Gestão

Estácio Curitiba

Aulas envolvendo cálculos em cursos da área de Gestão, em geral, trazem ao aluno insegurança e dificuldades ou até mesmo podem ocasionar reprovações. Mais ainda em uma aula de Probabilidade e Estatística. Visando desmistificar o ensino desta disciplina nos cursos de Administração e Ciências Contábeis da Faculdade Estácio de Curitiba e como alternativa metodológica para melhorar a aprendizagem, conhecimento e relacionamento dos alunos com determinados conteúdos, este trabalho teve como intenção aplicar a metodologia da Sistematização Coletiva do Conhecimento em quatro temas da disciplina citada buscando um melhor aproveitamento dos alunos em aula e ao final do semestre. Buscar uma metodologia que rompa com o sistema reprodução-assimilação de conteúdos se fez fundamental para melhorar a aprendizagem dos alunos e estabelecer uma nova estratégia de ensino. Na Sistematização Coletiva do Conhecimento o aluno terá que procurar entender e compreender o conteúdo e não apenas assimilá-lo e reproduzi-lo. A metodologia consistiu em separar grupos de alunos com temas diferentes, cada grupo era responsável por um tema. Neste grupo eles debatiam, discutiam e compartilhavam seus conhecimentos e entendimentos uns com os outros, abandonando o papel de agentes passivos para se tornarem agentes ativos da aprendizagem. Também preenchiam um quadro com aquilo que eles conciliaram sobre o tema. Passado um certo período de entendimento e discussões dentro do grupo, eles trocavam de lugar e iam formar novos grupos, levando consigo todo o aprendizado construído com as discussões em seu grupo, sendo ele o responsável por levar o conteúdo discutido e refletido para seu novo grupo,

provocando nestes novos pares mais inquietações e discussões sobre o tema. Neste novo grupo, seu quadro continha apenas o conteúdo inicialmente discutido e aprendido, tendo neste segundo momento que entender e completar o quadro com os outros temas que neste momento foram compartilhados pelos novos colegas de grupo. O aluno começa a partir deste momento a se sentir como detentor do saber do seu tema, saindo de uma posição de assimilador do conhecimento para assumir o papel de desbravador do ensino. As interferências realizadas pela Professora eram apenas de cunho elucidativo e quando solicitada pelo grupo, tornando-se uma agente passiva e colaborativa da aprendizagem. O foco sai da professora e passa a ser única e exclusivamente do aluno. Agora ele é o centro das atenções. Feita a dança das cadeiras, cada aluno formou um novo grupo, levou seu conhecimento e discutiu sobre outros temas, agora todos sabem sobre tudo. Todos os temas foram abordados, discutidos e refletidos entre todos e a aula foi mais interessante. No início, a grande parte dos alunos ficou um pouco chocada e até mesmo preocupada ao perceber que a professora não iria estar à frente da condução da aula e que esta não seria como de costume. Logo, o entrosamento foi vindo e ao final todos consideraram a metodologia muito produtiva e bem dinâmica, pediram que fosse feita mais vezes. O conteúdo não foi mais abordado e ao realizarem a avaliação de final de semestre a maioria dos alunos se deram muito bem.

Palavras-chave aprendizagem; sistematização coletiva do conhecimento; ensino da estatística.

Referências.

CARTAXO, S. R. M., MARTINS, P. L. O., ROMANOWSKI, J. P. Práticas de Formação de Professores: da Educação Básica ao Ensino Superior. Curitiba: PUCPRes, 2016. TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. LARSON, Ron & FARBER, Betsy. Estatística Aplicada. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

ATUALIZAÇÃO DA TABELA DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE: IMPACTO DIRETO NA VIDA DO TRABALHADOR BRASILEIRO

10.6084/m9.figshare.14045117

ALINE DAIENE OLEGÁRIO ASTH DIAS
Egressa - Ciências Contábeis Estácio Curitiba

CLÉCIO SIEGFRIED STEINTHALER
Docente - Ciências Contábeis Estácio Curitiba

LUCIMARA BORTOLETO CANDIOTTO
Docente - Administração - Ciências Contábeis Estácio Curitiba

Este trabalho visa a análise do imposto de renda retido na folha, correlacionando a sua tabela de atualização com os mesmos percentuais de atualização do salário-mínimo nacional, no período de 2020 a 2018. Para tanto, buscou-se hipoteticamente traçar uma análise, considerando um trabalhador com rendimento mensal de R\$ 3.000,00 (já deduzidos os valores devidos ao INSS), e sem que tenha dependentes. Pela tabela de 2018, a alíquota a ser aplicada seria de 15%, com retenção de R\$ 95,20, equivale a R\$ 1.142,40 no ano. Se atualizada a tabela, como proposto, o mesmo trabalhador não atingiria esta alíquota, se encaixaria nos 7,5%, ressaltando assim, o valor que vem sendo cobrado a mais. A Constituição Federal em seu Art. 153, destaca que é competência exclusiva da União majorar ou mudar a forma de cobrança do IRPF. Esse imposto, de ampla incidência, decorre de rendas de capital, do trabalho, ou de ambos os casos, mas incidente diretamente em sua origem. Ichihara cita (2012, p.238), que considera o imposto de renda um tributo injusto, pois sua retenção diretamente na fonte inibe processos compensatórios, como ocorre com as Pessoas Jurídicas. Sua origem está na Lei nº 2.354 de 29 de novembro de 1954, onde em seu artigo 12, parágrafo 4º determina o desconto de imposto na fonte enquanto seu art.5º determina os conceitos de rendimentos a serem tributados.

Historicamente em seus dois primeiros anos, os valores dos impostos eram diferenciados de acordo com o número de filhos e estado civil, e incidia sobre rendimentos do trabalho do exercício de empregos, cargos ou funções, oscilando entre uma faixa de renda. Ainda no Art. 12, parágrafo 5º da mesma lei, permitiu-se que a partir de 1956, o processo compensatório entre os impostos a pagar e os já pagos diretamente na fonte. O campo para informar o imposto retido na fonte, só foi introduzido no formulário das declarações obrigatórias no início da década de 60, e em 19 de maio de 1961, foi criada a Lei nº 3.898, que instituiu o valor de isenção; limites de classes; alíquotas; tabela progressiva e os descontos referentes ao abatimento dos encargos de família, vinculando-os ao salário-mínimo mensal. Em 1964, com a Leis nº 4.357, de 16 de julho nº 4.506, ocorreu a revogação da cobrança dos adicionais de proteção à família e o valor do imposto deixou de ter vínculo com o estado civil e a prole do contribuinte. Posteriormente foram feitas atualizações anuais acordo com o coeficiente de correção monetária estabelecida pelo Conselho Nacional de Economia, desde que os índices gerais de preços se elevassem acima de 10% ao ano ou de 15% em um triênio. O Decreto-lei nº 1.198, de 27 de dezembro de 1971, reajustou a tabela do imposto progressivo dos rendimentos do trabalho assalariado, com alíquotas entre 5% a 15%. Passaram-se os anos, mudaram as moedas, e o Brasil flutuou entre índices inflacionários extremos. Com a vinda do Plano Real em 1995, o país buscou estabilizar e pôr fim a inflação, porém as atualizações da tabela do imposto de renda das pessoas físicas, não acompanhou os índices inflacionários, muito menos, os de correção do salário-mínimo. No ano de 1995, a tabela passou a ter quatro classes e três alíquotas: 15,0%, 26,6% e 35,0%, mas em 1996, ela foi reduzida para três classes, e duas alíquotas, retirando-se a taxa de maior alíquota. Em janeiro de 2009, a nova tabela, passa a ter cinco classes e quatro alíquotas, sendo 7,5%, 15%, 22,5% e 27,5% e segue assim até os dias atuais. Em 10 de maio de 2002, a Lei 10.451, trouxe a correção dos valores de 17,5%, mas entre 2003 e 2004, nenhuma alteração foi autorizada. Em 2005, pela Lei 11.119 de 25 de maio, houve reajuste de 10% e no ano de 2006, pela Lei 11.311 de 13 de junho, a tabela obteve alinco de mais 8%. A partir do ano de 2007 até 2014, através da Lei 11.482 de 31 de maio de 2007, os reajustes passaram a ser de 4,5%. A última atualização da tabela ocorreu em 2015, pela Lei 13.149 de 21 de junho, e foi feita de forma escalonada entre as

classes, tendo como média 5,6% de reajuste. A partir de 2015, os valores ficaram congelados, mas os salários sofreram reajustes anuais, o que resultou em um crescente aumento da tributação. A defasagem da tabela entre os anos analisados, chegou a 54,56%, que é o percentual de aumento do salário-mínimo nacional, acima do índice de correção da tabela do Imposto de Renda. Esse percentual de defasagem da tabela deveria ser aplicada também a outras deduções previstas na legislação do próprio imposto, como as despesas com educação; parcela isenta de rendimentos de aposentadoria; transferências para reserva remunerada ou reforma e pensões. Uma das consequências desse processo, ocorre quando o salário do trabalhador se encontra muito próximo da mudança de classes da tabela, ele faz um acordo com o empregador para que não ocorra o aumento do seu salário, o que gera menor arrecadação. Outro agravante é que essa forma de tributação acaba por se tornar confiscatória, ferindo o princípio da capacidade contributiva, e acaba por agravar o processo de desigualdade. Soma-se a isso a sensação de perda, pois trata de um tributo não vinculado, portanto seu uso independe da contraprestação de algum serviço específico. Por final, destaca-se que o percentual de defasagem de 54,56% retrata apenas os anos de 2010 a 2018, portanto se considerarmos todo o período de vigência da lei, deve ter um aumento significativo. Referências . BRASIL. Código Tributário Nacional. LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.htm. Acesso em: 18 de ago. de 2018. BRASIL. Código Tributário Nacional. LEI No 2.354, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1954. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L2354.htm. Acesso em: 07 de set. de 2018. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). TÍTULO VI DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 de set de 2018. CAROTA, JOSÉ CARLOS. Manual do Direito Tributário Aplicado. 1ª.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016. Contábeis: o portal da profissão contábil. Salários-Mínimos de 1995 a 2018. Disponível em <http://www.contabeis.com.br/tabelas/salario-minimo>. Acesso em: 18 de ago. de 2018. ICHIHARA, Yoshiaki. Direito Tributário. 2ª.ed. São Paulo: Atlas, 1997. QUEIROZ, Mary Elbe. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. 1ª.ed. São Paulo: Manole, 2004. Receita Federal. Ministério da Fazenda. IRRF

(Imposto sobre a renda das pessoas físicas). Disponível em <http://idg.receita.fazenda.gov.br/acesso-rapido/tributos/irpf-imposto-de-renda-pessoa-fisica>. Acesso em: 07 de set. de 2018.

MANUTENÇÃO DE EMPREGOS DURANTE A COVID-19 NO SETOR DE BARES DE RESTAURANTE DO ESTADO DO PARANÁ

10.6084/m9.figshare.14045120

ARISTIDES DE SOUZA NAZARIO JUNIOR
Discente - MBA em Gestão Empresarial Estácio Curitiba

JOCELY APARECIDA BURDA
Coordenadora - MBA em Gestão Empresarial Estácio Curitiba

O ano de 2020, foi um ano em que passamos por uma crise sanitária e econômica mundial, devido à pandemia de Covid-19. O impacto desta situação afetou diretamente o mercado de trabalho entre outras áreas em todas as esferas mundiais, mas, aqui destacamos especialmente o mercado de trabalho, o qual não mediu esforços para que sofresse o menor impacto possível. A manutenção dos empregos foi algo que afetou a economia, pois várias empresas nacionais e multinacionais, procuraram recursos para manter-se no mercado e todos os segmentos sofreram interferência desta crise. Um dos segmentos mais afetados foi o de bares e restaurantes, que devido às restrições de funcionamento impostas pelos governos estaduais e municipais, tiveram um acentuado declínio em suas atividades e logo em seu faturamento, o que refletiu em uma instabilidade financeira e conseqüentemente acabou por gerar demissões no setor. Atualmente, o setor de bares e restaurantes congrega um milhão de negócios e gera aproximadamente 6.000.000 (seis milhões) de empregos diretos em todo o Brasil, representando atualmente 2,7% do PIB brasileiro. O governo federal apresentou medidas para tentar incentivar os empregadores a manterem os empregos dos trabalhadores registrados, conforme CLT (Consolidação de Leis Trabalhistas). Bares e restaurantes, sofreram alterações nos seus modelos de

funcionamento, conforme cita o Art19; § 1º e § 2º do Decreto 4230 de 16 de março de 2020. No qual houve a suspensão total das atividades tradicionais com fluxo de público no estabelecimento, somente seria passível de funcionamento durante a vigência do decreto, as modalidades delivery deste segmento. Para levantamento e análise do impacto desta crise no setor de bares e restaurantes do estado do Paraná, foi proposto uma pesquisa de campo no modelo quantitativo, para verificar se as medidas governamentais propostas foram suficientes para manutenção de empregos deste segmento de mercado e consequentemente evitar demissões. A coleta de dados revela elementos suficientes para entender a crise no setor, mesmo com medidas adotadas.

Palavras-chave

COVID. EMPREGOS. BARES. RESTAURANTES.

Referências

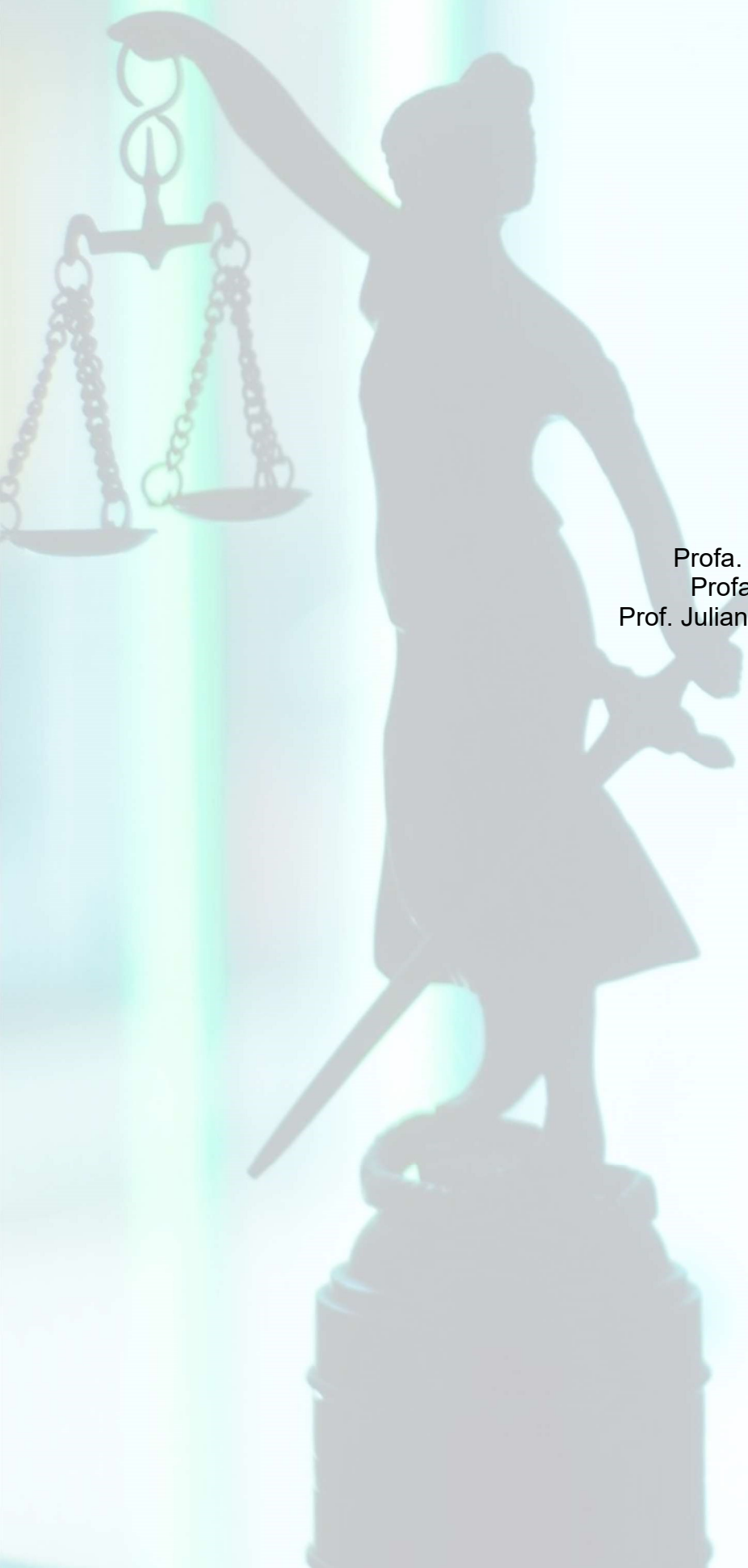
1. Cheng ZJ, Shan J. 2019 Novel coronavirus: where we are and what we know. Infection [Internet]. 2020 Apr [cited 2020 Apr 26];48(2):155-63. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s15010-020-01401-y>. Acesso em: 11 de agosto de 2020.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM n. 188, de 3 de fevereiro de 2020. } Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV) [Internet]. Diário Oficial da União, Brasília (DF); 2020 fev 4 [citado 2020 Apr 27]; Seção Extra:1. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt188-20-ms.htm Acesso em: 20 de agosto de 2020.
3. Gov.Br-Presidência da República. Medida Provisórias Nº 927, de 22 de março de 2020. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv927impresao.htm>. Acesso em: 03 de setembro de 2020.
4. Gov.Br-Presidência da República. Medida Provisórias Nº 944, de 3 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv944impresao.htm>. Acesso em: 03 de setembro de 2020.
5. Diário Oficial da União. Medida Provisória 936 de, 1º de abril de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-936-de-1-de-abril-de-2020-250711934> Acesso em: 03 de setembro de 2020.

6. Gov.br-Presidência da República. Lei Nº14.020 de,06 de julho de 2020.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L14020.htm
Acesso em: 03 de setembro de 2020.

7. Diário Oficial da União. Portaria Nº 16.655 de, 14 de julho de 2020.

Disponível em:<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-16.655-de-14-de-julho-de-2020-266640831>> Acesso em: 04 de setembro de 2020.



ESPAÇO DAS CIÊNCIAS JURÍDICAS

COORDENAÇÃO

Profa. Barbara Dias Largura

Profa. Cristiane Leamari Castro Osternack

Profa. Juliana Dela Justina Oliveira Prost

Prof. Juliano Roberto Silva Caetano de Oliveira

Prof. Rodrigo Caxambu de Almeida

COMUNICADOS CIENTÍFICOS CIÊNCIAS JURÍDICAS

TEMPOS ACELERADOS, PRESENTISMO E A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA DO DIREITO PARA A FORMAÇÃO JURÍDICA NO CONTEXTO PÓS-PANDEMIA AMANDA CIESLAK KAPP Docente – Direito UNIBRASIL FABIO LUCIANO IACHTECHEN Docente – Direito Estácio Curitiba	127
PLURALISMO JURÍDICO: RESSIGNIFICAR O ESTUDO DO DIREITO EM TEMPOS DE PANDEMIA VERONE LANE RODRIGUES Discente – Direito Estácio Curitiba FABIO LUCIANO IACHTECHEN Docente – Direito FATEC	131
TRANSFORMAÇÕES NO MÉTODO DE ENSINO SONALI QUINSLER Discente – Direito Estácio Curitiba	135
A ALIENAÇÃO PARENTAL NOS TEMPOS DE PANDEMIA ANDRESSA SCHEER GUSSO Discente – Direito Estácio Curitiba EDLAINE CLAUDIA TAMANINI Discente – Direito Estácio Curitiba VALQUIRIA DOS SANTOS Discente – Direito Estácio Curitiba	137
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO BRASIL E COVID 19 ROSANGELA RIBEIRO PEDROSO DOS SANTOS Discente – Direito Estácio Curitiba	141
O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ JEAN CARLO ANSELMO RIBEIRO Discente – Direito Estácio Curitiba	143
A VIOLÊNCIA NA RELAÇÃO HOMOAFETIVA DE MULHER LÉSBICA NO ÂMBITO DA LEI 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA) MARIANA MOYME LARLA DE ALMEIDA BOZA Discente – Direito Estácio Curitiba	145

ADAPTAÇÃO DO TREINAMENTO PRESENCIAL PARA O SEMIPRESENCIAL DOS MANEJADORES AMBIENTAIS LEGALIZADOS DE JAVALI (SUS SCROFA SCROFA) NA EDUCAÇÃO SANITÁRIA, BIOSSEGURANÇA, AMBIENTAL E LEGALIDADE - PRÉ-ADAPTAÇÃO A UMA REALIDADE PANDÊMICA RELATO DE CASO JOÃO HUMBERTO TEOTÔNIO DE CASTRO Discente – Direito Estácio Curitiba JULIANA DELA JUSTINA OLIVEIRA PROUST Docente - Direito – NPJ Estácio Curitiba JULIANO ROBERTO SILVA C DE OLIVEIRA Docente – Direito Estácio Curitiba	155
NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS DA FACULDADE ESTÁCIO DE CURITIBA JULIANA DELA JUSTINA OLIVEIRA PROUST Docente - Direito – NPJ Estácio Curitiba SIBHELLE KATHERINE NASCIMENTO Advogada – NPJ Estácio Curitiba DIEGO LAGO TASCHETTO Docente - Direito – NPJ Estácio Curitiba	159
O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NO PÓS PANDEMIA E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO INFANTIL BRENDA YESKRAH AZEVEDO BRAZ MONTEIRO Discente – Direito Estácio Curitiba CRISTIANE LEAMARI DE CASTRO OSTERNACK Docente – Direito Estácio Curitiba	163
O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NO PÓS PANDEMIA: A NOVA FORMA DE ALFABETIZAÇÃO E INTERAÇÕES SOCIOECONÔMICAS CRISTIANE CARLESSO ORMENEZE Discente – Direito Estácio Curitiba CRISTIANE LEAMARI DE CASTRO OSTERNACK Docente – Direito Estácio Curitiba	165
APLICAÇÃO DO EAD, ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E O FUTURO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL HELOÍSA SANDRI Discente – Direito Estácio Curitiba NATÁLIA BEATRIZ PETRIN E SOUZA Discente – Direito Estácio Curitiba CRISTIANE LEAMARI DE CASTRO OSTERNACK Docente – Direito Estácio Curitiba	167
VIVER OU MORRER: COMO DECIDIR LUIZ ROBERTO ZANOTTI Discente – Direito Estácio Curitiba CRISTIANE LEAMARI DE CASTRO OSTERNACK Docente – Direito Estácio Curitiba	171
MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A CRISE HÍDRICA NO PARANÁ ANDRIELE ANDRADE Discente – Direito Estácio Curitiba	175

BIOÉTICA, DIREITO E O CONHECIMENTO INFORMADO AYMARA CONCEIÇÃO W B DELLA COLETTA Discente - Direito - IC 2020/2021 Estácio Curitiba JOSÉ OSÓRIO DO NASCIMENTO NETO Docente - Direito - IC 2020/2021 Estácio Curitiba	177
ACESSIBILIDADE E O CONTEXTO EAD ISABELLA GARCIA NOAL Discente - Direito - IC 2020/2021 Estácio Curitiba JOSÉ OSÓRIO DO NASCIMENTO NETO Docente - Direito - IC 2020/2021 Estácio Curitiba	181
CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS ARTHUR LUIZ GOMES Discente - Direito - IC 2019/2020 Estácio Curitiba JOSÉ OSÓRIO DO NASCIMENTO NETO Docente - Direito - IC 2020/2021 Estácio Curitiba	183
POLÍTICAS PÚBLICAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIGITAL JOSÉ OSÓRIO DO NASCIMENTO NETO Programa Pesquisa Produtividade 2020 Estácio Curitiba	185
ALIENAÇÃO PARENTAL: ANÁLISE DA SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL E A DISCUSSÃO SOBRE A REVOGAÇÃO DA LEI 12.318/2010 ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA GUIMARÃES Discente – Direito Estácio Curitiba	187
DIREITO E ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: APONTAMENTOS PARA COMPREENDER O FENÔMENO DE TRANSPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO FEMININA COMO MINORIA PARA MAIORIA MEDIANTE A CONSOLIDAÇÃO DAS MULHERES NO ÂMBITO DA GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO NO BRASIL ALEXANDRE GODOY DOTTA Docente – Pós-graduação – Instituto direito Bacellar RAFAELA SIONEK Docente – Pós-graduação – ESA-PR/Rio; Saber Direito–TV Justiça MAIRA DA SILVA MARQUES DA FONSECA Docente – Graduação e Pós – Unibrasil	191
ELEMENTOS MÍNIMOS PARA ESTIMAR O RETROCESSO SOCIAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA APÓS O GOLPE PARLAMENTAR DE 2016: O REGRESSO DOS QUE NÃO FORAM, DE VOLTA PARA O PASSADO, BURACO SEM FIM ALEXANDRE GODOY DOTTA Docente – Pós-graduação – Instituto de Direito Bacellar JOÃO PAULO JACOB Diretor – Escola do Legislativo do Estado do Amazonas	197

TEMPOS ACELERADOS, PRESENTISMO E A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA DO DIREITO PARA A FORMAÇÃO JURÍDICA NO CONTEXTO PÓS-PANDEMIA

10.6084/m9.figshare.14045105

AMANDA CIESLAK KAPP
Docente – Direito UNIBRASIL

FABIO LUCIANO IACHTECHEN
Docente – Direito Estácio Curitiba

A proposta desta comunicação é promover uma reflexão acerca da importância da História do Direito na formação jurídica, no intuito de levantar alguns pontos de intersecção entre as duas áreas, História e Direito, e propor argumentos que indicam a necessidade de considerar a disciplina como essencial aos currículos dedicados ao Direito. Esta proposição nasce de alguns questionamentos ao processo de mercantilização do ensino superior privado brasileiro observado na última década, que tem provocado uma relativização dos currículos, que ao se tornarem mais “dinâmicos” para atender um mercado cada vez mais competitivo, adaptam, condensam e dissolvem disciplinas, áreas de conhecimento antes consolidadas, em nome de uma maior “eficiência” educacional. Tem sido este o caso da História do Direito e de outras disciplinas propedêuticas, que tem na Filosofia, nas Ciências Humanas e Sociais sua base epistemológica, e que cumprem um papel fundamental na formação jurídica. Este é um fenômeno nacional e, portanto, encontra na frouxidão das políticas públicas voltadas à educação superior, no lobby institucional e na inaptidão do órgão responsável, o Ministério da Educação, um contexto permissivo para este estado de precarização de nosso ensino. Proponho aqui refletir sobre este fenômeno social que dedica menor importância à História e seus desdobramentos temáticos, como os aplicados ao Direito, a partir do teórico francês François Hartog e o que chamou de “regime de historicidade presentista”, uma definição de como a nossa sociedade valoriza mais o presente do que qualquer outra temporalidade, no sentido de conferir ao presente uma prevalência sobre o passado e o futuro, já que encontraríamos as repostas aos nossos

problemas e o sentido do que fazemos em nosso próprio tempo. Para Hartog, o presentismo é um tempo sem futuro e sem passado, ele produz diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, e valoriza o imediato. É um presente dilatado, fragmentado e inconstante, que encontra na despolitização e desmobilização das pessoas e nos mantras de flexibilização, excelência, eficiência e produtividade a tradução objetiva desta lógica geral abstrata. Na prática, o presentismo é a sensação de observar eventos históricos importantes se desvelando em sequência, sem tempo para serem refletidos, uma sensação de espiral, de vórtice sem fim e sem horizonte: é a tradução da impressão de experiências um tempo acelerado, uma aceleração que não serve para nos conduzir mais rapidamente ao futuro, não é um caminho rumo ao progresso, é a aceleração do tempo que se encerra em si mesmo, das informações em profusão, da tarefa, das multi-telas, do produtivismo imediatista e quantificado, do trabalho intermitente. Sobre a História do Direito, gostaria de considerar o capítulo “A história do Direito na formação dos juristas”, que faz parte da obra “Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio”, texto clássico do historiador português António Manuel Hespanha no qual analisou o interesse pedagógico em torno da História Jurídica. Nele, Hespanha afirmou que ainda se justifica a inserção da História do Direito nos currículos das graduações em Direito em razão de seu potencial formativo, seja no auxílio à interpretação do Direito atual, no desenvolvimento da sensibilidade jurídica, no alargamento do horizonte cultural ou ainda no aumento do poder de persuasão por parte do jurista. Considerou ainda que importância maior da História do Direito talvez resida justamente no seu caráter de estar na contramão, ou seja, enquanto algumas das disciplinas dogmáticas criam certezas sobre o Direito vigente, a História do Direito tem como pressuposto problematizar o tom acrítico e implícito das dogmáticas, que entendem muitas vezes o Direito contemporâneo como “o racional, o necessário e o definitivo”. Tal situação demonstra certa continuidade de uma percepção que separa rigorosamente os fatos e normas, como uma herança do juspositivismo clássico e do formalismo jurídico. Para este núcleo de juristas e pesquisadores, o “intrometimento” do conhecimento histórico-social empírico na esfera dos valores jurídicos não seria aceitável, e de tal forma a História do Direito poderia desempenhar papel oposto ao de crítica e acabar endossando e legitimando o Direito estabelecido. Isto porque, a História e o que se entendia como “antigo e tradicional”, em diferentes contextos e de diferentes formas, serviu como um mecanismo

de legitimidade. Assim, o Direito justo era aquele identificado com o Direito estabelecido e longamente praticado. Para Hespanha, o argumento histórico ainda é utilizado, como, por exemplo, para provar que determinada categoria do discurso jurídico pertenceria a natureza das coisas, como se sempre estivesse existido e estado lá, ou que certos consensos foram se desenvolvendo e especializando ao longo do tempo e por esse motivo deveriam ser respeitados no presente. Várias ordens de problemas teóricos e metodológicos são originárias de tais perspectivas e de tal uso do passado, ou seja, da utilização da história para comprovação de certas categorias jurídicas. O primeiro diz respeito ao caráter natural e quase estático que conceitos e princípios jurídicos adquirem. É como se, em que pese a continuidade epistemológica, não houvesse alterações intensas no significado semântico. Como breves exemplos pode-se pensar em noções como as de família, Estado e liberdade. Sobre esta questão, podemos pensar na contribuição das críticas e reflexões realizadas pela história das ideias e ou dos conceitos. Outro problema, diretamente relacionado a este primeiro, se encontra na perspectiva de uma história progressista. Esta postula, a partir de uma abordagem evolutiva e teleológica, um contraste entre o Direito histórico que seria rude e o Direito atual, entendido como produto de trabalho agregativo e de aperfeiçoamento. Não é à toa que encontramos tantos títulos referentes à História do Direito que utilizam, ainda, o termo evolução. Esta sacralização do presente, no sentido de ler o passado a partir da perspectiva do que acabou de acontecer, com o afã de se encontrar prenúncios e antecipações dialoga é fruto, em certa medida, das abordagens metódicas localizadas especialmente no século XIX. Trata-se de um contexto, pode-se afirmar comum à História e ao Direito, em que estes buscavam se firmar como ciência. Se a História tem como um de seus principais objetivos o estudo das rupturas e permanências ao longo de tempo, deve-se pensar que, conforme postulou Hespanha, cabe à História do Direito, a fim de que esta cumpra com a perspectiva de ser posicionar contra o caráter implícito e definitivo das dogmáticas, evidenciar que o Direito existe sempre em sociedade e, justamente por isso, as soluções e arranjos políticos são sempre contingentes em relação a um dado envolvimento local e circunstancial, e por isso relativo e não universal \evolutivo.

Palavras-chave

História do Direito; formação jurídica, presentéismo.

Referências

ARBOLEYA, Arilda. et.al. (Orgs.) Futuro do pretérito: o Brasil segundo suas constituições. Curitiba: Apris, 2019.

FONSECA, Ricardo Marcelo. Direito e discurso: discursos do direito. Florianópolis: Boiteux, 2006.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HESPANHA, Antonio Manuel. Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio. Florianópolis: Boiteux, 2005.

LOPES, José Reinaldo de Lima. O direito na história: lições introdutórias. São Paulo, Atlas, 2008.

WOLKMER, Antonio Carlos. História do direito no Brasil. 5.ed. Forense: Rio de Janeiro, 2009.

PLURALISMO JURÍDICO: RESSIGNIFICAR O ESTUDO DO DIREITO EM TEMPOS DE PANDEMIA

10.6084/m9.figshare.14045102

VERONE LANE RODRIGUES
Discente – Direito Estácio Curitiba

FABIO LUCIANO IACHTECHEN
Docente – Direito FATEC

As crises podem servir para que se possa rever e reflexionar posturas e métodos que são adotados há décadas. A pandemia de Covid-19, no ano de 2020, por exemplo, tem provocado mudanças circunstanciais em posturas antes inimagináveis para a visão monista do Direito, ou seja, seria impensável que a resolução de problemas jurídicos migrasse do universo jurídico formal para o âmbito mais informal. A informalidade de mudanças espaciais nem por um momento provocou a perda da eficácia do Direito porque, afinal, a pandemia, apesar de haver encerrado a sociedade por meio do isolamento social, não acabou com as tensões e conflitos que a vida por si mesma encerra. As relações continuam e o Direito também teve que se adaptar a essa nova realidade, buscando agilidade nos processos e uma aproximação maior entre os indivíduos da sociedade no interior dessa nova instância social que foi imposta. Fomos capazes de mudar, mesmo que forçosamente, demonstrando que toda mudança é possível, além de necessária e que todo o processo da pandemia tem provocado e nos força a refletir o repensar sob uma nova ótica do Direito. Algumas reflexões nos conduziram à pesquisa: por que o Direito brasileiro se mantém tão resistente às mudanças? Ou então, por que o Brasil é o país com o maior número de processos judiciais do mundo, a tão criticada judicialização, que se vê estancada em forma de milhões de processos paralisados no país porque a justiça falha ao não corresponder às expectativas com certa celeridade e eficácia aos anseios sociais? Assim, a presente pesquisa parte de questões tão presentes e necessárias na atualidade: como seria possível lançar-se mão de um novo olhar sociológico sobre o Direito, buscando a simplificação de

processos frente às demandas mais iminentes da sociedade como ocorre a nível internacional nas Cortes de Direitos Humanos? Como seria possível utilizar-se de mecanismos alternativos na área do Direito, como o Pluralismo Jurídico, para acelerar a demanda dos processos que estão paralisados, demonstrada a ineficácia e morosidade da judicialização brasileira buscando, assim, aproximar mais a justiça da sociedade? A perspectiva sociológica do Pluralismo Jurídico amplia o leque de identificação do aparato legal para atender conflitos que se resolveriam em uma lógica comunitária como afirma Wolkmer (2015) e envolve a existência de diferentes sistemas jurídicos que coexistem com o estatal, sendo, assim, um conceito plural. Além disso, o autor afirma que já existem algumas práticas institucionalizadas, como as convenções coletivas de trabalho, formas de resolução de conflitos como a arbitragem, conciliação, Juizados de pequenas causas, as ações de sujeitos coletivos que se caracterizam como formas alternativas do Direito. As temáticas relacionadas ao Pluralismo Jurídico se assentam em discussões sobre Inter legalidade, abordagens de sociedades multiculturais, direitos das minorias, ordem internacional e ao direito do povo. Os fenômenos jurídicos apresentam uma faceta pluridimensional relacionada diretamente aos fatos e valores intrínsecos da sociedade, assim torna-se difícil compreendê-lo sob uma única condição, de forma isolada, porque há vários ângulos inter-relacionados que poderiam ser avaliados. Essa análise não retiraria a autonomia da Ciência Jurídica, uma vez que a insere significativamente no âmbito social a que realmente pertence. Esta pesquisa, ainda incipiente, buscará uma metodologia bibliográfica, sujeita a devidas modificações necessárias no decorrer do processo. Posteriormente determinará se existe a possibilidade de ressignificação das Teorias Críticas do Direito como base para repensar o formalismo normativista da área jurídica e propiciar uma compreensão mais aprofundada entre as relações sociais e as formas de institucionalidade que regem nosso ordenamento jurídico. As conclusões serão publicadas em artigo científico ao final da investigação. A busca de esclarecimentos sobre essa nova dinâmica social trata-se de um tema relevante que se instala no interior do contexto universitário, mais especificamente, no Curso de Direito, em busca de novos olhares sobre as relações sociais e suas contingências jurídicas. Segundo Paulo Freire, notório educador brasileiro, qualquer leitura de mundo somente fará sentido se for acompanhada pela capacidade de ler o mundo, de percebê-lo, de reconhecer os papéis desempenhados pelos

atores sociais que nele estão inseridos e reconhecer-se como responsáveis por tudo que se passa nesse universo.

Palavras-chave

Direito; Pluralismo Jurídico; Pandemia.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

FELICIO, Dandara; Pluralismo Jurídico. Disponível em: <https://dandarafelicio.jusbrasil.com.br/artigos/333349948/pluralismo-juridico>. Acesso em: 24 set. 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GAMA, José Luiz F. Um novo olhar sobre o Direito e a teoria dos feixes interpretativos. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/292143/um-novo-olhar-sobre-o-direito-e-a-teoria-dos-feixes-interpretativos>> Acesso em: 21 set. 2020.

IHERING, Rudolf von. A luta pelo Direito. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MEDEIROS, Larissa de. A judicialização do Direito brasileiro: limites à atuação do Poder Judiciário. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/72592/judicializacao-do-direito-brasileiro-limites-a-atuacao-do-poder-judiciario>> Acesso em: 25 set. 2020.

MILLS, Wright C. A imaginação sociológica. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1969.

REALE, Miguel. Variações sobre Justiça, 2004. Disponível em: <<http://www.miguelreale.com.br/artigos/varjust.htm>> Acesso em: 14 mai. 2020.

_____. Lições Preliminares do Direito. São Paulo: Saraiva, 2001. RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Direito Educacional em tempos de pandemia: normas de caráter temporário. Revista Consultor Jurídico, 23 abr. 2020.

Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-abr-23/direito-pos-graduacao-direito-educacional-tempos-pandemia-normas-temporarias>>. Acesso: 06. set. 2020.

SANTOS, Boaventura de Souza. A cruel pedagogia do vírus. Editora: Almedina S.A. Coimbra: Portugal, 2020.

_____. Por que é tão difícil construir uma teoria crítica? Revista de Ciências Sociais, Coimbra, 1999.

_____. Notas sobre a história jurídico-social de Pasárgada, in Souto, Claudio & Falcão, Joaquin (org.) Sociologia e Direito. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1980.

WOLKMER, Antonio Carlos, Pluralismo Jurídico: um referencial epistêmico e metodológico na insurgência das teorias críticas do Direito. Revista Direito e Práxis. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S217989662019000402711&script=sci_arttext>. Acesso em: 22 set 2020.

_____. Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito. São Paulo: Saraiva, 2015.

TRANSFORMAÇÕES NO MÉTODO DE ENSINO

10.6084/m9.figshare.14045093

SONALI QUINSLER

Discente – Direito Estácio Curitiba

O impacto do Vírus COVID-19 no mundo é assustador e triste, um distanciamento social imposto que não estamos acostumados. Para o Universo Jurídico estão sendo listadas diversas consequências, como por exemplo, em Direito Civil, a opinião do doutrinador Marcos Ehrhardt Jr., que diz da dificuldade que será a análise do impacto social estando ainda conhecendo, experimentando e sentindo a própria situação, com diversos problemas envolvendo litígios de diversas ordens e obscuridade, não sendo possível apenas uma solução única que satisfaça a todos. Diante de tal contexto, observo o lado positivo, principalmente dentro do ensino brasileiro, o que antes não era aceito por estudiosos e pelas pessoas que decidem, hoje virou regra, que é o ensino à distância em todos os níveis de escolaridade, exigindo mudanças de concepções e metodologia, quebrando e mudando conceitos e preconceitos. De repente todas as Instituições de Ensino tiveram que procurar soluções rápidas e efetivas para a continuidade de suas escolas e para que os seus alunos e professores não sofressem o impacto e não se expusessem ao perigo iminente do COVID-19, diante do distanciamento social, o que nos mostra a capacidade que o ser humano tem de se reinventar e lidar com as adversidades que eclodem do dia para a noite. O que constato positivamente, diante das aulas oferecidas via online, é que o nível de dispersão dos alunos diminuiu muito, as dúvidas podem ser tiradas como se estivéssemos presencialmente em sala de aula, a gravação das referidas aulas permite que possamos assistir o número de vezes que desejarmos e também auxiliam na fixação do conteúdo. Claro que muitos dirão que sentiram dificuldades com o novo método, o que é muito natural e igual para todos que participam dessa engrenagem tecnológica, mas o que importa é que se fez necessária uma rápida adaptação e aquele que não acompanhar a evolução e a

mudança que se apresenta, ficará ilhado e fora do contexto, pois, quem sabe, tenhamos um futuro com novas pandemias que exigiram novos comportamentos. Aqueles que conseguirem a adaptação adequada para uma continuidade de seu aprendizado, com certeza se sobressairão e estarão à frente e com maiores chances de sucesso. No momento, estamos na expectativa de mudanças de regras e de direções, com um futuro ainda incerto, mas com certeza diferente do que estávamos acostumados. Outro ponto positivo é o alerta que a pandemia “ligou” em todos, mas principalmente em dirigentes do País e estudiosos do direito, deixando o que era estático e passando para movimento desgovernado, pois ninguém ainda tem certeza de como os problemas causados serão absorvidos e solucionados em diversos âmbitos profissionais, com a vinda de normas novas, modificadoras ou ainda, sua extinção e também mudanças no âmbito pessoal. A esperança é um futuro com pessoas mais abertas e conscientes de suas fragilidades e ao mesmo tempo mais fortes e preparadas para um novo caos possível. Referências: <https://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/artigos/832920721/impactos-da-covid19-nos-contratos-imobiliarios>.

A ALIENAÇÃO PARENTAL NOS TEMPOS DE PANDEMIA

10.6084/m9.figshare.14045096

ANDRESSA SCHEER GUSSO
Discente – Direito Estácio Curitiba

EDLAINE CLAUDIA TAMANINI
Discente – Direito Estácio Curitiba

VALQUIRIA DOS SANTOS
Discente – Direito Estácio Curitiba

A alienação parental nada mais é que a interferência psicológica provocada na criança ou adolescente por um dos seus genitores contra outro membro da família que também seja responsável pela sua guarda. O intuito é de criar desavenças e sentimentos negativos na criança em relação a determinado genitor, sendo estes, muitas vezes seu pai ou mãe. Essa expressão foi criada pelo professor Richard Gardner, professor do Departamento de Psiquiatria Infantil da Faculdade de Columbia no ano de 1985., sendo caracterizado como um distúrbio que aparece exclusivamente nas disputas da custódia das crianças, atrapalhando a imagem que a criança tem por um de seus genitores. Sua consequência é causar distúrbios psicológicos, atrapalhando o convívio familiar. Para tentar coibir este tipo de ação, foi criada a lei 12318/2010, que traz em seus bojos as condutas exemplificativas da alienação que uma criança ou adolescente pode sofrer. A lei traz inclusive condutas que podem ser realizadas por descendentes diretos ou indiretos. Os que tentam desqualificar o genitor podem sofrer sanções, que variam desde multa até mesmo a suspensão da autoridade parental, em casos mais graves causando a perda da guarda dos filhos. Com a chegada da pandemia do Corona vírus, conhecido como COVID-19, muitos países foram pegos de surpresa. O vírus alterou a forma do convívio, afetando diretamente a vida em

sociedade e por conseguinte dificultando as relações parentais. O confinamento se mostrou um forte aliado para aquele cônjuge que tem a ideia de praticar ou já prática alienação parental. O Conselho Nacional de Direitos das Crianças e adolescentes chegou a emitir algumas recomendações relacionadas a guarda compartilhada ou unilateral, a fim de prevenir a transmissão do vírus, sugerindo até a suspensão das visitas de um dos genitores. Essas recomendações não visam querer impedir o convívio da criança com seus genitores, mas garantir a saúde de ambos. Para que as crianças e os adolescentes não sofram tanto com a falta do convívio físico, os genitores podem usar a tecnologia a seu favor, passando a ter contato com os seus filhos por outros meios de comunicação, como os aplicativos de mensagens onde podem escrever e até fazer chamadas de vídeos, demonstrando assim que não houve um completo abandono por conta da pandemia. Há um grande questionamento sobre a alienação parental, já que o isolamento social virou por si só uma desculpa para retirar da vida do filho, um de seus genitores. Neste momento, o contato físico acabou sendo substituído pela tecnologia. Segundo Ferreira: “infelizmente, muitos pais se perdem no diálogo, abrindo brechas para que atitudes como essas sejam ocasionadas, impedindo contato e afastamento afetivo entre filho e o outro genitor.” Ou seja, de vez de haver o diálogo para resolver a situação, os impedimentos ocasionados pela pandemia, acabam por promover o afastamento, mesmo que momentâneo das crianças com o outro genitor. Segundo a Assessoria de Comunicação do IBDFAM, existiu uma Evolução Jurisprudencial quanto ao assunto. Em um primeiro momento houve aumento das ações sobre o direito de convivência, pois acreditava-se que as crianças estariam expostas aos perigos da contaminação. Porém com o passar dos dias passou-se a entender que a convivência com somente um de seus genitores, não se afinava com o princípio infante-juvenil. Assim sendo, cada caso passou a ser analisado conforme modelo legal vigente, desde que se tomem os devidos cuidados, conforme recomendações da Organização Mundial da Saúde.

Referências

COMUNICAÇÃO, Assessoria de. Pandemia do corona vírus não pode ser usada para rompimento do convívio parental. 06 de maio de 2020.

IBDFAM. Disponível em: [https://ibdfam.org.br/noticias/7242/ Pandemia +do+corona v% c3%adrus+n%c3%a3o+pode+ser+usada+para+rompimento+do+conv%c3%advio+parent al](https://ibdfam.org.br/noticias/7242/Pandemia+do+corona+v%C3%ADrus+n%C3%A3o+pode+ser+usada+para+rompimento+do+conv%C3%ADvio+parental). Acesso em: 20/09/2020.

FERREIRA, Jussara A. M. Alienação Parental em tempos de pandemia da COVID-19. 1º de jun.2020.

Agência de Notícias das Favelas – ANF. Disponível em: <https://www.anf.org.br/alienacao-parental-em-tempos-de-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em: 17/09/2020

GANGLIANO, Pablo Storlze; FILHO, Rodolfo Pamplona – NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL – DIREITO DE FAMILIA, – Saraiva Jur – 7ª Edição, 2017.

GHELMAN, Débora; LEMOS Bianca – IMPACTOS DO CORONA VIRUS NO DIREITO DE FAMILIA E SUCESSÕES – Ano 2020.

ULLMANN, Alexandra; CALÇADA, Andreia –A convivência familiar e o Covid 19. 4 de jun. de 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jun-04/ullmann-calcada-convivencia-familiar-covid-19> . Acesso em: 19/09/2020.

SILVEIRA, Delma. A alienação parental em tempos da pandemia do corona vírus.24 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.ibdfam.org.br%20da%20Lei,pai%20e%20filho%5B7%5D>. Acesso em: 19/09/2020.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO BRASIL E COVID 19

10.6084/m9.figshare.14045087

ROSANGELA RIBEIRO PEDROSO DOS SANTOS
Discente – Direito Estácio Curitiba

Em 18 de setembro de 2020, sexta-feira, iniciou-se a parcial produção de vigor pela Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, comumente denominada Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), após extenso processo legislativo, cessa o período de vacatio legis da LGPD, visto que, em 29 de abril de 2020, fora adida a vigência parcial de LGPD para 03 de maio de 2021, por força do artigo 4º da Medida Provisória nº 959 contudo, o Congresso Nacional, em 26 de agosto de 2020, optou pela remoção do artigo 4º da MP em Lei ordinária Federal nº 14.058 sancionada pela Casa Civil na última sexta-feira, 18 de setembro, diante do exposto, vigora parcialmente a LGPD, lei que serve de eixo ao sistema normativo brasileiro de proteção de dados pessoais, provocando importantes alterações para as relações público- privadas, sobretudo em face do contexto de uma administração pública eletrolisada a LGPD regula as operações de tratamento de dados pessoais realizadas por agentes públicos e privados, isto é, regula operações tais quais as de acesso, de coleta, de armazenamento de processamento e de compartilhamento de dados pessoais (informações que versam sobre atributos da pessoa natural identificada ou identificável- artigo 5º,I, LGPD). Institui-se pois garantias normativas postas em defesa do titular de dados tratados, nessa perspectiva, a fim de tornar efetiva a proteção que confere à categoria de dados pessoais, a LGPD busca dar concentração as normas constitucionais fundamentais, Contudo, afirma como fundamento seus, o respeito, à privacidade ao livre desenvolvimento da personalidade, (consequência jurídica do respeito à dignidade humana, positivado pelo inciso III do artigo 1º da CRFB/ 88) aos diretos de autonomia informacional da personalidade, às liberdades de expressão, de informação e de comunicação, à intimidade, à honra, à imagem e outros direitos fundamentais que servem

de autenticidade á nova lei de proteção de dados pessoais(artigo 1º e 2º, LGPD), Para fiscalizar o cumprimento das normas positivadas pela LGPD, previu-se a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), criada sem aumento de despesas e vinculada à Presidência da República (artigo 55- A, LGPD), a despeito dessa vinculação, em torno da qual pairam inesgotáveis debates, garante-se à ANPD autonomia técnico-decisória, do mesmo modo, a autoridade nacional instituída por lei possui natureza jurídica transitória, sendo possível, em momento posterior, que a ANPD seja transformada em entidade da administração pública federal indireta, disciplinada por regime autárquico e especial (artigos 55-A, § 1º, e 55-B, LGPD),porém importa a observância das diretrizes positivadas em lei para que haja adequação das relações público-privadas às premissas de um Estado efetivamente Democrático e de Direito, que age em atenção à proteção de direitos fundamentais individuais e coletivos em prol do interesse público como também (Preservação da privacidade no enfrentamento da COVID-19: dados pessoais e a pandemia global).

O EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

10.6084/m9.figshare.14045084

JEAN CARLO ANSELMO RIBEIRO
Discente – Direito Estácio Curitiba

O processo de urbanização das cidades brasileiras é um fenômeno que nos últimos 60 anos tornou-se para administradores e gestores públicos tema de extrema relevância. Pesquisas apontam que nas últimas décadas passamos de 70,2 milhões para 209,3 milhões, e a população urbana subiu de 44% para os atuais 85%. Neste sentido, O Corpo de Bombeiros Militar exerce através das prerrogativas legais e específicas um papel fundamental na manutenção da segurança pública e ordem pública. A questão da fiscalização das edificações e áreas de risco pelos Corpos de Bombeiros Militares é um assunto atual e com grande repercussão nos aspectos políticos, econômicos e sociais das cidades urbanas. Este ensaio tem por finalidade analisar os aspectos de competência da instituição Bombeiro Militar no tocante do Exercício do Poder de Polícia e seus desdobramentos para a sociedade paranaense. O referencial utilizado será embarcado no artigo nº 144 da Constituição Federal conforme a seguir: Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. No âmbito Estadual destaco a Constituição Estadual artigo nº 48: À Polícia Militar, força estadual, instituição permanente e regular, organizada com base na hierarquia e disciplina militares, cabe a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, a execução de atividades de defesa civil, prevenção e combate a incêndio, buscas, salvamentos e socorros públicos, o policiamento de trânsito urbano e rodoviário, de florestas e de mananciais, além de outras formas e funções definidas em lei. Por fim a Lei nº 19.449 de 05 de abril de 2018 que regula o exercício do poder de polícia administrativa pelo Corpo de Bombeiros Militar e institui normas gerais

para a execução de medidas de prevenção e combate ao incêndio e a desastres. No ano de 2013 ocorreu uma das maiores tragédias nacionais em decorrência do descaso e falta de fiscalização dos órgãos públicos, o incêndio na Boate Kiss no Rio Grande do Sul. Os familiares, parentes, amigos das vítimas jamais poderão rever seus entes queridos, mas a lição e o ensinamento do episódio podem proporcionar um factual avanço nos aspectos de segurança e prevenção de vidas e patrimônio.

A VIOLÊNCIA NA RELAÇÃO HOMOAFETIVA DE MULHER LÉSBICA NO ÂMBITO DA LEI 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA)

10.6084/m9.figshare.14045081

MARIANA MOYME LARLA DE ALMEIDA BOZA
Discente – Direito Estácio Curitiba

O trabalho trata da violência doméstica nas relações homoafetivas de mulheres lésbicas no âmbito da Lei Maria da Penha, visto que o tema debatido é praticamente inexistente. Embora exista o entendimento que as relações lésbicas são abarcadas pela Lei 11.340/2006, ainda existe um tabu a respeito das discussões sobre as violências que as mulheres lésbicas sofrem em seus relacionamentos. O intuito é discutir a aplicabilidade da referida lei nas ocorrências de violência doméstica entre casais do mesmo gênero. O estudo foi realizado por meios bibliográficos, com breve abordagem acerca do histórico legislativo, alcançando o reconhecimento constitucional das uniões homoafetivas, abordando os conceitos de gênero e orientação sexual, bem como os motivos pelos quais mulheres se tornam agressoras dentro de suas relações afetivas, com ênfase em como o machismo e o patriarcado são elementos fundamentais para que se possa entender o porquê as mulheres estão sujeitas a terem determinados comportamentos, passando, assim, a reproduzirem atitudes que são lidas socialmente como masculinas, compreendendo que se trata de uma condição social a qual as mulheres são submetidas desde o nascimento. Embora a Lei 11.340/2006 seja aplicada nos casos de violência entre casais lésbicos, as mulheres que foram vítimas de agressões também estão sujeitas a sofrer com a violência de maneira institucionalizada ao registrarem boletim de ocorrência e solicitarem medidas protetivas de urgência, pois por muitas vezes são constrangidas em razão de sua orientação sexual. Ao final, discute-se a aplicação de medidas extrapenais ao combate da violência doméstica, ocorrida entre casais lésbicos com finalidade de assegurar assistência

às mulheres que foram vítimas de tais agressões, que embora a lei traga-os de maneira ampla, o enfoque foram os casais homoafetivos de mulheres. O propósito foi demonstrar que a violência doméstica ultrapassa os padrões heteronormativos, conhecidos como aqueles que ocorrem entre homens e mulheres, evidenciando que as mulheres também podem ser agressoras com suas companheiras. Deste modo, o objetivo foi de amplificar a discussão acerca da violência doméstica no âmbito das relações entre mulheres, dando maior visibilidade ao tema, visando compreender as evoluções legislativas, os motivos pelos quais mulheres se tornam agressoras e apresentar as políticas públicas extrapenais aplicadas em situações de violência doméstica, concluindo que as já existentes não são específicas ao combate à violência nas relações das mulheres lésbicas.

Palavras-chave

Lei Maria da Penha; Violência doméstica; Casais homoafetivos; Mulheres lésbicas. Referências. BIANCHINI, Alice; SILVA, Ivan; GOMES, Luiz. Lei Maria da Penha. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

MELLO, Adriana Ramos; PAIVA, Livia. Lei Maria da Penha na Prática. 1.ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

ANÁLISE DO DIREITO À EDUCAÇÃO NO CONTEXTO PÓS-PANDEMIA

CLAUDIA L. JULIATO ARAÚJO
Docente – Cálculo Estácio Curitiba

CRISTHIANE ANETE NEIVERTH
Docente – Física Estácio Curitiba

O enfrentamento da crise sanitária do COVID-19 trouxe consigo a excepcionalidade das rotinas cotidianas de toda uma população e, diante de uma desigualdade social vivenciada no Brasil, implica, obviamente, na desigualdade no acesso à educação. O Texto Constitucional em seu artigo 205 dispõe que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” No entanto, no presente cenário, as dificuldades enfrentadas pela rede de ensino público vem reforçando a necessidade e a importância da luta na defesa do cumprimento do Plano Nacional de Educação (PNE), incluindo a meta de investimentos de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro na educação pública, gratuita, democrática e de qualidade socialmente referenciada, e pela urgente revogação da Emenda Constitucional (EC) 95, que, ao estabelecer um teto de gastos públicos, inviabilizou a execução do PNE, bem como de quaisquer políticas públicas nas áreas de educação, saúde e assistência social. No país, 81,9% dos alunos da Educação Básica deixaram de frequentar as instituições de ensino. Essa situação evidencia o aprofundamento do apartheid econômico educacional a que estão submetidos crianças, adolescentes e jovens brasileiros em tempos de pandemia e isolamento social. Essa ênfase

na oferta de conteúdos por EAD em todos os níveis do sistema educacional brasileiro não atende as necessidades das famílias empobrecidas e reforça o capital cultural de uma pequena parcela da população. O direito à educação no Brasil tem previsão constitucional específica nos títulos “II – Dos direitos e garantias fundamentais” e “VIII – Da ordem social”, além de outras disposições aspergidas pelo texto constitucional. O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo. § 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: I - recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso; I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; II - fazer-lhes a chamada pública; III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola. (Art. 5, Lei nº 12.796, de 2013). Para AUDY, Professor da PUCRS, há década o maior desafio do Brasil é a educação e ainda: “O ensino é a base de um processo de formação para a cidadania, um eixo estratégico para promover o desenvolvimento humano e social, além de se constituir no maior patrimônio de um povo. É um fluxo contínuo, que evolui para o reconhecimento e o fomento da Ciência, da Tecnologia e da Inovação. Esses fatores influenciam para que os indicadores de desenvolvimento de uma nação cresçam social, ambiental e economicamente.” A realidade educacional é um projeto político-econômico de privatização da educação pública, que vem transformando a educação em mercadoria, e evidenciando a educação com o nível de inclusão social, no qual nossos direitos sociais são articulados. Há estudantes com sua principal refeição, aquela oferecida como merenda nas escolas, e como realidade, nesse tempo de pandemia, as dificuldades da rede públicas são óbvias e isso torna um eventual acesso à internet, a aula online, uma opção ainda mais inválida ao exercício a educação que se pode pensar em aplicar. A desigualdade social e regional do Brasil deve ser levada em conta, é fundamental destacar que a educação de forma online, remota se caracteriza como um instrumento pedagógico para em excepcional o momento em que estamos vivendo, mas não deve se configurar como educação a distância. Nesse sentido, é dever das secretarias estaduais e municipais enfrentar as

enormes desigualdades e assegurar o direito constitucional de acesso à educação e assegurar uma posição contrária a qualquer tentativa de implementação da modalidade EAD na educação básica. A pandemia mostrou ainda mais a importância das Universidades, através da Pesquisa, da Ciência e da Tecnologia, fazendo com que a Educação ocupe um papel de ainda mais destaque. É necessário que o conhecimento possa ser acessado por todos, de forma a ajudar a superar realidades desiguais, de modo a promover um desenvolvimento mais justo. A readequação da educação surge como a situação imposta pela pandemia exigindo, de um lado, repensar os conteúdos e as práticas pedagógicas adaptadas para um contexto virtual e, por outro, a discussão das atividades avaliativas considerando a diversidade de situações e condições de vida em que se encontram os estudantes dos diversos níveis de ensino. “A pedagogia tem na sua experiência o estudo do como se ensina e o como se aprende e, portanto, está utilizando deste momento para pensar as diversas formas de pensar o fazer. A educação do futuro será construída a partir desta base, de como vamos superar este e os próximos desafios” em todo o mundo, 9 em cada 10 estudantes estão temporariamente fora da escola em resposta à pandemia do novo Corona vírus, segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU). As estratégias de ensino a distância, por mais importantes que sejam no atual contexto, apresenta limitações e não atendem a todas as crianças e jovens brasileiros da mesma maneira, como aponta a nota técnica “Ensino a distância na Educação Básica frente à pandemia da Covid-19”, do Todos Pela Educação, divulgada no dia 7 de abril. Mas como ficará a educação após a passagem da pandemia? Alguns segmentos ficaram mais prejudicados, as diferenças econômicas entre os estudantes se tornaram mais visíveis e a desigualdade social sublimou mostrando o lado mais severo dos efeitos destas diferenças. Algumas instituições superiores públicas permaneceram com seus cursos de graduação fechados, uma parte significativa dos estudantes não conseguiria acompanhar aulas online, por carência financeira, nos mostrando que a educação precisa ser mais bem pensada. A nota técnica divulgada no dia 7 de abril ressalta que as redes de ensino precisam, desde já, formular planos para a volta às aulas que contemplem tanto estratégias para combater a desigualdade educacional, se aprofundando ainda mais nesse período sem aulas presenciais. A partir dos anos 70, as teorias da desescolarização cresceram, questionando

o próprio lugar social que a escola ocupa na sociedade, ganhou-se mesma época, lugar a crítica política acerca da condição da vida escolar. Autores do espectro da esquerda passarão a assinalar que a escola representaria o que passou a ser considerado como reprodução cultural da desigualdade social, sublinhando que a escola seria um aparelho ideológico do Estado, que a escolarização, portanto, desempenharia um papel de atestado ideológico da visão burguesa de mundo; que o capital cultural das crianças de camadas economicamente favorecidas também facilita seu percurso de escolarização. Hoje o que se percebe, entretanto, é que a maioria das formas de seleção, de avaliação e de promoção dos alunos corresponde, em larga medida, às desigualdades anteriormente dadas no campo societário. A escola produz novas desigualdades, a exclusão, nesse sentido, deixa de estar apenas fora da escola, mas tem correspondência com os processos avaliativos, estabelecendo mecanismos de clivagens das performances dos alunos. Assim, as marcas de seleção do desempenho dos alunos engendram uma nova distribuição do mérito. A criação de um modelo pedagógico se tornou desafio tão grande quanto o combate em si ao COVID-19. Para evitar a ampliação de desigualdades, é fundamental entender que a disposição de recursos tecnológicos é diferente entre os distintos perfis socioeconômicos dos alunos e que aqueles que já têm desempenho acadêmico melhor tendem a se beneficiar mais das soluções tecnológicas. Pode-se identificar como os desafios que as instituições de ensino brasileiras irão passar pós-pandemia, como: Impacto emocional nos alunos e profissionais da Educação; abandono e evasão escolar; retorno gradual com precauções com a saúde, cumprimento da carga horária exigida por Lei; avaliação diagnóstica e recuperação da aprendizagem; Articulação entre instituições locais que impactam a política educacional; contextualização das ações no nível da escola; atendimento intersetorial como esforço perene; institucionalização de políticas de recuperação da aprendizagem; fortalecimento da relação família-escola; tecnologia como aliada contínua. Por essa razão, a acepção social acerca da educação e sua qualidade merecem ser analisadas à luz do princípio da dignidade humana, importando compreender como essa estrutura federativa legisla e diverge sobre educação e em que medida compromete a sua qualidade. A proteção a esse direito é medida que se impõe ao Estado, à família e à sociedade. Para além da firmação de textos legais específicos, a qualidade da

educação entendida como cumprimento e proteção ao princípio normativo da dignidade humana é medida premente como norma e valor universal, direito e dever de todos e que, portanto, deve ser reconhecido, a fim de que a qualidade da educação fundamentada na dignidade humana seja realmente norma e não apenas, mais um texto. Deve o Estado atuar de forma subsidiária onde não haja iniciativas ou onde esta seja insuficiente, mas, para que isto aconteça, é preciso fortalecer os demais seguimentos como a família e a sociedade para que participem cada vez mais nos projetos escolares e assim, no futuro longínquo, possa o Estado outorgar por completo à iniciativa privada a educação nacional. Os países que melhor conseguiram adaptar seus sistemas de ensino para este período de isolamento social e "manter uma certa normalidade" são aqueles que já tinham experiência no uso de tecnologia na educação, como China, Cingapura e Estônia, entre outros. A escola, pelo Corona vírus, finalmente chegou ao tempo da computação e da internet. Caberá às Secretarias de Educação, ou a todos os educadores comprometidos com a educação pública, integrarem e interpretarem esse processo. São tempos difíceis, que, no entanto, trouxeram a oportunidade de se avançar com a identificação de precariedades. O ensino à distância não deve tentar replicar o modelo presencial, mas buscar formas de agregar uma nova estrutura benéfica para os alunos. "Não há melhor momento de mudar isso do que na resposta ainda emergente à pandemia atual. A mudança de larga escala nas instituições e sistemas educacionais pede a adoção da inovação aberta. É preciso incluir famílias, empresas, organizações sem fins lucrativos e governos na construção de uma nova concepção, como já preconizada pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, que assusta por sua atualidade". Uma solução buscada por alguns governos estaduais é negociar com as operadoras de celular para que permitam o acesso aos materiais de ensino sem descontar os dados transmitidos dos planos dos usuários. Um exemplo é o estado de São Paulo, que lançou um aplicativo de celular para alunos e professores da rede pública, cujo acesso não é cobrado pelas operadoras de telefonia. A Unesco, por sua vez, fez um chamado para que instituições educacionais públicas e privadas de todo o mundo sigam uma lista de recomendações em meio à pandemia, para preservação de empregos e salários dos funcionários, vez que não se pode se esconder atrás da cortina do COVID-19 com o pretexto de desmerecer direitos trabalhistas. Priorizar a saúde e o bem-estar de

professores e alunos, em meio ao estresse e à crescente exposição da população global ao Corona vírus é dar voz aos professores no processo de planejamento das respostas educacionais, além de oferecer-lhes treinamento adequado para lidar com as circunstâncias, e como o principal colocar a igualdade no centro dos debates. Não se trata de conversão definitiva do ensino presencial a práticas virtuais. Trata-se de valer-se, neste momento particular, de recursos tecnológicos que são oportunos para projetarmos o futuro. Um futuro que não vai aderir ao ensino a distância. Mas um futuro que vai, sim, mobilizar de maneira inteligente as ferramentas e plataformas da internet. Cabe aos educadores descobrirem como agir na urgência com inventividade, com coragem de criar o novo, com respeito às tradições e com atenção a todos os alunos.

Palavras-chave

Educação; Educação Básica; Constituição; Direito.

Referências

BRASIL. Constituição Federal. 47.ed. São Paulo, 2019.

A PANDEMIA e o direito à educação. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniaio/a-pandemia-e-o-direito-a-educacao/> Acesso em: 25 de set. 2020.

A EDUCAÇÃO do futuro é agora, multidisciplinar e experimental. Disponível em: <https://www.pucrs.br/direito/a-educacao-do-futuro-e-agora-multidisciplinar-e-experimental/>. Acesso em: 25 de set. 2020.

O DIREITO à educação em tempos de pandemia. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/o-direito-a-educacao-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 25 de set. 2020.

EDUCAÇÃO na pandemia: ensino a distância dá importante solução emergencial, mas resposta à altura exige plano para volta às aulas. Disponível em: https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/Educacao-na-pandemia-Ensino-a-distancia-da-importante-solucao-emergencial_-mas-resposta-a-altura-exige-plano-para-volta-as-aulas. Acesso em: 25 de set. 2020.

SATHLER, Luciano, 2020. O ensino híbrido é o futuro da educação pós-pandemia. Disponível em: <https://www.consumidormoderno.com.br/2020/08/03/o-ensino-hibrido-e-o-futuro-da-educacao-pos-pandemia/>>. Acesso em: 25 de set. 2020.

MENDES, Andreia, 2020. A Educação do futuro é agora, multidisciplinar e experimental. Disponível em: <https://www.pucrs.br/coronavirus/a-educacao-do-futuro-e-agora-multidisciplinar-e-experimental/>. Acesso em: 25 de set. 2020.

AUDY, Jorge, 2020. A Educação do futuro é agora, multidisciplinar e experimental. Disponível em: https://www.pucrs.br/coronavirus/a-educacao-do-futuro-e-agora-multidisciplinar-e-experimental. Acesso em: 25 de set. 2020

**ADAPTAÇÃO DO TREINAMENTO PRESENCIAL PARA O SEMIPRESENCIAL DOS MANEJADORES AMBIENTAIS LEGALIZADOS DE JAVALI (SUS SCROFA SCROFA) NA EDUCAÇÃO SANITÁRIA, BIOSSEGURANÇA, AMBIENTAL E LEGALIDADE - PRÉ-ADAPTAÇÃO A UMA REALIDADE PANDÊMICA
RELATO DE CASO**

10.6084/m9.figshare.13860422

JOÃO HUMBERTO TEOTÔNIO DE CASTRO
Discente – Direito Estácio Curitiba

JULIANA DELA JUSTINA OLIVEIRA PROUST
Docente - Direito – NPJ Estácio Curitiba

JULIANO ROBERTO SILVA C DE OLIVEIRA
Docente – Direito Estácio Curitiba

A única espécie animal cuja caça é permitida por lei hoje no Brasil é a do javali (*Sus scrofa scrofa*) e seus cruzamento com suínos domésticos (*Sus scrofa domesticus*). Ainda assim, sob a premissa de controle populacional. E, para isso, realiza treinamentos com os manejadores ambientais (caçadores legalizados), treinamentos de educação sanitária (proteção contra zoonoses), ambiental e de colheita de material para a vigilância de doença de controle oficial. Aquele que for pego caçando outra espécie que não o javali deve prestar contas à justiça pelos seus atos. Diante do fato de ser um animal exótico no Brasil, não ter predador e se reproduzir descontroladamente, a caça legalizada, ou seja, o abate é a melhor forma de controle, regida por legislações de órgãos e entidades competentes aos controles e fiscalizações. As legislações vigentes ao controle e caça do javali são: • IN Ibama 03/2013; • IN Ibama 12/2019; • Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019; • Decreto nº 9847, de 25 de junho de 2019; • Portaria nº 150 - COLOG, de 5 de dezembro de

2019 (Cap. I, seção IV). Em resumo, essas legislações regularizam normas para caça, registro dos caçadores, e registro de amostras, proibição da domesticação ou confinamento de javalis, proibição do cruzamento de javalis com espécies domésticas, entre outras normatizações. A respectiva espécie exótica invasora é uma ameaça ao agronegócio. A Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR) realiza vigilância sorológica para Peste Suína Clássica (PSC) na população de suínos, inclusive os javalis de vida livre, a fim de se manter o reconhecimento internacional de área livre de PSC. Em dezembro de 2019 de forma inédita no país o respectivo treinamento foi realizado no formato semipresencial, como videoconferência com transmissão em tempo real entre a Embrapa Suínos e Aves em Concórdia-SC, a Sede da ADAPAR em Curitiba-PR e o laboratório de Patologia Veterinária da Unicesumar em Maringá-PR, com objetivo de otimizar a expertise técnica da EMBRAPA e ADAPAR no período matutino na parte teórica, bem como o treinamento prático de colheita de material, técnica de necropsia e biossegurança aos manejadores o período vespertino. Obtendo avaliação positiva pela adaptação e devido a realidade do sufrágio da Pandemia mundial e subsequente mudança das relações sociais nos mais variados níveis, como de trabalho e ensino. O Grupo Técnico do Ministério da Agricultura decidiu em reunião tele presencial no mês corrente de setembro, baseado nesse primeiro formatar um treinamento totalmente EAD a ser realizado em todas as unidades federativas do País. Segundo Salvucci, M., et al, as políticas públicas estão em evolução constante de tal forma a não limitar se, com adaptação para assegurar o suporte legal com critérios bem definidos e objetivos para a expansão e aprimoramento nesta atual modalidade de ensino. A avaliação da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) pontua que o custo de um aluno a distância é bem menor, cerca de um terço do custo de um aluno em cursos presenciais. Portanto as ferramentas de ensino a distância são realidades e devem ser otimizada no contexto pandêmico onde se mitiga interações de aglomerações, não desejadas, com intuito de diminuir a morbidade da pandemia de Corona vírus (Covid-19).

Palavras-chave

treinamento; javali; EAD; controle; exótica.

Referências.

ABED. Censo EaD: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil. São Paulo, 2010, pp. 17. M. Salvucci, MJA. Lisboa, NC. Medes, “Educação a Distância o Brasil: Fundamentos legais e implementação” Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, São Paulo, 2012, pp. 49.

Sistema FAEP. Cartilha. “Javali: uma ameaça ao agronegócio paranaense”, Disponível em: http://www.adapar.pr.gov.br/arquivos/File/GSA/SUINOS/Javali_web.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.

BRASIL. Instrução Normativa nº 3, de 31 de janeiro de 2013. Decreta a nocividade do javali e dispõe sobre o seu manejo e controle. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 2013a. nº 23, seção 1, p. 88.

BRASIL. Instrução Normativa nº 12, de 25 de março de 2019. Institui Sistema Integrado de Manejo de Fauna - SIMAF. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 2019. nº 65, seção 1, p. 29.

BRASIL. Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019. Estabelece regras e procedimentos para a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e de dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas - Sinarm e do Sistema de Gerenciamento Militar de Armas - Sigma. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 25 de junho de 2019. Edição extra – B.

BRASIL. Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019. Aprova o regulamento de produtos controlados. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 01 de outubro de 2019. Edição extra – B.

BRASIL. Portaria nº 150 - COLOG, de 5 de dezembro de 2019. Dispõe sobre normatização administrativa de atividades de colecionamento, tiro desportivo e caça. Editada pelo Comando de Logística do Exército - EB 64447.045758/2019, pp. 29.

NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS DA FACULDADE ESTÁCIO DE CURITIBA

10.6084/m9.figshare.13860377

JULIANA DELA JUSTINA OLIVEIRA PROST
Docente - Direito – NPJ Estácio Curitiba

SIBHELLE KATHERINE NASCIMENTO
Advogada – NPJ Estácio Curitiba

DIEGO LAGO TASCHETTO
Docente - Direito – NPJ Estácio Curitiba

O NPJ – Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade Estácio de Curitiba, que possui conceito 5 perante o MEC, avaliações 2015 e 2019, é o laboratório encarregado de implementar, orientar e controlar as atividades de estágio desenvolvidas pelos alunos de acordo com as determinações da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério da Educação (Lei nº 8.906/94, art. 9º. §2º e da Resolução nº 09/04, art. 7º §1º do MEC), ou seja, consiste na possibilidade de realização de estágio profissional para os alunos do curso de Direito, nesses termos a Instrução Normativa Complementar nº 2/2017 da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná aduz que: “O estágio profissional de advocacia, inclusive para graduados, é requisito necessário à inscrição no quadro de estagiários da OAB e meio adequado de aprendizagem prática”. Assim, as atividades do Núcleo de Práticas Jurídicas da Estácio Curitiba proporcionam aos alunos do sétimo ao décimo período uma vivência mais aproximada do mercado de trabalho e assim, a combinação da teoria e prática são capazes de preparar os alunos para o mercado de trabalho e, nesta época de pandemia, não poderia ser diferente. Os alunos precisam assistir audiências reais gravadas, além de elaborar peças processuais, contrato de honorários, procuração e pareceres jurídicos com a monitoria dos advogados, para tanto, atende a uma demanda de hipossuficientes, nos termos da Lei nº 1060/50, por acesso à justiça em todas as áreas do

Direito. A equipe é composta por uma Coordenação e docentes orientadores (advogados) que possuem a vivência do ensino prático, possibilitando aos alunos-estagiários o exercício efetivo da prática jurídica real, com a segurança da supervisão contínua. Nesse atual momento, disponibilizamos à sociedade o e-mail npj.ctba@estacio.br e número de WhatsApp (41) 3359-7313 para fins de atendimento, bem como possuímos um núcleo de mediação razão pela qual muitos litígios são resolvidos antes mesmo do ingresso no judiciário. Não obstante, a sabedoria dos alunos não se limita aos bancos de sala de aula ou ao *Teams*, palestrantes renomados estão a todo momento engrandecendo o saber do alunado, isso ocorre na palestra de abertura do NPJ, na semana acadêmica, no diálogo da pós com a graduação, dentre outras ações. Conta-se também com diversos convênios, tais como TRT9, TJPR, OAB/Cidadania, FEPE-Fundação Ecumênica de Proteção aos Excepcionais, ABRAME -Associação Brasileira de Árbitros e Mediadores, PROCON/PR, Defensoria Pública do Estado do Paraná, ONG Mais Marias, ANEC -Associação Nacional de Educação Católica do Brasil, Juizado Especial Cível de Pinhais, Juizado Especial Cível de Colombo, Associação Pinheiro Amigos da Serra da Melanca/Piraquara, Delegacia da Mulher, Delegacia de Proteção do Meio Ambiente). Por fim, os alunos contam ainda com a possibilidade estar mais próximo a sociedade, principalmente aos mais vulneráveis. “A importância do Núcleo de Prática Jurídica não está restrita apenas a carreira do advogado, mas envolve a relação da instituição de ensino com a comunidade em que está inserida e fomento da responsabilidade social da faculdade e alunos. Uma boa faculdade de direito possui esses núcleos para proporcionar vivências diferenciadas aos estudantes e contribuir com a sua formação”. No semestre 2020.1 contamos com a arrecadação e entrega de alimentos não perecíveis a FEPE (Fundação Ecumênica de Proteção ao Excepcional) e nesse semestre estamos em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil Seção Paraná e Promotorias da Pessoa Idosa do Ministério Público em uma campanha que tem como objetivo arrecadar recursos para auxiliar cerca de 750 idosos que se encontram acolhidos em casas de repouso no município de Curitiba, além de outros 750 que vivem em situação de vulnerabilidade e estão cadastrados nos serviços de assistência social do município. Assim sendo, o NPJ do Curso de Direito concretiza o ensino da prática real, atuando na instrumentalização dos direitos, ao mesmo tempo em que agregam valores de cidadania e consciência da alteridade, da sociodiversidade, realizando o estágio não apenas como

exercício prático-profissional, mas como veículo de conscientização da responsabilidade social inerente aos profissionais do Direito.

Palavras-chave

práticas jurídicas; mediação; advocacia.

Referência

INSTRUÇÃO Normativa Complementar nº 2/2017 da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná. Disponível em <https://www.oabpr.org.br/wp-content/uploads/2018/11/instrucao-normativa-complementar-02-2017-credenciamento-npj-faculdade.pdf> . Acesso em: 24 de setembro de 2020.

A IMPORTÂNCIA do Núcleo de Prática Jurídica para o curso de Direito. Disponível em: <https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/carreira/a-importancia-do-nucleo-de-pratica-juridica-para-o-curso-de-direito> acesso. Acesso em: 24 de setembro de 2020.

O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NO PÓS PANDEMIA E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO INFANTIL

10.6084/m9.figshare.13860380

BRENDA YESKRAH AZEVEDO BRAZ MONTEIRO
Discente – Direito Estácio Curitiba

CRISTIANE LEAMARI DE CASTRO OSTERNAK
Docente – Direito Estácio Curitiba

O presente estudo tem como objetivo analisar o processo de alfabetização, desde sua história até o presente momento, destacando um prognóstico de como se dará esta evolução pós pandemia do COVID-19, enfrentada mundial e atualmente. Utiliza-se de metodologia de pesquisa bibliográfica e qualitativa, para observar todas as partes do cenário que engloba a educação e suas dificuldades nas idades de alfabetização e letramento infantil. Objetiva-se, além da compreensão do panorama por meio do leitor, prevenir problemas e buscar melhorias e soluções para possíveis casos pós Corona vírus. Busca analisar, inicialmente de modo geral e histórico, o cenário da alfabetização no Brasil, comparando o conteúdo antes, durante e pós pandemia, observando os efeitos da pandemia Covid-19 na alfabetização infantil e seus reflexos nos círculos sociais aos quais essa criança pertence. Desenvolve por meio de pesquisa metodológica de revisão bibliográfica e qualitativa. Resultados: Observam-se algumas relevantes dificuldades do retorno às aulas para crianças em fase de alfabetização, citando alguns deles como indisciplina de horários, displicência quanto à rotina escolar, pensamento autocêntrico, subdesenvolvimento dentre outros. Conclusões: Ao analisar o presente artigo em sua íntegra, observa-se que, apesar da boa estruturação, em linhas gerais, da alfabetização infantil no Brasil, haverá sérios desafios num quadro pós pandemia. Estima-se para um elevada probabilidade de um acentuado aumento em dificuldades de aprendizagens, síndromes e atrasos, subdesenvolvimentos de relações sociais entre as crianças e seus

colegas e equipe institucional multidisciplinar. Há de se considerar que a escola dificilmente voltará a ser um ambiente como antes, principalmente após esses longos meses de aprendizado na modalidade EAD, considerando a retomada inicial com ensino híbrido. Portanto, conclui ponderando que haverá um trabalho árduo e repleto de desafios para incluir a criança em fase de alfabetização em seu ambiente e rotina escolar novamente, requerendo acompanhamento e observação intensa de familiares e equipe multidisciplinar da escola, para prevenir ao máximo dificuldades e problemas severos e tratar, logo em seus primórdios, prováveis disfunções.

Palavras-chave

Educação pós pandemia. Educação Infantil. Alfabetização. Letramento.

O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO NO PÓS PANDEMIA: A NOVA FORMA DE ALFABETIZAÇÃO E INTERAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

10.6084/m9.figshare.14045108

CRISTIANE CARLESSO ORMENEZE
Discente – Direito Estácio Curitiba

CRISTIANE LEAMARI DE CASTRO OSTERNACK
Docente – Direito Estácio Curitiba

A pesquisa tem a finalidade de apresentar o desafio para aprendizado em seus diferentes segmentos estudantis, ou seja, da alfabetização à graduação, diante de um episódio de pandemia causado pelo COVID-19 que acomete todo o planeta. A investigação utilizada será a exploração bibliográfica e qualitativa com o intuito de verificar os aspectos e possíveis consequências deste momento histórico que estamos passando de esfera mundial. O propósito desta pesquisa é verificar e mostrar de forma básica e resumida as possíveis consequências na sociedade. Objetiva identificar, primeiramente as consequências, positivas e negativas deste novo momento em que toda a humanidade está vivenciando, com o surgimento da pandemia causada pelo novo COVID-19. Quando se refere ao isolamento social em que se busca um maior cuidado com a saúde, porém diminui a convivência social consequentemente diminui as interações socioeconômicas e estudantis. Utiliza o método de pesquisa documental utilizando doutrina bibliográfica e orientada de modo qualitativo. Relaciona os resultados ao identificar os obstáculos para o retorno às atividades educacionais, profissionais e comerciais. Compreender que a demora acarretará uma desaceleração ou mesmo um retrocesso a nível mundial. E ao mesmo tempo depois de superado esta fase e com o surgimento da vacina para curar esta mazela ficará evidente a necessidade de um maior respeito consigo, com o próximo e mesmo com ambiente em que se vive. Conclui pontuando os desafios dos profissionais das diversas áreas de atuação serão grandes. Aos professores caberá o desafio de ensinar de uma foi

diferente do que aprenderam. Ou seja, vão reaprender a ensinar e agora com a utilização de meios digitais e com a distância física dos alunos. A superação, não, o aprendizado de uma nova forma de ver a vida, de aprender com as limitações e a convivência em todos os seus aspectos: educacionais, sociais, profissionais e comerciais. Diante do exposto, finalmente nas considerações reflete que o mundo passará por uma transformação jamais esperada. Uma nova forma de viver o dia a dia. A lembrança, a saudade de tempos pretéritos, de pessoas e hábitos estarão sempre na mente de quem viveu e superou este momento.

Palavras-chave

Educação pós-pandemia. Desafios. Alfabetização. Superação.

APLICAÇÃO DO EAD, ENSINO REMOTO EMERGENCIAL E O FUTURO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

10.6084/m9.figshare.13860386

HELOÍSA SANDRI

Discente – Direito Estácio Curitiba

NATÁLIA BEATRIZ PETRIN E SOUZA

Discente – Direito Estácio Curitiba

CRISTIANE LEAMARI DE CASTRO OSTERNAK

Docente – Direito Estácio Curitiba

Em decorrência da pandemia de Covid-19, as instituições de ensino tiveram que passar por adaptações com o intuito de não permitir que os alunos fossem prejudicados com o fechamento das instituições de ensino. Professores e alunos acostumados à modalidade presencial de ensino tiveram que se adaptar ao EAD e/ou ensino remoto, não somente nas universidades, mas em instituições de ensino básico, fundamental e médio. Com a necessidade do isolamento social mundial para a contenção da contaminação do vírus, a sociedade vem se reinventando em suas diversas ocupações, desde atividades físicas, lazer, até o trabalho e os estudos. Os desafios são inúmeros, mas após cerca de seis meses de isolamento social no Brasil, as instituições de ensino vêm mostrando a adaptação à tecnologia como meio principal de comunicação. Foram diversos investimentos em tecnologias e ferramentas necessárias para tornar possível essa modalidade de ensino com suporte para a quantidade de alunos, bem como alterações na forma de ensino, no tempo das aulas, entre outras questões, visando manter o foco dos alunos mesmo com tantas distrações que encontram na própria residência. Com a urgência da situação, o despreparo era imenso, não somente por parte dos equipamentos disponíveis para essa modalidade de ensino, mas também por parte dos professores e instituições, bem como dos alunos que, desacostumados (ou até mesmo sem recursos necessários), tiveram que se acostumar de rompante a todo esse novo contexto. Algumas instituições de ensino estão

retornando às aulas presenciais de forma gradativa, envolvendo o ensino híbrido e revezando as turmas, mesclando o ensino presencial e virtual objetivando a proteção, mas também a eficiência do estudo. Ainda que exista a tendência de a modalidade online começar a ganhar cada vez mais espaço, o que já vinha sendo demonstrado com os cursos oferecidos desta forma, a interação entre indivíduos é essencial, principalmente na formação dos estudantes crianças, bem como a interação entre o docente e o aluno. Dados de 2018 do Censo da Educação Superior demonstram que as matrículas em cursos superiores a distância teve um crescimento de 180% em 10 anos. É um crescimento significativo em decorrência, inclusive, da acessibilidade de horários e de valores. O grande impacto no momento, é que para o oferecimento de aulas online, é necessário um preparo do profissional com técnicas pedagógicas diferenciadas que permitam o envolvimento dos alunos ao conteúdo apresentado, assim como seria dentro de uma sala de aula, onde não se é permitido acesso à diversas distrações, que acabam forçando uma disciplina maior. A tendência realmente é a de que com o tempo a educação online ganhe mais espaço, mas a pandemia veio para acelerar o processo de adaptação. As vice-diretoras do Colégio Nossa Senhora das Dores (MG), Anna Paula Jorge Jardim e Valéria Alves da Silveira reforçam que todas as relações sociais, econômicas e políticas sofrerão mudanças após a pandemia, e com a educação não seria diferente afinal trata-se de um espaço coletivo e de socialização. O presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) afirma que ainda é muito cedo para entender como a educação se transformará no pós-pandemia, supondo que talvez tenhamos que encarar um novo normal, e que as escolas passarão a ter um ensino híbrido aderindo ao que os profissionais aprenderam durante esse período. Santos menciona que as marcas deixadas pelo ensino remoto são significativas, positiva e negativamente. Isso porque os encontros permanecem mantendo as rotinas de estudo mantidas mesmo no contexto que estamos vivendo, mas trata-se de modelos massivos que acabam trazendo exaustão mental e física tanto para alunos quanto professores. A solução para a educação híbrida ser aceita de forma intensa na sociedade atual, é encontrar formas de preparar os profissionais, bem como novas formas de estruturas de ensino que não sejam massivas e entediadas para os alunos, principalmente aqueles acostumados somente à educação presencial. A falta de disciplina é, certamente, um dos grandes desafios do ensino híbrido, visto que ter um horário específico para as

aulas as vezes força o estudante a manter-se focado em um determinado período sem tantas distrações. Oferecer, dentre as disciplinas originais, aulas que envolvam métodos de foco e concentração pode ser indispensável para o rendimento dos alunos, bem como para os profissionais. Outro grande desafio a ser enfrentado é o da tecnologia e a disponibilidade de equipamentos necessários, visto que nem todos no Brasil têm acesso à internet ou equipamentos que permitam o uso de programas necessários para essa modalidade de ensino. Desta forma, entende-se que não é possível, ainda, a inclusão do ensino híbrido de maneira ampla no Brasil, tendo em vista o despreparo, não somente dos profissionais, mas também dos alunos e das instituições de ensino, o que pode ser melhorado através de treinamentos e orientações para os docentes e os discentes.

Palavras-chave

ensino EAD; ensino pós-pandemia; ensino remoto; modalidades de ensino; ensino híbrido.

Referências

SANTOS, Edméa. Pesquisa-formação na cibercultura. Santo Tirso: Whitebooks, 2014.

ARRUDA, Eucídio Pimenta. ARRUDA, Durcelina Ereni Pimenta. Educação à distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. Educação em Revista, Belo Horizonte. 2015.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2018. Brasília, INEP, MEC, 2018.

UNIFOR. Os desafios da educação pós-pandemia segundo Cláudia Costin. Disponível em <<https://www.unifor.br/-/os-desafios-da-educacao-pos-pandemia-segundo-claudia-costin>> Acesso em: 14/09/2020.

FUNDAÇÃO HENRIQUE CARDOSO. O mundo pós Covid-19: uma conversa com Martin Wolf. 2020.

Disponível em <<https://fundacaofhc.org.br/iniciativas/debates/o-mundo-pos-covid-19-uma-conversa-com-martin-wolf>> Acesso em: 16/09/2020.

IGTI. Educação pós-pandemia e a urgência da transformação digital. Disponível em <<https://www.igti.com.br/blog/urgencia-da-transformacao-digital-na-educacao/>> Acesso em: 16/09/2020

VIVER OU MORRER: COMO DECIDIR

10.6084/m9.figshare.13860362

LUIZ ROBERTO ZANOTTI

Discente – Direito Estácio Curitiba

CRISTIANE LEAMARI DE CASTRO OSTERNAK

Docente – Direito Estácio Curitiba

Num momento de pandemia temos visto em muitas regiões brasileiras que os médicos foram obrigados, apesar da mídia não ter noticiado, a tomar a decisão sobre qual dos pacientes vítimas da COVID 19 teriam direito a obter um leito de UTI e, portanto, com mais possibilidade de sobrevivência. Desta forma, muitas questões bioéticas são postas diante dos profissionais de saúde e do direito. E talvez, a mais significativa diz respeito à relação de quais sujeitos deverão ser escolhidos, uma vez que o número de leitos de UTI é limitado. Assim, o aumento desenfreado de pessoas contaminadas e a demanda de internação determinou a necessidade de determinar a escolha sobre quem vive e quem morre. Se fossemos seguir os parâmetros do Conselho Federal de Medicina conforme seus critérios, ele prevê cinco escalas de prioridade para avaliação das pessoas, considerando a probabilidade de recuperação e a ausência de limitações de suporte terapêutico. Como primeira prioridade estão aquelas com alta probabilidade de recuperação e sem nenhuma limitação de suporte terapêutico. Como quinta prioridade se encontram as pessoas com um tipo de doença em fase terminal, ou moribundos e sem possibilidade de recuperação. Para estes casos, é recomendada a admissão em unidades de cuidados paliativos. Obviamente, estes critérios nunca serão neutros, e dá à necessidade de justificá-los à luz de uma determinada ética valorativa que compreende que é mais justo salvar um jovem do que uns idosos, ou um indivíduo sem morbidades que um doente. Mas, esta é apenas uma visão instrumental do que seria o valor da vida. Neste sentido, buscando demonstrar que a vida é mais que isto, recorreremos à teoria principiológica desenvolvida por Tom L. Beauchamp e James F. Childress no livro Princípios de ética biomédica (2002). A teoria está baseada em

quatro princípios de atitudes morais fundamentados na ética biomédica: Respeito à autonomia, Beneficência, Não-maleficência e Justiça. Desta forma, o princípio fundamenta a bioética a partir de princípios que, por sua vez, estão ligados a duas perspectivas diferentes para fundamentar a moral como a deontológica (Kant) e a teleológica (Stuart Mill), sendo que a moral deontológica baseia-se no princípio da autonomia da vontade face às inclinações naturais de forma que a moral é a ação que obedece apenas ao dever, isto porque só a obediência ao dever torna o ser humano livre, enquanto a moral teleológica baseia-se na utilidade das ações para o bem estar e para aliviar o sofrimento das pessoas, ou seja, a moral é a ação que produz maior bem estar ao maior número de indivíduos. A moral deontológica privilegia a forma e a moral teleológica o resultado material da ação, ou ainda, na moral deontológica, a forma da ação moral é colocada a priori, é a forma que é boa ou má independentemente do resultado da ação (uma forma boa é aquela em que a motivação da ação pode ser universalizável), enquanto na moral teleológica, a forma - o motivo ou intenção do sujeito é substituída pela previsão que o sujeito deve fazer do resultado da sua ação, o sujeito deve prever, fazer um cálculo ou um juízo dos prós e contras e dos riscos que corre e se intenção for boa e o resultado mau essa previsão racional não foi bem feita (mas o que tem valor moral é o resultado material da ação do sujeito sobre o mundo). A teoria principiológica torna necessária a tentativa de cumprir as duas perspectivas, sem que haja a priori nenhuma hierarquia. Num primeiro momento, todos devem ser respeitados e somente um prevalece sobre o outro frente a uma bem elaborada justificativa. O Princípio da beneficência pode ser decomposto em outros dois: o da beneficência, que determina ações orientadas para a promoção do bem, e o da utilidade, que requer um equilíbrio entre os benefícios e possíveis prejuízos de uma determinada ação. O princípio da beneficência, de forma objetiva, quer dizer fazer o bem ao outro, que temos a obrigação moral de agir em benefício das pessoas contribuindo para o seu bem estar não ter o pensamento de prejudicá-las, mas contribuindo para seu bem estar. O Princípio da não-maleficência tem a sua origem no juramento hipocrático, é desenvolvido como um princípio de relevância na prática moral, servindo como fundamentação ética para os profissionais da saúde que devem evitar causar um dano físico ou psicológico aos seus pacientes. O princípio da não-maleficência indica a obrigação de não causar dano, sendo associado na ética médica *Primum no nocere* Acima de tudo não causar dano. Em um

juramento de uma passagem de Hipócrates está expresso uma obrigação de não-maleficência: “Usarei o tratamento para ajudar e doente de acordo com minha habilidade e com meu julgamento, mas jamais o usarei para lesá-lo ou prejudicá-lo”. Hipócrates já expressava uma concepção do conhecimento para fazer o bem, sendo obrigação de quem possui conhecimentos e domine uma ciência, a ajudar a quem necessite. Finalizando, temos o Princípio da Justiça que tem um caráter igualitário e equitativo. Este princípio é especificado tanto em seu aspecto formal como material. Em Princípios de ética biomédica, a justiça é problematizada perante casos de acesso a assistência a saúde e aos seguros-saúde. Assim, Beauchamp e Childress (2005, p. 352), deixa claro que os termos equidade, merecimento e prerrogativa que foram empregados por vários filósofos na tentativa de explicar o que é justiça, na verdade se refere a uma distribuição justa, equitativa e apropriada no interior da sociedade, que juntamente com os outros princípios da teoria principiológica nos aponta uma forma melhor de apontar os leitos de UTI

Referencial

BEAUCHAMP T. L. e CHILDRESS J. F. Princípios da Ética Biomédica. Rio de Janeiro: Loyola, 2005.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A CRISE HÍDRICA NO PARANÁ

10.6084/m9.figshare.13860323

ANDRIELE ANDRADE

Discente – Direito Estácio Curitiba

O Estado do Paraná e região sul sofrem com uma estiagem que dura mais de um ano, sendo a pior desde 1997, o que fez diminuir o nível dos reservatórios que se encontra em menos de 30% de capacidade. Mudanças climáticas diz respeito a alteração do clima em uma escala global na terra ao longo do tempo. A meteorologista Maria Guedes explica que as alterações climáticas em diversas regiões se dão pelo enfraquecimento das correntes de ar e água que carregam umidade da Amazônia para o Centro-oeste, Sul e Sudeste. Essas correntes vêm se enfraquecendo ao longo do tempo por causa da intensidade do desmatamento no Norte. Isso resulta em um verão pouco chuvoso o que acabou piorando a situação hídrica para Curitiba e região. “O verão ficou marcado por precipitações muito abaixo do esperado, o que levou ao cenário de intensificação da estiagem em quase todo o Paraná”, explica Antonio Jucevicius, coordenador de operação do Simepar. Especialmente, na região de Curitiba, houve recordes históricos de mínimos de chuva. Nas últimas décadas, a média mensal para o mês de março era de 127 milímetros, mas neste ano foi de apenas 12 mm. O governador decretou emergência hídrica entre maio e novembro. No decreto, o abastecimento humano tem prioridade em detrimento ao uso da água por setores como o agropecuário, industrial e lazer, para evitar o colapso no abastecimento. Nesse sentido, as autoridades implementaram um rigoroso sistema de rodízio e algumas obras estão sendo realizadas para minimizar os efeitos da seca, pedindo a colaboração de todos na economia da água. Justificativa: Trata-se de um tema de grande relevância social, pois discute, esclarece e ensina aos menos informados a lidar com o maior bem da terra: a água. Objetivo geral: Estudar medidas de conscientização das pessoas para economizar água, por meio de esclarecimento sob a gravidade do problema. Objetivos específicos: a) Estudar a crise hídrica no Paraná. b) Conhecer procedimentos

para resolução do problema. c) Compreender a fragilidade das pessoas, principalmente as mais carentes, para uma ação mais efetiva. Metodologia: A Metodologia deste trabalho é bibliográfica, feita a partir de livros, artigos científicos e matérias jornalísticas que visam à discussão sobre a seca no Paraná.

Palavras-chave

Estiagem; Mudanças climáticas; Emergência Hídrica; Economia água.

Referencias

CLIMAINFO. Mudança do clima e a estiagem no Paraná, 22/05/2020; Disponível em: <https://climainfo.org.br/2020/05/21/mudanca-do-clima-e-a-estiagem-no-parana/>>acesso 24/09/2020.

CAMARGO, Suzana. Em meio à pandemia, estiagem prolongada faz Paraná decretar emergência hídrica. Disponível em: <https://conexaoplaneta.com.br/blog/em-meio-a-pandemia-estiagem-prolongada-faz-parana-decretar-emergencia-hidrica/>> Acesso em: 24/09/2020.

BIOÉTICA, DIREITO E O CONHECIMENTO INFORMADO

10.6084/m9.figshare.13860290

AYMARA CONCEIÇÃO W B DELLA COLETTA
Discente - Direito - IC 2020/2021 Estácio Curitiba

JOSÉ OSÓRIO DO NASCIMENTO NETO
Docente - Direito - IC 2020/2021 Estácio Curitiba

A concepção de sociedade é baseada em deveres e direitos, estabelecidos no baluarte que abrange regras, leis, normas, costumes e aplicações da justiça, encabeçadas pelo Direito, que, em seu contexto deve, precipuamente, ser ético e, indubitavelmente, justo. Como tal, o Direito tem sua abrangência expandida para todas as áreas profissionais, já que todas envolvem, a priori, as relações humanas, encaixando-se aqui a Bioética, disciplina que enfatiza o bom relacionamento, circunstancialmente relacionado às interações entre os seres vivos – todos os seres vivos -, baseando-se na beneficência e na não-maleficência, dando ênfase à autonomia do indivíduo e à justiça a ele inerentes, dentro dos espaços comuns que constituem os relacionamentos, nos limites exigidos e indispensáveis à dignidade humana e a de qualquer natureza racional, onde há a possibilidade de exposição de opinião. Desde tempos primórdios, microrganismos nocivos e vírus sempre estiveram em contato com a humanidade. Em alguns casos causando problemas difíceis de serem solucionados, mas, em outros não acontece nada trágico, justamente por causa dessa condição especial que envolve os seres vivos – no caso os humanos –, que é a capacidade de combater inimigos orgânicos, de forma simples, absolutamente natural. Porém, quando a mente do indivíduo é sistematicamente atacada, a ineficiência prospera e, se além disso, não houver o conhecimento informado, todo tipo de manipulação pode ser instalado, causando uma estagnação social. Nesse ano de 2020 o mundo foi atingido por um problema que não é novo – uma pandemia viral -, mas que, sob o foco da tecnologia à qual temos acesso e da qual somos totalmente dependentes, tornou-se um advento que permitiu uma rápida absorção de informações, nem sempre plausíveis, confiáveis, verdadeiras, mas que, mesmo assim, levaram as autoridades governamentais, vigentes no mundo e em

nosso país, a tomarem decisões arbitrárias, baseadas em suposta catástrofe viral, isolando sistematicamente a todos, sem levar em conta, minuciosamente, os resultados devastadores que resultariam desse ato, conduzidas por inverdades sistematicamente implantadas, que vão muito além do problema gerado pelo desemprego, pelas falências e por alguns casos reais e comprovados de contração viral com consequência letal. Ao focar no caso discutido – “O Contexto da Educação no Pós-Pandemia” –, o quadro não se apresenta nada animador, tendendo a continuar lastimável, visto que há uma grande insegurança quanto ao fato da proximidade das pessoas entre si no ambiente escolar, de sala de aula – em qualquer dos níveis de ensino –, onde só são vislumbradas promissoras tragédias. Sob o foco de tal perspectiva fica fácil constatar que as implementações estabelecidas pelas autoridades e a falta de conhecimento correto da população, atingiu fortemente a área da educação e fez surgir a questão que deve ser discutida com muito cuidado sobre a segurança do ensino no pós-pandemia, no que tange ao contato físico entre professores e alunos em sala de aula, e os próprios alunos entre si, visto que todos são obrigados a seguir as instruções estabelecidas pelas autoridades em relação ao distanciamento de pessoa a pessoa, com o uso de máscaras em todos os ambientes, álcool em gel e o menor contato possível em um ambiente confinado – alguns até sem janelas que permitem a circulação do ar –, submetidos ao sistema de ar condicionado, fato que, na atual concepção de convivência, torna inviável um ambiente escolar físico, em qualquer nível, e que só favorece ao caos educacional e fortalece, cada vez mais, a manutenção do ensino de forma virtual, isolado. Nesse ponto entra em voga a compreensão da Bioética, do Direito e do conhecimento informado, pois, segundo os conceitos dessas áreas, somos todos responsáveis pelo êxito de uma sociedade comum, temos o direito à informação correta e, por conseguinte, o dever de colaborar com atitudes que devem ser aplicadas e seguidas em prol da boa convivência, mas isso só ocorre quando o indivíduo tem capacidade de pensar por si, de decidir independente e corretamente sobre quaisquer questões, porém, é fato que isso está sendo brutalmente atacado, pois as decisões implantadas estão conduzindo a população a uma devastadora para de tudo e a uma perigosa alienação, que desestimula a busca e a captura do conhecimento e da cultura acadêmica, ficando à mercê de decisões fora do seu alcance, totalmente manipulados, sem argumentos para discussão. No cenário que se apresenta, com todos os revezes

momentâneos, certamente pode-se prever resultados enfaticamente sofríveis no desempenho educacional em nosso país, em todos os níveis, mas, tais resultados tornam-se muito mais preocupantes em relação às crianças, introduzidas abruptamente em um mundo de contatos remotos, onde o professor ministra sua aula em uma tela pequena, fria e distante, visualizada individualmente, sem o contato com os colegas e o ambiente exclusivo de uma sala de aulas - tão importante para o desenvolvimento cognitivo socializado -, por algumas horas diárias que criam uma perigosa individualização, pois na sequência, o aluno continua somente em contato com a tela do computador – nem livros mais ele consulta –, pois, basta apertar um botão e tudo o que precisa saber está lá, pronto para ser copiado, sem precisar pensar. E, nesse ínterim, há de se convir que, independentemente do nível escolar em que se encontra o estudante, tal situação promove a perda do interesse e diminui a atenção que deve ser dada à captura de conhecimento, tão importante para o desenvolvimento cognitivo, em qualquer idade, fato fomentado pelo medo do contato, medo de contrair o vírus, medo de se relacionar, medo de tudo e de todos, por pura falta de conhecimento informado. Na Bioética há a premissa de que “devemos construir pontes para interligar e não muros para separar”. Essas pontes podem ser reforçadas com o estudo sistemático e correto que cada cidadão pode desenvolver, pois, fortalecem o conhecimento e permitem entender, definitivamente quais são os direitos a serem aplicados e, talvez, exigidos. Vale ressaltar que tais direitos são encabeçados pelo direito à vida, ponto pacífico e constitucional, mas dentro dessa premissa, faz-se necessário a compreensão do contexto biológico inerente de todo indivíduo em uma sociedade democrática. Primeiramente deve haver a compreensão de que a biologia humana tem condição de produzir defesa orgânica contra todo tipo de agente invasor, basta que o indivíduo tenha uma boa saúde e deixe a natureza agir em cada caso ou, cuidar dela corretamente, - caso esteja debilitada pela razão que for -, e manter-se seguro. Quanto ao fato de como serão as atitudes a serem implementadas na educação da pós pandemia, ao analisar-se as condições atuais, onde os relacionamentos foram atingidos por ordens que interferiram na convivência e extrapolaram os limites das relações humanas, ferindo brutalmente, muito mais a saúde mental que física de muitos, torna-se primordial o resgate da clareza de ações, com parcimônia, mas, principalmente, com responsabilidade, visto que, sem convivência não há sociedade e, além disso, essa sociedade tem

necessariamente que ser bem informada e bem conduzida em seus atos, para que conflitos e problemas sejam solucionados e o distanciamento imposto tenha um fim, sem medos e com confiança.

ACESSIBILIDADE E O CONTEXTO EAD

10.6084/m9.figshare.13860272

ISABELLA GARCIA NOAL

Discente - Direito - IC 2020/2021 Estácio Curitiba

JOSÉ OSÓRIO DO NASCIMENTO NETO

Docente - Direito - IC 2020/2021 Estácio Curitiba

Com a eclosão do COVID-19, escolas e universidades tiveram que ser fechadas para que não ocorresse o contágio maior pelo vírus, e por isso novas diretrizes tiveram que ser aprovadas e reinvenções de como se prosseguiria o ensino tiveram que ser pensadas. No campo universitário percebe-se uma tendência de que o ensino a distância seja mais difundido, pois está sendo através dela que as aulas, antes de formato presencial, estão sendo ministradas e as provas aplicadas. Entretanto, há muitas problemáticas envolvendo o ensino à distância, principalmente quando se fala de um “pós-pandemia”, pois as condições financeiras é um dos fatores mais importantes de evasão de alunos, uma vez que muitos trabalhadores perderam seus empregos e conseqüentemente tiveram que realizar o trancamento de sua matrícula, sem a perspectiva de voltar. E, para aqueles que decidiram persistir no novo modelo de ensino, enfrentam dificuldades como o acesso à tecnologia, pois são muitos comandos a se dar para conseguir assistir uma aula; e quando conseguem assistir a esta aula, há a dificuldade de se estudar de forma autônoma, já que requer uma rotina de estudos; e, por fim, como conciliar os estudos com a realização do trabalho, com a administração da casa e com o cuidar de seus filhos. Apesar do MEC (Ministério de Educação), responsável pelas recomendações de como deve se prosseguir com o ensino, ter muitos programas sociais para incluir e manter os estudantes nas universidades como o PROUNI (Programa Universidade para Todos), não há um programa social que discorra sobre a acessibilidade em formato digital, com computadores e internet para os estudantes que a necessitem. Algumas faculdades possuem os laboratórios e bibliotecas com computadores para suprir essa necessidade do ensino à distância, mas em

um contexto de pandemia como o COVID-19 que medidas de afastamento devem ser respeitadas, é preciso pensar em alternativas e soluções para que haja o acesso dos que necessitem. Ao se falar de um contexto de ensino pós-pandemia deve-se levar em consideração todos os fatores que levaram a evasão de alunos, assim como entender que não é porque a aula foi dada, que ela foi aprendida. Deve-se procurar capacitar professores e alunos para que o ensino digital se torne mais acessível com softwares mais dinâmicos e que possam ser acessados em vários dispositivos multimídia sem que não haja diferenças significativas entre os dispositivos. E o poder público tem um papel importante na nova fase de ensino, já que é através dele e de seus programas sociais que podem garantir acessibilidade e a educação para todos no contexto pós-pandemia.

Referências

PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues; Moraes, Raquel de Almeida; Teruya, Teresa Kazuko. (Orgs) Educação a distância (EaD): reflexões, críticas e práticas. Uberlândia: Navegando. Publicações, 2017. <<https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-superior>> Acesso em: 26 set 2020. BRASIL. Ministério da Educação.

CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SOB A PERSPECTIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

10.6084/m9.figshare.13860239

ARTHUR LUIZ GOMES

Discente - Direito - IC 2019/2020 Estácio Curitiba

JOSÉ OSÓRIO DO NASCIMENTO NETO

Docente - Direito - IC 2020/2021 Estácio Curitiba

As diversas dimensões que caracterizam o emergente Constitucionalismo do século XXI – política, social, econômica, ambiental e cultural – transformam em desafio as ações do Estado, que implicam os processos decisórios coletivos perante a sociedade contemporânea. É nesse ambiente que o presente projeto de pesquisa tem por objetivo levantar e discutir apontamentos interdisciplinares ao estudo da Educação, prestigiando o pensamento crítico sobre a necessária relação entre políticas públicas, direitos sociais e cidadania. Para que isso seja possível, propõe-se que são trabalhadas, inicialmente, a configuração da educação básica e do campo universitário a partir dos arranjos institucionais democráticos e dos programas setoriais como elementos do planejamento educacional brasileiro. É diante de sociedades plurais que são (re)tencionadas as representações políticas das Instituições Democráticas, exigindo-se, naturalmente, um espaço contra majoritário como exercício de soberania popular. Como resposta a estas condições, é proposto o estudo qualitativo sobre inclusão social e educação de qualidade como mecanismos viáveis de atuação de um Estado Democrático de Direito. Em outras palavras, é justamente diante de transformações jurídicas impulsionadas pelas reformas administrativas que se pode compreender como o termo “qualidade” é tratado não apenas na legislação educacional brasileira, mas também como modelo de gestão e eficiência do Estado, a partir da noção de controle social da Administração Pública. Sequencialmente ao

referido raciocínio – e diante do desenvolvimento típico do século XXI – também se pretende apontar, criticamente, alguns desafios para uma educação plural e cidadã como exemplo de (novos) direitos, entre os quais se destaca a educação em Direitos Humanos. O distanciamento em relação à formação multicultural ocorre, de certa forma, pela costumeira análise pragmática do ensino, razão pela qual se justifica a intensa conexão entre educação como direito social e políticas públicas como instrumento de efetivação da cidadania. Mas, o que explica a incapacidade de o Direito aplicar métodos de análise e avaliações, aptos a aproximarem a vivência acadêmica da vida social? É também aqui que se pretende conferir ao pluralismo epistemológico, inserido na equação da eficiência e da governança democrática, a possibilidade de repensar o Direito e a Educação pós-moderna, rechaçando a visão hegemônica eurocêntrica dos saberes. Para tanto, se faz necessário demonstrar como as políticas públicas educacionais podem servir não apenas instrumento de efetivação da cidadania, mas também de sua maximização. A dupla promessa da avaliação de políticas públicas implícita no debate político e acadêmico recente: por um lado, a de que a avaliação apoiaria a tomada de decisões, subsidiando o processo de (re)formulação e implementação de políticas, para se alcançarem as metas estabelecidas e melhorar o desempenho da Administração Pública; por outro, a de que a avaliação, ao permitir mensurar desempenho e alcance de metas, promoveria a prestação de contas e a responsabilização da burocracia e dos representantes políticos responsáveis pela condução das políticas governamentais.

Palavras-chave

cidadania; políticas públicas; educação direitos fundamentais.

Referencial

NASCIMENTO NETO, José Osório do. Políticas públicas e regulação socioambiental. Governança, estratégias e escolhas públicas: energia e desenvolvimento em pauta. Curitiba: Íthala, 2017.

POLÍTICAS PÚBLICAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIGITAL

10.6084/m9.figshare.13857311

JOSÉ OSÓRIO DO NASCIMENTO NETO
Programa Pesquisa Produtividade 2020 Estácio Curitiba

É diante de transformações jurídicas impulsionadas pelas reformas administrativas que se pode compreender o modelo de gestão e eficiência do Estado, a partir da noção de controle social da Administração Pública digital. O que explica a incapacidade de o Direito aplicar métodos de análise e avaliações, aptos a aproximarem a vivência acadêmica da vida social a partir de um mundo tecnológico? É também aqui que se pretende conferir ao pluralismo epistemológico, inserido na equação da eficiência e da governança democrática, a possibilidade de repensar o Direito e a Educação pós-moderna, rechaçando a visão hegemônica euro centrista dos saberes. Para tanto, se faz necessário demonstrar como as políticas públicas digitais podem servir não apenas instrumento de efetivação da cidadania, mas também de sua maximização. A dupla promessa da avaliação de políticas públicas implícita no debate político e acadêmico recente: por um lado, a de que a avaliação apoiaria a tomada de decisões, subsidiando o processo de (re)formulação e implementação de políticas, para se alcançarem as metas estabelecidas e melhorar o desempenho da Administração Pública; por outro, a de que a avaliação, ao permitir mensurar desempenho e alcance de metas, promoveria a prestação de contas e a responsabilização da burocracia e dos representantes políticos responsáveis pela condução das políticas governamentais. Esta análise crítica justifica-se pela necessidade do avanço do conhecimento científico no ambiente de estudo do Direito Político e Econômico sobre políticas públicas como forma de tutela estatal, para além das clássicas modelagens de avaliação de políticas públicas educacionais, que visam “apenas” a efetivação do mínimo. Referido argumento é suportado pelo próprio Constitucionalismo emergente do século XXI, que pede mais, conferindo à governança democrática novas (re)modelagens do Estado a partir da maximização da

cidadania. Alinhado à percepção de que Estado, atividade econômica e sociedades se convergem, mas nem sempre numa relação linear, justamente, pela complexidade dos fenômenos que os envolvem, pergunta-se: como avaliar, em face dos desafios da governança democrática (controle social da Administração Pública), os limites e as possibilidades de atuação do Estado na atividade de educação, para a promoção e maximização da cidadania no Brasil? Sob o fundamento da governança democrática, a avaliação de políticas públicas educacionais pode ser uma estratégia para a maximização da cidadania no Brasil e subsequente (re)modelagem do Estado.

Palavras-chave

Políticas públicas; Administração Pública; Tecnologia; Cidadania.

Referência

SAIKALI, Lucas Bossoni; NASCIMENTO NETO, José Osório do. Coleção 'Soluções de Direito Administrativo': Leis Comentadas. Série II: Regulação Econômica. Agência Nacional de Energia Elétrica: ANEEL: Lei n. 9.427, de 26 de dezembro de 1996. 1.ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2020. v. 1. 216p.

ALIENAÇÃO PARENTAL: ANÁLISE DA SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL E A DISCUSSÃO SOBRE A REVOGAÇÃO DA LEI 12.318/2010

10.6084/m9.figshare.13857302

ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA GUIMARÃES
Discente – Direito Estácio Curitiba

A Síndrome da Alienação Parental, também conhecida pela sigla SAP, termo proposto por Richard Gardner em 1985, com o objetivo de explicar a situação em que mãe, pai ou terceiros responsáveis pelo menor induzem este para que se afastem do outro genitor, alimentando na criança e/ou adolescente sentimentos de raiva e indiferença para com o outro, é um fenômeno frequente na sociedade, que ocorre dentro das relações de família após o término da vida conjugal, onde um dos seus genitores interfere psicologicamente na criança ou adolescente gerando neste sentimentos negativos em relação ao outro membro da família também responsável por sua guarda. Geralmente acontece quando os pais não conseguem separar as brigas e desentendimentos conjugais da relação com os filhos. Devido ao crescente aumento de casos de alienação parental que colocam em risco o exercício do princípio da proteção integral e a garantia do direito à convivência familiar assegurada às crianças pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), despertou-se o interesse do estudo deste tema através da ciência da psicologia bem como do poder legislativo brasileiro, com a publicação da Lei nº. 12.318, de 26 de agosto de 2010, que dispõe sobre a alienação parental. No Brasil, este tema foi regulamentado pela lei 12.318/2010, com o objetivo de tratar casos em que mães e pais, principalmente após a separação, influenciam negativamente seus filhos para que cortem laços com seus genitores e se afastem deles fazendo com que escolham entre um ou outro, afetando gravemente o psicológico deste menor que se encontra no meio desta “batalha”. Importante ressaltar que diferente do que trata Richard Gardner a Lei Brasileira não expôs a Alienação

Parental como uma Síndrome, e sim atos de alienação parental, exemplificando os atos caracterizadores no seu artigo 2º, parágrafo único, pois se fosse tratada como síndrome, tal atitude, não haveria efetivamente a responsabilização do alienador. Ademais, o legislador fez com que fosse enfrentado e inibido todo e qualquer ato caracterizador da alienação parental, uma vez que se dá em diversos níveis, pois toda e qualquer conduta de um genitor (ou responsável) que tenha como objetivo impedir, obstaculizar ou destruir os vínculos do filho com o outro genitor deve ser tido como ato de alienação parental, independentemente de a conduta ser exercida em contexto de disputa pela guarda. Diante disso, a lei busca a penalização dos chamados alienadores, com o intuito de diminuir o caos imposto na cabeça de várias crianças e adolescentes no Brasil, gerando enormes danos psicológicos como por exemplo “ansiedade e nervosismo” e os protegendo para que tenham uma infância saudável e segura. Devido a essas atitudes, os menores ficam à mercê de uma disputa, em que o maior prejudicado será ele, por muitas vezes os pais não percebem que estão causando sérios problemas psicológicos aos filhos que com o passar dos anos, poderá afetar gravemente em suas relações com pessoas, como em um relacionamento amoroso, no trabalho, amizades, trazendo à tona sentimentos de abandono e medo. Ademais, pela falta de maturidade dos filhos em não saber como lidar com a situação de disputa entre seus genitores, onde este está sendo usado de forma irresponsável como “escudo de batalha”, vão mal na escola, passam a ser introspectivos ou agressivos, não confiar nas pessoas, baixa autoestima ou até mesmo, em situações mais graves, levando ao suicídio. Em alguns casos a pressão psicológica para afastar o menor do outro genitor chega ao ponto de implantação de falsas memórias de abuso sexual no filho, gerando sérias consequências não só psicológicas, mas jurídicas. Em contrapartida, em muitos casos as denúncias de abuso sexual são verdadeiras, porém tratadas como falsas devido a lei de Alienação Parental ser controversa e “proteger” o abusador. A relação da prática de abuso sexual com a alienação parental ocorre quando, em grande parte dos casos a mãe, denuncia o pai por ter abusado do filho(a) e este se utiliza, de manobra desonesta para se beneficiar e continuar a prática de tal crime, da Lei 12.318/2010 que em seu artigo 2º, parágrafo único, inciso VI dispõe que a implantação de falsas denúncias contra o outro genitor considera-se alienação parental. No entanto, na maioria dos casos a denúncia feita pela mãe é verídica e a lei não contribui para o

apaziguamento das relações familiares, desfavorece as mães e favorece abusadores, e a aplicação da lei está sendo usada em desfavor das mulheres, pois a princípio ela foi criada para proteção de crianças e adolescentes que são vítimas de ações impensadas de seus genitores após a separação, ademais tem produzido traumas aos menores que são entregues aos seus abusadores desestimulando assim a denúncia de abuso sexual, já que a falsa acusação está dentre o rol exemplificativo da lei 12.318/2010. Nas ocorrências de estupro a linha de pensamento é: crianças que sofrem abuso por parte do genitor a mãe denuncia e o abusador é “protegido” pela lei 12.318/2010, pelo fato de em um dos seus artigos dispor que a implantação de falsas memórias na criança é caracterizada a alienação, no entanto existem casos em que esta situação de abuso é verídica, e por conta da lei a criança que foi abusada pelo genitor, deve ir morar com este ou receber visitas do mesmo, pois não o fazendo é caracterizada a alienação parental, e a mãe, que fez a denúncia pode chegar até a perder a guarda da criança para o abusador. A linha de pensamento decorre da seguinte forma: a criança diz que foi abusada sexualmente pelo genitor; há uma das situações seguintes (casal em momento de separação; rompimento da relação); a genitora registra ocorrência e relata os fatos a polícia; o laudo pode ser positivo, mas em regra é negativo (pedófilos preferem atos que não deixam marcas); portanto pela falta de provas a mãe é considerada alienadora pois fez a criança mentir para prejudicar o pai e afastá-lo do filho; há a inversão da guarda ou visita assistida (as vezes durante a investigação criminal). Acontece que provas nos casos de abuso sexual são extremamente difíceis de obter. O crime quase sempre ocorre entre quatro paredes, muitas vezes não há ferimentos, a janela para colher material genético do agressor no corpo da vítima é de 24 horas, os depoimentos das crianças são difíceis de obter e frequentemente carecem de objetividade. Fica fácil, para a defesa, argumentar que as acusações são falsas, e a ausência de provas de abuso se torna prova de alienação parental. Como uma das punições previstas é a inversão de guarda, as crianças, supostamente vítimas, muitas vezes acabam entregues aos suspeitos. Portanto, com a “proteção” dada pela lei da Alienação Parental, torna-se cada vez mais difícil a denúncia (o que já é bastante árduo de se obter devido à complexidade do assunto) e gera um trauma maior nas crianças e adolescentes, que a princípio eram para ser protegidas pela lei, mas são “obrigadas” a conviver com seus abusadores, e além delas a mãe de certo modo sofre com a incerteza e

o medo de expor seus filhos a uma situação de risco iminente. Devido a isso, há um debate sobre a possibilidade de revogação da Lei de Alienação Parental, a qual foi proposta pelo ex-senador Magno Malta através da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Maus-Tratos, criada em 2017. Depois de várias críticas e denúncias feitas por diversas mães relatando que o pai do menor estaria praticando abuso sexual em seu filho e por conta da Lei de Alienação Parental haver um inciso específico sobre falsa denúncia contra genitor, denúncias verídicas estariam sendo interpretadas de maneira equivocada, e desta forma o abusador, no caso o pai, se beneficiava da lei em vigor para continuar visitando o menor, e em casos mais graves a mãe poderia vir a perder a guarda por conta de tal exposição. Desta forma, foi requerido, nos termos do artigo 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado (PLS 498/2018), que revoga a Lei da Alienação Parental, sendo a autora deste requerimento, número 72/2019 da CDH – Comissão de Direitos Humanos (69ª reunião extraordinária), a Senadora Leila Barros (PSB-DF). O Brasil é o único país do mundo em que ainda há uma lei sobre Alienação Parental, considerada ultrapassada para outros países e revelando ser um problema desde o princípio quando Richard Gardner falou sobre “A Síndrome da Alienação Parental”, a qual não foi nem reconhecida pela Associação de Psiquiatria Americana. O penúltimo país onde a lei vigorava, e que recentemente em 2017, revogou a Lei de Alienação Parental, foi o México depois de um episódio assustador que envolvia disputa judicial pela guarda de três filhos, com acusação de abuso sexual e uso de má-fé da referida lei, terminou em tragédia, com o suicídio da mãe e a morte das crianças e dos avós. A partir disso, após o ocorrido no México, a conclusão que o Parlamento Mexicano chegou foi a de que a Lei de Alienação Parental torna o sistema contraproducente, tornando-se motor de acirramento de conflitos e não mais garantindo os direitos infanto-juvenis proposto, nesse sentido, esta lei foi revogada por ser considerada inconstitucional. Desse modo, o Brasil, mais uma vez segue com um pensamento atrasado diante do cenário mundial, uma vez que insiste em manter em vigor uma lei que anteriormente foi criada para proteção de crianças e/ou adolescentes diante da disputa impensada dos pais e terceiros para “programar” este menor a se afastar do outro, no entanto está mais que provado que tal lei não possui mais o objetivo de proteção do menor,

mas sim, a proteção de abusadores e assediados causando danos ainda maiores para as crianças e/ou adolescentes que são submetidos a receber visitas e ter contato com seu abusador, e tornando a denúncia desse crime mais difícil já que quando ocorre, por parte da mãe, em alguns casos, pode corroborar a perda da guarda de seu filho, obrigando está a conviver com o sentimento de medo e incerteza, e frequentemente escolhendo como alternativa o silêncio. A relatora do PLS, senadora Leila Barros, apresentou um substitutivo que, ao invés de revogar, propõe alterar a Lei 12.318/2010 no que se refere a apresentação de denúncia sabidamente falsa como forma de alienação parental. A matéria em questão encontra-se agora em fase final de votação, nas mãos da Senadora Soraya Thronicke, na CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), aguardando para emitir relatório a favor ou contra a revogação da lei 12.318/2010. Conforme exposto é notório que uma nova problemática surgiu com a promulgação da lei 12.318/2010, em que pais que abusam sexualmente seus filhos se utilizam de má-fé, por meio de seus advogados, da lei para continuarem praticando seus atos ilícitos e por diversas vezes conseguem a guarda com base na acusação de que a mãe estava implantando falsas memórias no menor como ato de alienação parental. Desse modo, diante dos fatos ora apresentados, a que se dizer que a Lei de Alienação Parental não mais está cumprindo com o seu objetivo de proteção do menor, mas sim causando maiores danos a este, devendo como medida drástica ser revogada ou sofrer uma brusca mudança em seu ordenamento jurídico dando maior proteção à criança e/ou adolescente e a mãe que acusa os pais abusadores, tornando-a mais receptiva a denúncias e com isso solucionar e prevenir a ocorrência desses casos.

Referências

CHIAVERINI, Tomás. Lei expõe crianças a abuso. Agência Pública, 24 jan. 2017. Disponível em: <<https://apublica.org/2017/01/lei-expoe-criancas-a-abuso/>>. Acesso em: 06 jan. 2020.

DIAS, Maria Berenice. Alienação Parental e suas Consequências. Disponível em: <[http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/\(cod2_500\)alienacao_parental_e_suas_consequencias.pdf](http://www.mariaberenice.com.br/manager/arq/(cod2_500)alienacao_parental_e_suas_consequencias.pdf)>. Acesso em: 10 fev. 2020.

FREITAS, Douglas Phillips. *Alienação Parental – Comentários à Lei 12.318/2010* – 4.ed. Forense, 2017. MADALENO, Ana Carolina Carpes. *Síndrome da Alienação Parental: importância da detecção – aspectos legais e processuais* – 5.ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2019

**DIREITO E ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR: APONTAMENTOS PARA
COMPREENDER O FENÔMENO DE TRANSPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO
FEMININA COMO MINORIA PARA MAIORIA MEDIANTE A
CONSOLIDAÇÃO DAS MULHERES NO ÂMBITO DA
GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO
E DOUTORADO NO BRASIL**
10.6084/m9.figshare.13860062

ALEXANDRE GODOY DOTTA
Docente – Pós-graduação – Instituto direito Bacellar

RAFAELA SIONEK
Docente – Pós-graduação – ESA-PR/Rio; Saber Direito–TV Justiça

MAIRA DA SILVA MARQUES DA FONSECA
Docente – Graduação e Pós – Unibrasil

A investigação tem como objeto promover uma análise da distribuição de estudantes que integram a população da educação superior no Brasil. O objetivo é perceber a dinâmica existente na proporção dos grupos de alunos por gênero. Trabalha conforme a concepção conservadora tradicional que limita a compreensão do comportamento humano segundo o sistema binário de sexo, notadamente feminino e masculino. Inicialmente o interesse seria trabalhar com categorias diversas, porém logo observou-se inexequível, pois as políticas públicas de avaliação aplicadas no campo da educação somente consideram a visão positivada e dualista. Este fato é pouco vantajoso restringe a coleta de dados e resulta em dados simplistas. Deixa de auxiliar com dados considerados importantes nos trabalhos de investigação e de sistematização de informações. Talvez trouxessem elementos mais coerentes e com visão realística das características da sociedade que pudessem contribuir nas tomadas de decisões na rotina de gestão das políticas ou dos programas tornando os resultados mais significativos. Assim aponta-se para a necessidade de censos e levantamentos de dados com maior detalhamento na coleta em prol de políticas mais efetivas. Portanto o trabalho se enquadrou na análise das duas categorias. Todo o esforço empregado foi em compreender melhor o ambiente da educação superior a partir da

classificação de homens e mulheres. A busca centrou em apontar algumas das principais características do fenômeno de transposição da condição das mulheres, grupo considerado minoritário por um longo período, hoje o maior grupo da população estudantil no ambiente universitário. A base teórica do estudo proposto está vinculada em pesquisas realizadas junto ao grupo DIVERGE – Direito, Diversidade Sexual e Relações de Gênero. Principalmente em textos resultantes de investigação publicados como resultado parcial e final de pesquisa. Os estudos exploram o processo de inclusão e a condição da mulher no espaço educacional brasileiro da pós-graduação (mestrado e doutorado). Um manuscrito introdutório pode ser acessado no portal Sala Criminal; os demais possuem livre acesso estão publicados em forma de artigo científico; uma integra a obra coletiva intitulada *Educação e interseccionalidades*, publicada em 2018 pela UFPR (o livro é gratuito e o conteúdo integral da obra fica permanentemente disponível no site do NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros) e o outro foi apresentado no Congresso de Política para Mulheres publicados em formato de Anais com domínio público pelo Google. Sinteticamente os estudos recortam o período entre 1990 até 2015, apontando alguns dados e principais aspectos da população feminina no âmbito da pós-graduação *stricto sensu*. Diversos dados são registrados, porém destaca-se aqui a assertiva totalmente verdadeira: a população estudantil na primeira década do século XXI tornou-se hegemonicamente feminina; elas são a maioria absolutamente em todos os níveis da educação no Brasil. De modo especial no campo da educação superior ocorre a mulherização da formação profissional. Dados apontam que nos programas de pós-graduação a quantidade de diplomas expedidos chegaram na proporção de 60% para as mestras e doutoras (o dado é a média até de 2014, acredita-se que em 2021 número tenha aumentado). Portanto o presente estudo tem *locus* na graduação e espera-se idêntica conclusão, porém com ampliação do resultado proporcional em relação âmbito da pós-graduação. Desenvolveu-se coletando os dados da população estudantil na graduação e identificando a composição da quantidade de alunas. Apresenta um quadro para sistematizar e relacionar comparativos anuais da distribuição da população estratificada conforme o gênero. A ordem planejada apresenta os dados conforme o posicionamento tradicional masculino x feminino de modo proporcional ao total da população em porcentagem. Para efeitos de ensino e didática na prática da pesquisa científica tomou-se

os dados apontados na pesquisa da pós-graduação e foram lançadas hipóteses com proposições confirmáveis *a posteriori*. Observado que aproximadamente $\frac{2}{3}$ dos diplomas de pós-graduação expedidos anualmente estão na mão de mulheres foi estimado e lançado como premissa que a graduação seguiria a mesma tendência. Porém os dados apresentados a partir do cálculo da proporção de homens e mulheres na graduação resultaria em um número mais elevado do que o aferido no estudo da pós-graduação. Estimou-se um número correspondente a proporção de mulheres diplomadas na graduação; assim sendo a primeira hipótese lançada é que o grupo das mulheres representam 75% das pessoas diplomadas na graduação. Mas não se considera o cálculo da média, pois a virada na proporção numérica de homens e mulheres é recente, sendo assim possui poucos anos e a partir de uma média simples o grupo masculino leva vantagem decorrente de mais de um século de hegemonia. Assim como a pós-graduação acredita-se que a graduação mudou para um número proporcional superior recentemente. A proposição colocada na hipótese do estudo lança indícios que as mulheres estão consolidadas no espaço da educação superior como grupo de maioria. Estima-se que a população feminina obedece a fração de $\frac{3}{4}$ ou seja o tamanho da parcela de mulheres estimada na hipótese é de 75% do número total de pessoas. Caso se confirme será possível afirmar que o dado fornece indício de que as mulheres se consolidaram maior parcela no espaço. Somente com um procedimento metodológico que propicie a identificação do objeto, demarcação do local e tempo, apresentação de questão problema, da estruturação de etapas adequadas ao cumprimento do objetivo é que o estudo pode se desenvolver. Somente após demarcações do plano investigativo é que o trabalho se alinhou no estudo meios que apontam a proporção de homens e mulheres. No viés pragmático da pesquisa identificando a população estudada e extraindo as informações necessárias para o encontro dos indícios para considerar a hipótese verdadeira. Assim vários procedimentos foram adotados para a comprovação das proposições colocadas; uma metodologia foi composta para encontrar os indícios almejados que sustentassem a proposição. Cabe destacar que teoricamente o estudo se classifica como hipotético-indutivo, mas longe do ponto de vista dogmático se desenvolve mediante um plano estruturado basicamente em três etapas: a primeira basicamente esteve preocupada com a análise de documentos, buscou-se

referencial teórico em literatura especializada e os documentos oficiais do INEP/MEC. Maior facilidade foi encontrada com a estruturação da fundamentação teórica; considerável quantidade de informações se encontravam revisadas, já com os dados numéricos extraídos dos documentos foram os que demandaram mais tempo e preocupação. Já no momento da segunda etapa, atentou-se ao momento mais empírico da investigação. Nesta fase ocorreu o tratamento dos dados encontrados nos documentos oficiais sobre a população dos estudantes na educação superior no Brasil da última década. As informações foram coletadas a partir da extração dos dados do Censo da Educação Superior publicado pela administração federal. Originalmente a metodologia delimitava nos 10 últimos anos demarcados entre 2009 até 2018, todavia durante a execução do trabalho (no ano de 2020) foi publicado o relatório do ano 2019 do Censo, assim mais um ano se incorporou ao estudo e a análise final e o estudo acabou sendo delimitado considerando o intervalo dos anos 2009-2019, totalizando onze anos de informações. Ainda na segunda etapa categorias foram criadas e a organização da pesquisa orientou a pauta conforme lógica quantitativa e a organização de dados da população com respectivos cálculos proporcionais; posteriormente os números enquadraram-se propiciando uma visão global e comparativa de todos os anos. Estruturou-se com certa didática para a facilitação do confronto de dados e da interpretação dos resultados. Resumidamente a apuração tomou conotação de disputa pela maior porcentagem na distribuição proporcional de mulheres e homens. Com todas as informações quantitativas lançadas e os cálculos feitos a interpretação qualitativa dos dados se tornou o procedimento metodológico predominante na última etapa do estudo. Preocupado com a composição de um procedimento analítico adequado ao processo de interpretação dos dados não foi deixado de se considerar os critérios científicos de um método qualitativo. Algumas das principais inferências extraídas da investigação estruturaram-se em três eixos de classificação, assim sendo: (i) apresenta o conjunto de números e subsidia a análise da população ingressante na educação superior, sendo o número de alunos que a matrícula corresponde a primeira etapa, ciclo, período, ano etc. conforme a organização pedagógica determinada pelo calendário da instituição ou do curso; depois segue o segundo eixo, (ii) apresenta o conjunto de números e subsidia a análise da população que está cursando a educação superior, ou seja, o número total da população que não está na primeira e nem na última etapa, período, ano.

O terceiro eixo (iii) apresenta o conjunto de números que subsidia a análise da população saindo pois concluiu a educação superior, aquela pessoa que pode ser considerada formanda, egresso da instituição. Em suma os eixos são: 1) dos ingressantes, 2) dos matriculados e 3) dos egressos, respectivamente. As principais considerações que podem ser tiradas da compilação de 33 resultados sendo 11 anos e 3 eixos em cada ano e inferência dos dados analisados é que absolutamente todos os dados indicam a proporção de mulheres sendo superior à de homens. O primeiro eixo a diferença é menor, mas conforme avança o processo de formação na educação superior as mulheres vão aumentando a amplitude e obtendo um distanciamento em relação a quantidade de homens. Logo percebe-se que a evasão dos homens é maior (54% homens e 48% mulheres) porém é alarmante o número relativo à evasão estudantil de maneira geral. O número total de alunos anualmente divididos em ingressantes, matriculados e concluintes/egressos; assim dispostas as três categorias foram subdivididas em homens e mulheres; e distribuído em porcentagens por ano. A média de 11 anos dos números de ingressantes mulheres é de 54%; já as de matriculadas 55%; e, categorizadas como egressas são 59%. A variação de cada eixo é baixa, oscila em 1%, significa que ano a ano o número da proporção de mulheres permanece constante média de 54%. A regra se repete nos demais eixos. Percebe-se que o comportamento dos dados das categorias dos ingressantes e matriculados comportam-se de modo similar, sempre as duas categorias aumentam ou diminuem juntas, o outro comportamento é igual. A categoria concluinte é independente. Ressalta-se que o resultado do estudo não trata de probabilidade e não é estatística. O estudo é sobre a população considerada de modo integral sendo de fato as quantidades reais do corpo de alunos que integravam naquele momento toda a população na educação superior.

Palavras-chave:

Direito à educação; Direito das Mulheres; Educação Superior; Mulherização da educação; Relações de gênero.

Referências

TOMAZONI, Larissa Ribeiro; DOTTA, Alexandre Godoy . Inclusão da mulher no espaço educacional brasileiro: aspectos históricos da trajetória da feminina na educação superior. In: Lígia Ziggioni de Oliveira; Josafá Moreira da Cunha; Rafael dos Santos Kirchhof. (Org.). Educação e Interseccionalidades. Curitiba: NEAB/UFPR, 2018, p. 283-298.

TOMAZONI, Larissa Ribeiro; DOTTA, Alexandre Godoy . O impacto da epidemia do ZIKAV 2015 na saúde reprodutiva das mulheres brasileiras e a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5581. In: BERTOTTI, Bárbara Mendonça; VIANA, Ana Cristina Aguilar; KREUZ, Letícia Regina Camargo; CALEFFI, Renata. (Org.). Gênero e resistência. Porto Alegre: Fi, 2019, v. 1, p. 241-270.

TOMAZONI, Larissa Ribeiro ; DOTTA, Alexandre Godoy . A Condição da Mulher no Espaço Educacional Brasileiro: aspectos históricos sociais da trajetória feminina. In: XII Congresso Nacional de Educação (EDUCERE), Curitiba: Champagnat, 2015. v. 1. p. 29169-29187.

TOMAZONI, Larissa Ribeiro ; DOTTA, Alexandre Godoy . Aspectos do processo de inclusão da mulher no espaço da educação no Brasil: Análise da titulação de mestras e doutoras em programas de pós-graduação stricto sensu de 1989 até 2016. Sala Criminal, v. 1, p. 1, 2018; Meio de divulgação: <http://https://doi.org/10.6084/m9.figshare.13225196.v2>;

TOMAZONI, Larissa Ribeiro; LOBO, Andréa Maria Carneiro ; DOTTA, Alexandre Godoy . A Condição da Mulher no Espaço Educacional Brasileiro: aspectos históricos sociais da trajetória feminina. In: UniBrasil, 2016, Curitiba. p. 343.

**ELEMENTOS MÍNIMOS PARA ESTIMAR O RETROCESSO SOCIAL
DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA APÓS O GOLPE PARLAMENTAR
DE 2016: O REGRESSO DOS QUE NÃO FORAM,
DE VOLTA PARA O PASSADO,
BURACO SEM FIM**

10.6084/m9.figshare.13859936

ALEXANDRE GODOY DOTTA

Docente – Pós-graduação – Instituto de Direito Bacellar

JOÃO PAULO JACOB

Diretor – Escola do Legislativo do Estado do Amazonas

O estudo busca investigar as políticas para a educação superior no Brasil. Possui como premissa a existência de práticas políticas que se apresentam como promotoras do retrocesso social do desenvolvimento do Estado. Explora campo das políticas para a educação elencando números oficiais que demonstram a redução do serviço público e a contenção de investimentos. Apresenta os efeitos que já podem ser percebidos, estima o prejuízo para o Estado de bem-estar social, por fim busca somar práticas governamentais em outras áreas para que de modo integral se aglutinem alguns dos elementos que podem propiciar a mensuração do retrocesso social promovido pelo desgoverno institucionalizado após o golpe de 2016. Como preliminar orientativo, aquilo que é pressuposto verdadeiro para o fazer e o estudar política tem-se a Constituição Federal, principalmente o preâmbulo e os direitos fundamentais elencados no título I. Notadamente o estudo se orienta no viés políticas educacionais, deste modo agrega aos pressupostos os ditames da LDBEN e o PNE (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Plano Nacional da Educação). Assim sendo é entendida como diretriz certa e segura, contra ela se permite o pensar ou o manifestar, mesmo que esteja em total desacordo os ditames pétreos da lei. Porém não

poderá promover nenhuma ação ou atuação que vá contra aos preceitos determinados como fundamento do Estado.

Como diretriz para a educação e para a realização dos preceitos da constituição foi editada a Nova LDB, e aos seus 25 anos de existência aos poucos vem se concretizando. Nela está planejado a confecção de planos para a educação o PNE o primeiro PNE (2000-2010), demorou 3 anos para ser confeccionado, tinha a validade de 10 anos objetivando a concretização de metas, nenhuma foi alcançada de modo efetivo. O segundo plano demorou mais tempo para ser confeccionado. A ironia é que o Governo só conseguiu perceber que o plano de 2010 iria fracassar no término de 2010, assim após quatro anos entrou em vigência o PNE 2014-2024. O documento tem 20 grandes metas que desdobram em outras ações, objetivos, estratégias e indicadores. A última trata do investimento público em Educação pública e buscava atingir o investimento de, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º ano de vigência desta Lei, mas não se concretizou e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio, dificilmente cumprirá. O Brasil investe menos que a média dos países desenvolvidos da OCDE, recomenda-se no mínimo 6% do PIB, porém os valores de investimentos não chegaram a somar de 5% do PIB. O Brasil está na contramão da prática política dos países desenvolvidos. Mediante a situação de crise os países atuam com investimentos em todas as áreas da educação, diversos estudos comprovam que o investimento na educação é estratégia certa no combate a crise. Dois exemplos são colocados como exemplos de educação de qualidade. O primeiro de modo maçante nos é colocado é a educação da Korea do Sul, ocorre que o país tomado como exemplo não investe menos que 35% do PIB em educação, além do volume de recursos disponibilizado para a educação, enfatiza-se que o recurso é anualmente renovado, de modo repetido a quantidade permanece a mesma isso desde meados do século passado quando o país conquistou independência. Outro país de destaque é a Finlândia que investe mais 50% do PIB na educação pública. As políticas de governo buscam muitas vezes cobrando resultados de professores e diretores que coloquem o Brasil em melhores condições no quadro comparativo com os demais países. Aqueles que observam a política brasileira não consegue perceber lógica do país que mantém uma das maiores economias do mundo, permanecendo na lista dos maiores PIB do planeta, possuir um dos piores resultados na educação com resultados equiparados a

países com populações em estado de extrema pobreza. O sistema de avaliação internacional Pisa é referência mundial para mensuração da qualidade da educação, o resultado gera um quadro com 79 países e subsidiam meios para que se possa estimar melhorias advindas das políticas implementadas. O último resultado foi apresentado em 2019 e a performance da educação do Brasil no quadro é de 58º e 60º lugar em leitura, entre 66º e 68º em ciências e entre 72º e 74º em matemática. A variação existe por conta margem de erro adotada pela pesquisa. Neste caso o PNE 2014-2024 é mais um exemplo de norma válida e ineficaz. Na outra ponta da política da educação os números da graduação também são preocupantes. A taxa de ocupação das vagas ofertadas anualmente não completa a metade do total ofertado. O levantamento do Censo da Educação Superior fornecido pelo INEP aponta os números da ocupação, da evasão e da ociosidade que aponta esta condição a mais de 10 anos e pode-se estimar a tendência de ampliação dos números aceleram o retrocesso. A taxa de evasão dos cursos superiores possui constante crescimento da média proporcional de desistência, hoje mais da metade das pessoas que conseguem acesso a formação superior desistem. A média global de desistência é superior a metade do número dos que entram anualmente, ou seja, mais da metade das pessoas que conseguem entrar não permanece, mesmo com a bolsa PROUNI ou FIES. No pouco volume de recursos que são investidos na educação superior neste tipo de auxílio resulta em benesses restritas ao empresariado da educação. Mesmo com bolsa o estudante não consegue permanecer até a conclusão do curso. A maioria acaba iniciando e por alguns meses ou anos permanecem, mas antes de atingir a metade da formação acaba trancando o curso ou desistindo da formação. Nesse período a bolsa do aluno garante o lucro do empresariado, porém não se reverte em benefícios ao estudante, e consequentemente o investimento não consegue atingir seu propósito de desenvolvimento da cidadania e melhoria do bem-estar da população. Lucro fica restrito ao empresariado. A gravidade da situação da educação superior fica em evidência quando aproxima-se os números do ocioso com os números da evasão. Na entrada anual o número de estudantes não atinge 50% da capacidade de ocupação das vagas ofertadas. A outra metade ocupada sofrerá redução por conta da evasão, a média aponta que desta metade 50% não permanecerá. A inferência aponta para a informação de que 75% da capacidade de instalada é inútil, mais de 50% não é preenchida e mais 25% dos que ingressaram não

consegue se manter. O exercício de compilação de dados estudados considerou os últimos 11 anos do Censo da Educação disponibilizado pelo INEP (2009-2019). O arranjo dos números propicia uma infinidade de possibilidades de cruzamento de dados e extração de informações. Aponta-se o mal uso das informações pelos órgãos definidores de projetos e programas. Principalmente termos de execução de políticas sociais e políticas públicas para o bem-estar e promoção de justiça social. Estimativas do crescimento da população brasileira realizadas pelo IBGE aponta para contínuo crescimento da população até meados do século XXI seguido do aumento do envelhecimento da população pelo menos até o fim deste século. Percebe-se o número de estudantes sendo reduzindo, mesmo na atualidade a quantidade de pessoas na educação superior não atende à demanda a projeção deste quando até meados do século e depois ao fim de século. Acende a emergência da formação qualificada. Deste modo para apercepção da existência de retrocesso social na área educacional ser estimada basta perceber: 1) o impacto na redução de número de estudantes na universidade; 2) o desestímulo que o governo promove deixando de investir o mínimo planejado na educação; 3) o acompanhamento das novas necessidades de políticas e serviços causados pelo envelhecimento e crescimento da população; 4) o cálculo de profissionais qualificados para atendimento as demandas. Uma pessoa que entra na universidade em média estará apta para atuação após tempo médio de 4 a 5 anos. O aumento do número de médicos sendo formatos causará impacto na sociedade após 5 ou 6 anos, dependendo do tempo que seja necessário para iniciar a atuação. Atualmente existe carência na quantidade de profissionais na área da saúde. Já era evidente a necessidade por este tipo de profissional, fato que estimulou políticas como o programa +Médicos, na crise pandêmica a falta de médicos e profissionais voltou a ser apontado. Nada disso foi o suficiente para estimular a promoção de formação de maior número de profissionais. Os números da educação superior de 2020 podem ser equiparados aos números de 2012 no que se remete a quantidade de alunos, ingressantes, matriculados. Logo o país irá se igualar aos índices do século passado. A população de estudantes não é significativa e ainda está sendo reduzida, o estudo mostra que a média anual (2009-2019) de ingressantes é quase um milhão de estudantes, o número médio de estudantes em formação é de aproximadamente 6 milhões e o de concluintes é de 900 mil. Desde 2015 o número de ingressantes e matriculados está tendendo a redução, a proporção média do

decréscimo é de 6 pontos percentuais a cada ano. Os números de ingressantes e matriculados estão com acentuada redução. A queda na quantidade de alunos ingressantes e de matriculados está reduzindo desde 2016. Assim a expectativa é a projeção do comportamento e para a contínua redução de profissionais formados, logo passará a afetar a porcentagem de concluintes de modo mais expressivo, os números desta categoria começaram a redução em 2019. Gradativamente vem caindo a quantidade de ingressos que se somarão aos que não vão conseguir se manter, logo pelo menos nos próximos 5 anos número de concluintes vai ter redução. Assim continuará caso não se tome ações corretivas. A quantidade da população aumenta e a quantidade de profissionais reduz. Com este dado já possível deduzir uma estimativa para a educação do tamanho do retrocesso social. Adicione crise pandemia, a educação a distância em todos os níveis, congelamento de gastos com a educação, crescimento da pobreza. Não é possível identificar nenhum elemento que faça diminuir o impacto da crise da educação e retrocesso, cada um que se acrescenta piora a situação e contribui para aumento do desastre.

Palavras-chave

Direto à educação; Diretos Sociais; Retrocesso social; Investimento na educação; Educação Superior; qualidade da educação.

REFERÊNCIAS

DOTTA, A.G. A Política de Avaliação da Qualidade da Educação Superior no Brasil, Curitiba: 2016. Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

DOTTA, Alexandre Godoy. Direito, Educação e Democracia. Curitiba: GRD, 2021. v. 1. 210p <http://https://doi.org/10.6084/m9.figshare.13720291.v1> ISBN: 9786599273285.

DOTTA, Alexandre Godoy. Estudo Empírico-Analítico da Política Pública de Avaliação da Qualidade Educação Superior no Brasil. In: Direito e Políticas Públicas no Brasil. Curitiba: Instituto Memória, 2017, v. 1, p. 40-69. ISBN: 9788555231896.

DOTTA, Alexandre Godoy. Política pública da educação superior no Brasil: a efetividade da avaliação institucional no âmbito do SINAES. Curitiba, 2009. Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUCPR, Brasil.

DOTTA, Alexandre Godoy. Políticas públicas de avaliação da qualidade da educação superior como meio de realização da educação como um bem público. O Sistema Nacional

de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Jus Navigandi (Online), v. 17, p. 12, 2012. <http://jus.com.br/revista/texto/23149>

DOTTA, Alexandre Godoy. Public policies for the assessment of quality of the Brazilian higher education system. Revista de Investigações Constitucionais, v. 3, p. 53-69, 2016.

DOTTA, A.G.; CABRAL, R. M. Mínimo existencial na hermenêutica da jurisprudência brasileira referente às políticas públicas relativas ao direito à educação. RECHTD. Revista de estudos constitucionais, hermenêutica e teoria do direito, v. 10, p. 138-149, 2018. <http://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/rechtd.2018.102.05/60746469>

DOTTA, Alexandre Godoy; KOGLIN, Meire Cristina Teixeira . O Plano Nacional da Educação e a atuação judicial na efetividade do direito fundamental à educação básica. In: MOTTA, Fabrício; GABARDO, Emerson. (Org.). Limites do Controle da Administração Pública no Estado de Direito. Curitiba: Íthala, 2019, v. 1, p. 21-38.

DOTTA, Alexandre Godoy; MARQUES, Camila S. da P. Programas sociais, a exclusão social e a vedação ao retrocesso: direitos sociais no Brasil em crise. Revista do Direito Santa Cruz do Sul, v. 3, p. 2-22, 2017. <http://dx.doi.org/10.17058/rdunisc.v3i53.9624>

DOTTA, Alexandre Godoy; BERTAZOLLI, C.B.A. política de acesso e permanência educação superior no Brasil: o programa universidade para todos. SSRN Electronic Journals: The English & Commonwealth Law Abstracts Journal, v. 37, p. 828, 2020. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3705828>.

DOTTA, Alexandre Godoy; RICARDO, Hérick . O direito à educação no Brasil e o serviço adequado como garantia fundamental de sua efetivação. In: LIBÓRIO, Daniela; GUIMARÃES, Edgar; GABARDO, Emerson. (Org.). Eficiência e ética no direito administrativo. Curitiba: Íthala, 2017, v. , p. 19-30. ISBN: 9788555440854.

DOTTA, Alexandre Godoy (2021): Direito, Diversidade Sexual e Relações de Gênero. Curitiba: GRD. 2021. <https://doi.org/10.6084/m9.figshare.13720291.v1>.

KREUZ, Letícia; DOTTA, Alexandre Godoy. Plano Nacional de Educação (PNE) e ideologia de gênero nas escolas: da ignorância ao conservadorismo. In: BERLOTTI, Bárbara (Org.). Reformas legislativas de um estado em crise. Curitiba: Íthala, 2018. p.273-290.

NEVES, Ozias; DOTTA, Alexandre Godoy . History of masters and doctoral degree training from 1965-2013 in Brazil: a map of the public education service in the postgraduate system. In: European Scientific Institute. Kocani: European Scientific Institute, 2015, v. 1, p. 464-477. Homepage: <http://eujournal.org/files/journals/1/books/ISF.Oxford.Vol.1.2015.pdf> ISBN: 9786084642428.

**ESPAÇO DA
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

COORDENAÇÃO
Prof. Arivonil dos Santos Matoski Junior

COMUNICADOS CIENTÍFICOS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- USO DE PROGRAMAÇÃO EM ‘R’ APLICADO AO PROBLEMA CAIXEIRO VIAJANTE COM OFICINA PARA DEMOSTRAR DEMAIS APLICAÇÕES**
JEAN MARCELO DA COSTA SALES Docente Estácio Curitiba
- 211
- GAMIFICAÇÃO E EDUCAÇÃO: APRENDIZAGEM POR DESAFIOS**
RODRIGO JAMNIK FRUMENTO Discente – ADS Estácio Curitiba
- 215
- AUTOMAÇÃO DOS PROCESSOS DE ATENDIMENTO IMPLEMENTADA NA PLATAFORMA DO APLICATIVO TELEGRAM: MELHORAR A COMUNICAÇÃO POR MEIO DAS TIC’S ENTRE A COORDENAÇÃO DO CURSO E SEUS ALUNOS NO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS – ADS**
DOUGLAS ROCHA MENDES Docente – ADS Estácio Curitiba
ARIVONIL DOS SANTOS MATOSKI JUNIOR Gerente Acadêmico Estácio Curitiba
- 217

USO DE PROGRAMAÇÃO EM 'R' APLICADO AO PROBLEMA CAIXEIRO VIAJANTE COM OFICINA PARA DEMOSTRAR DEMAIS APLICAÇÕES

10.6084/m9.figshare.13857299

JEAN MARCELO DA COSTA SALES
Docente Estácio Curitiba

Tema Geral e Problema de Pesquisa. A proposta é realizar uma palestra sobre o uso da linguagem R aplicado ao problema do caixeiro viajante num caso específico, porém relacionando diversas áreas de conhecimento que podem se beneficiar desta ferramenta computacional, complementando ainda com uma oficina para dar a experiência de usar a ferramenta, praticando a diversos exemplos de otimização. Objetivos. Palestrar sobre temas de otimização logística, mas realizando a abertura com temas resumidos sobre cadeia de suprimentos, operadores logísticos, *Backloading*, atingindo o problema do caixeiro viajante aplicado ao mapa do estado do Paraná e a demonstração de uma solução usando a linguagem de programação R como ferramenta de apoio a solução, na sequência e fazendo uma ligação com outros conhecimentos, na qual podem se praticar juntos passando por temas como pesquisa operacional, estatística, análise de dados e análise de mídias sociais. Referencial Teórico. Abordar a interdisciplinaridade para alunos contemplando um caso clássico do problema do caixeiro viajante usando a heurística da inserção do vizinho mais próximo aplicado a dados com pesos e no final plotando um grafo de circuito hamiltoniano para algumas propostas de problemas a serem demonstradas. A heurística do vizinho mais próximo foi um dos primeiros algoritmos utilizados para determinar uma solução para o problema do problema do caixeiro viajante. Ele gera rapidamente um caminho curto, mas geralmente não o ideal, pois existem outros mais eficientes conforme o caso, porém esta heurística é mais simples de entender para quem está iniciando no assunto. Este tema sempre que investigado visa atender ensejos da área de logística e administração em busca de economia dentro de uma cadeia de suprimentos

e na área de engenharia na busca-se de otimização e eficiência. O apoio de ferramentas computacionais é essencial para obter escala em soluções de problemas complexos. A aplicação de heurísticas são bem vindas, pois o custo de uma solução ótima pode ser inviável computacionalmente. O problema do caixeiro viajante pode auxiliar em várias áreas além da logística como por exemplo, qual é o menor custo possível de suplementos película cobre com ligas para revestimento, a base de estanho e verniz orgânico, para imprimir trilhas condutoras num projeto de circuito eletrônico em placas de fibra de vidro. Este e outros inúmeros problemas podem ter soluções apoiadas na sua implementação com linguagem de programação R que é uma ferramenta também muito usado em ciência de dados e *machine learning*. Importante abordar o uso desta ferramenta em conhecimentos específicos também como um caso a ser demonstrado usado na análise de abrangência de mídias sociais. Pretende-se conduzir esta abordagem num evento misto, primeiro como palestra sobre o tema supracitado e complementado com uma oficina para demonstrar mais alguns casos de uso e dando a oportunidade de poder praticar a linguagem de programação R como ferramenta de apoio a resolução de problemas multidisciplinares em temas transversais. Metodologia. Palestra de até 35 minutos sobre o assunto a ser demonstrado, complementado com 35 a 50 minutos para uma oficina com acesso web ou em laboratório na ferramenta *RStudio*, aplicando exemplos com demonstrações curtas no intuito de articular melhor o processo de ensino-aprendizagem. Resultados. Obter como resultado um melhor entendimento do aluno na importância da interdisciplinaridade de conhecimentos de administração, economia, computação e engenharia quando aplicado a um caso de logística na qual tem assuntos correlatos de organização, eficiência, otimização e apoio de ferramentas computacionais. Contudo abre a oportunidade de aguçar a vontade de experimentar ferramentas facilitadoras de soluções ao observar adicionalmente alguns pequenos casos que serão demonstrados dentro das áreas de pesquisa operacional, estatística com series temporais e ciência de dados. Conclusões. A demonstração, mesmo que em escala menor, serve para enfatizar a interdisciplinaridade e melhorar a iniciativa dos alunos em buscar soluções para múltiplas áreas de conhecimento.

Palavras-chave

Programação R; Logística; Otimização; Caixeiro Viajante.

Referências

Ballou, R. H. (2006). Gerenciamento da cadeia de suprimento /logística empresarial (5a ed). Porto Alegre: Bookman.

Gillet, B. E., & Miller, L. R. (1974). A heuristic algorithm for the vehicle dispatch problem. *Operations Research*, 22(2), 240-249. <https://doi.org/10.1287/opre.22.2.340>

Chambers, J.M. (2008) Software for data analysis: Programming with R.

THIESEN, Juares da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39, p. 545-554, Dec. 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000300010&lng=en&nrm=iso>. access on 24 Sept. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000300010>.

GAMIFICAÇÃO E EDUCAÇÃO: APRENDIZAGEM POR DESAFIOS

10.6084/m9.figshare.13857302

RODRIGO JAMNIK FRUMENTO
Discente – ADS Estácio Curitiba

Um dos desafios da nova educação é encontrar métodos para ter a atenção total do aluno em sala de aula ou aulas online. Um dos métodos que podem ajudar a ter a atenção dos alunos, ainda mais com um mundo onde competições, jogos, rapidez de informações e tecnologias sendo criadas a cada minuto, é o método criado pela Apple em 2008, chamado do Challenge Based Learning, ou Aprendizagem por meio de desafios, ou então apenas CBL. É um método colaborativo, e que pergunta a todos os participantes (desde alunos até a comunidade e professores) a identificar grandes ideias e perguntar boas questões a fim de solucionar problemas e desafios. Assim sendo com este método é possível desenvolver várias habilidades atuais, desde Soft até Hard Skills, ou seja, habilidades técnicas ou pessoais/sociais. Para realizar o método são divididos em três fases, Envolver, Investigar, Ato. Durante a fase de envolver é definido uma grande ideia, ou um assunto maior e então são feitas perguntas para serem resolvidas. Após feitas as perguntas, é definido o desafio, onde os alunos, professores e comunidade, devem responder as perguntas e o desafio. A próxima fase é a de Investigar, onde os participantes irão fazer perguntas guiadas onde buscam soluções para o desafio proposto, também são feitas atividades guiadas para os participantes começarem a ter a parte prática onde o instrutor ou professor, instiga os alunos com atividades para a solução dos desafios. E para finalizar a fase de investigação, há também os recursos orientados, sendo qualquer recurso seja online, cursos, banco de dados, livros, dentre outros recursos. Assim que todas as questões e desafios forem abordados é feito a síntese que conclui com relatórios e apresentações dos alunos e participantes. Finalizando as fases do método CBL temos a fase de Ato, ou Ação, com a

apresentação e relatórios feitos é o momento de desenvolver as soluções, os participantes já vivenciaram as situações específicas e todo o processo para chegar a uma solução do desafio proposto no início do projeto. Nesta fase o foco é no desenvolvimento das soluções propostas desde sistemas até palestras e seminários, com o objetivo de implementar e avaliar a solução. Junto ao método CBL, é possível fazer uma gamificação, onde é proposto um grande desafio e os alunos vão ganhando pontos com o desenvolvimento de soluções, usando recursos e demonstrando conhecimento adquirido.

Palavras-chave

Metodologia; CBL; Desafios; Desenvolvimento; Soluções.

Referências

COHEN, Joseph; CHEUNG, Ronald; LO, Henry; ELIA, Fabio. Challenge Based Learning in Cybersecurity Education. <https://www.josephcohen.com/papers/cbl.pdf>, [S. l.], p. 1-6, 2011.

FRAMEWORK-CHALLENGE Based Learning. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.challengebasedlearning.org/pt/framework/>. Acesso em: 26 set. 2020.

**AUTOMAÇÃO DOS PROCESSOS DE ATENDIMENTO IMPLEMENTADA
NA PLATAFORMA DO APLICATIVO TELEGRAM: MELHORAR A
COMUNICAÇÃO POR MEIO DAS TIC'S ENTRE A
COORDENAÇÃO DO CURSO E SEUS ALUNOS
NO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA
ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS – ADS**

10.6084/m9.figshare.13857299

DOUGLAS ROCHA MENDES
Docente – ADS Estácio Curitiba

ARIVONIL DOS SANTOS MATOSKI JUNIOR
Gerente Acadêmico Estácio Curitiba

Tema Geral e Problema de Pesquisa

O cenário da Educação Superior no Brasil no início do século XXI apresenta-se como um processo acelerado de mudanças. Entre várias mudanças, destaca-se que a sociedade da era industrial está cedendo espaço a uma sociedade do conhecimento. A sociedade do conhecimento é marcada pela era da informação, que se inicia a partir da década de 1990, como um tremendo impacto provocado pelo desenvolvimento tecnológico e com a chamada tecnologia da informação. Esta nova riqueza passa a ser o conhecimento.

Contudo, é importante enaltecer que esta sociedade do conhecimento do ponto de vista do modelo capitalista, com foco no viés econômico, percebe-se que com a intensificação da informação e do conhecimento nos processos de produção, comercialização e consumo de bens e serviços, tal prática mostra-se especialmente importante no fortalecimento de uma proposta crescente do mundo globalizado. Conforme Boneti (2006, p. 56):

”o caráter globalizante da economia é um fator determinante na formulação e operacionalização das políticas públicas devido ao novo caráter de relação política entre os diversos países do globo impostos pela economia globalizada. [...] vivemos sob uma nova configuração social. [...] o espaço já não é mais definido somente como um lugar, um território; é um espaço de fluxos, de ideias e de informações.”

Portanto, a tecnologia da informação invadiu a vida das pessoas e das organizações em geral. Neste novo contexto a informação agrega novas características, entre as quais destaca-se a ideia do menor espaço, o menor tempo e o maior contato entre pessoas e organizações, através de redes de microcomputadores, a miniaturização, a portabilidade e a virtualidade passaram a ser a nova dimensão espacial fornecida pela tecnologia de informação.

O presente trabalho, teve como alicerce o intuito de melhorar a comunicação junto aos nossos alunos, por meio da tecnologia da informação, neste momento atípico que vivemos de pandemia resultado da COVID-19 – novo Corona Vírus, em sua excepcionalidade durante o Estado de Calamidade Pública reconhecido pelo Congresso Nacional o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e ainda considerando a Portaria MEC nº 343/2020, de 17.3.2020, publicada no Diário Oficial da União em 18.3.2020, e alterada pela Portaria nº 345/2020, de 19.3.2020, publicada no Diário Oficial da União no dia 19.3.2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Corona vírus – COVID19.

Em virtude deste cenário, houve a necessidade de melhorarmos a comunicação da Instituição de Ensino Superior – IES junto a sua comunidade acadêmica, principalmente com os alunos, uma vez que foi aprovado a substituição da forma de ministrar as aulas das disciplinas presenciais, em andamento, alterando a aula em meio físico pela aula em meio digital, viabilizando as aulas presenciais através da utilização de meios e tecnologias de informação, computação e comunicação, preservando a base da modalidade presencial que é a interação direta docente com o alunado, nos limites estabelecidos pela legislação.

O aspecto mais relevante a ser destacado neste artigo é demonstrar, por meio da automatização dos processos de atendimento do Coordenador de Curso, no que se refere a dúvidas dos alunos sobre a utilização dos requerimentos do Sistema SIA, como também, atuar como um concentrador dos FAQs (*Frequently Asked and Questions*) apresentados aos alunos para esclarecimento de dúvidas, tais como: datas importantes, meios de acesso a aulas e gravações de aulas do ensino presencial/digital e EAD, entre outras funcionalidades. Propõe-se desenvolver um aplicativo por meio da ferramenta do Telegram,

visando facilitar o acesso às informações, tais como: formação e ajustes na grade, acesso a biblioteca virtual e como contatar as áreas acadêmica, financeira e secretaria da IES.

Justifica-se esta ideia de implementar o aplicativo Telegram *COOrdBOT* (Coordenador Robô) foi para agilizar o esclarecimento de dúvidas dos alunos sem a necessidade de interagir diretamente com o Coordenador de Curso, como também, sem a necessidade de procurar o atendimento presencial, principalmente durante este período que vivemos de isolamento social devido a Pandemia.

Como segundo ponto cita-se a importância de concentrar em um único canal as informações relacionadas ao dia a dia do aluno na unidade que tende a exigir muito esforço da coordenação de curso e das equipes de atendimento presencial ou CSC. Observa-se este pico no início de cada semestre letivo, sendo que a dificuldade de obter uma resposta rápida e precisa levava o discente a gerar reclamações, descontentamento e possível evasão.

O terceiro e o último ponto destacam-se que a aplicação dispõe de muitos recursos tecnológicos que passaram a ser abordados durante as disciplinas técnicas-profissionalizantes, como forma de representar na prática um determinado conceito que antes ficava apenas no campo da teoria. Todos os recursos tecnológicos serão aplicados pelos alunos e professores do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas para que possam colaborar na implementação do aplicativo *COOrdBOT* que representa um *chatbot*.

Chatbots são programas de computador programados em uma linguagem de programação que simulam um chat operado por uma pessoa humana, porém de forma automatizada como se fosse um robô, por isto o termo *chatbot*. Dessa forma, é possível automatizar tarefas repetitivas e burocráticas, como dúvidas frequentes, na forma de diálogo pré-definido entre o usuário e um robô. O aplicativo *COOrdBOT* foi programado para esclarecer as dúvidas do dia a dia aos alunos da Faculdade Estácio Curitiba relacionadas as questões acadêmicas, dúvidas financeiras, como também, disponibiliza uma lista completa de vagas de empregos que ajudará aos alunos e toda família na busca de uma nova oportunidade de emprego.

Considerando tais aspectos torna-se importante e, porque não urgente, viabilizar uma proposta objetivando sistematizar todos os processos de atendimento ao aluno, assim propõem – se como problema de pesquisa: As IES adotam a Gestão da Informação – GI e

tem por objetivo a transmissão de uma mensagem. Entende-se que a compreensão e estudo dos fluxos de informações como sendo processos que agregam valor à IES. Neste sentido, considera-se desenvolver um aplicativo *Telegram* chamado de *COOrdBOT* (Coordenador Robô) que consiga gerar valor, e por conseguinte este objeto será algo que irá se tornar uma vantagem competitiva (PORTER, 1986), para a Faculdade Estácio de Curitiba. Com o desenvolvimento deste aplicativo de gestão da informação possibilitará a redução de dúvidas e questionamentos por parte dos alunos junto a coordenação de curso, bem como a abertura de requerimentos, visando assim proporcionar uma resposta rápida e evitar reclamações e possível evasão dos alunos?

Objetivos

- Desenvolver a automação do aplicativo *Telegram*, com vistas a facilitar o acesso às informações acadêmicas;
- Reduzir as dúvidas e questionamentos dos alunos junto a coordenação de curso;
- Oferecer ao aluno por meio do Aplicativo *Telegram COOrdBOT* um atendimento rápido e preciso sobre as suas dúvidas;
- Sistematizar todos os processos de atendimento ao aluno em um único canal de comunicação;
- Correlacionar as técnicas utilizadas no desenvolvimento da automação do aplicativo durante as disciplinas de Paradigmas em Programação em Python, Programação II (Linguagem Java) e Computação em Nuvem.
- Aplicar os conhecimentos dos paradigmas de programação, de frameworks complexos, uso do atendimento digital e proporcionar ao aluno um contato com tecnologias apresentadas pelo mercado.

Referencial Teórico

O referencial teórico do presente resumo foi estruturado com base nas 3 disciplinas do modelo de ensino AURA aplicadas ao segundo semestre do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, a saber: disciplina Banco de Dados; disciplina Computação em Nuvem; disciplina Desenvolvimento. WEB em HTML 5, CSS, JAVASCRIPT E PHP; O Trabalho também se baseou na disciplina Programação 2 da grade 118.

Banco de Dados

Na disciplina de Banco de Dados aplicamos os principais conceitos relacionados ao Modelo de Entidade e Relacionamento (MER), abordamos ainda as associações entre tabelas de banco de dados relacionais e damos foco na normalização. Todos estes conceitos foram aplicados ao aplicativo *COOrdBOT*.

Modelo de Entidade e Relacionamentos

Em engenharia de software, um modelo entidade relacionamento (MER) é um modelo de dados para descrever os dados (entidades e suas colunas) ou aspectos de informação de um domínio de negócio, de uma maneira abstrata que em última análise se presta a ser implementada em um banco de dados relacional. Os principais componentes dos Modelos Entidade-Relacionamento (MER) são as entidades (tabelas) e suas relações (chaves primárias e estrangeiras) que determinam as cardinalidades entre as entidades. Os Modelos Entidade-Relacionamento são abordados e praticados na disciplina de Banco de Dados do segundo período do modelo AURA.

Normalização em banco de dados: Para adequar o banco de dados, é necessário avaliar com base em cinco regras, que recebem o nome de formas normais. Essas correspondem a um conjunto de regras de simplificação e adequação de tabelas. Diz-se que a tabela do banco de dados relacional está numa certa forma normal quando satisfaz as condições exigentes.

A primeira atividade do responsável pelo sistema é identificar as entidades/tabelas a partir dos modelos de caso de uso. Para cada entidade são definidos seus atributos (colunas) sendo que um destes atributos será eleito para atuar como chave primária. A partir desta definição partimos para analisar a relação entre os atributos, sua chave primária e aplicamos a teoria da normalização. Este aplicativo foi implementado respeitando até a terceira forma normal. Vejamos as 3 formas normais aplicadas ao aplicativo.

A primeira forma normal define que os atributos precisam ser atômicos, o que significa que as tabelas não podem ter valores repetidos e nem atributos possuindo mais de um valor.

Primeiramente, para estar na segunda forma normal precisamos garantir que nosso modelo de dados esteja na primeira forma normal. A segunda forma normal define que os atributos normais, ou seja, os não chave, devem depender unicamente da chave primária da tabela. Assim como as colunas da tabela que não são dependentes dessa chave devem ser removidas da tabela principal e cria-se uma tabela utilizando esses dados.

Seguindo a mesma linha de raciocínio para estar na terceira forma normal nosso modelo precisou ser ajustado para a segunda forma normal. A terceira forma normal define que todos os atributos de cada uma das tabelas devem ser funcionalmente independentes uns dos outros, ao mesmo tempo que devem ser dependentes exclusivamente da chave primária da tabela. A terceira forma normal foi projetada para melhorar o desempenho de processamento dos bancos de dados e minimizar os custos de armazenamento.

Computação em Nuvem: O aplicativo está sendo executado em uma plataforma em Nuvem denominada *PaaS (Plataform as a Service)*. Na disciplina de Computação em Nuvem exploramos a publicação do aplicativo na plataforma <https://www.heroku.com/> que oferece serviços gratuitos e pagos para a hospedagem de aplicações implementadas em linguagem de programação Java e ainda disponibiliza o servidor de aplicação *Tomcat* versão 9. O site <https://www.heroku.com/> oferece um serviço denominado *PaaS (Plataform as a Service)*. Dentro deste contexto ainda foi explorado os conceitos de gerência de configuração, pelo uso das ferramentas *GIT* e *Maven*.

Plataform as a Service – PaaS: PaaS — Platform as a Service — em computação, consiste no serviço propriamente dito de hospedagem e implementação de hardware e software, que é usado para prover aplicações (software como serviço) por meio da Internet. Oferece a possibilidade de substituir o paradigma de aplicações tradicional, no qual programas de computador são instalados na máquina do usuário e ficam assim muito mais restritos às configurações de hardware e software disponíveis nela, principalmente ao sistema operacional.

Vantagens da plataforma *PaaS*: O modelo de *PaaS* é considerado benéfico para desenvolvedores, pois libera o desenvolvedor para dedicar-se, de fato, ao trabalho de construção de aplicativos, deixando o restante com o fornecedor, como gerenciamento, licenças de uso, atualização e manutenção da infraestrutura, entre outras atividades complexas, com a vantagem da redução de custos da operação e manutenção. Para

projetos em que a equipe é reduzida, o uso de *PaaS* é apontado como uma boa solução, pois permite o foco em desenvolvimento, sem a necessidade de gerenciar, fazer a manutenção e garantir a segurança do servidor, operando por uma plataforma pronta. Como é característica de soluções de Computação em Nuvem, nas soluções de *PaaS* é possível ajustar o consumo de recursos de acordo com a demanda, assim como a cobrança também é feita por demanda. Na plataforma do *Heroku* usufruímos ainda do banco de dados *Postgree* gratuitamente.

Servidor de aplicação: Um servidor de aplicação, é um servidor equipado com software especializado que disponibiliza um ambiente para a instalação e execução de aplicativos implementados em linguagens de programação. Em nosso projeto utilizamos a linguagem Java e por isto nosso servidor de aplicação foi o *Tomcat*. O objetivo do servidor de aplicação é disponibilizar uma plataforma que separe do desenvolvedor de software algumas das complexidades de um sistema computacional. No desenvolvimento de aplicações comerciais, por exemplo, o foco dos desenvolvedores deve ser a resolução de problemas relacionados ao negócio da empresa, e não em questões de infraestrutura de software. O servidor de aplicações responde a algumas questões comuns a todas as aplicações, como segurança, garantia de disponibilidade.

Gerencia de Configuração: Gerência de configuração de software é uma área da engenharia de software responsável por fornecer o apoio para o desenvolvimento de software. Suas principais atribuições são o empacotamento e compilação com Maven, o controle de versão com o software github, o controle de mudança e a auditoria das configurações. Roger Pressman, em seu livro *Software Engineering: A Practitioner's Approach*, especifica que a gerência de configuração de software (GCS) é o: conjunto de atividades projetadas para controlar as mudanças pela identificação dos produtos do trabalho que serão alterados, estabelecendo um relacionamento entre eles, definindo o mecanismo para o gerenciamento de diferentes versões destes produtos, controlando as mudanças impostas, e auditando e relatando as mudanças realizadas.

Desenvolvimento. WEB em HTML 5, CSS, JAVASCRIPT E PHP: O aplicativo *COOrdBOT* apesar se executar na plataforma do APP *Telegram* com a interface gráfica própria do aplicativo, utilizamos para nossos relatórios de uso uma página implementada utilizando a linguagem HTML abordada na disciplina.

Programação 2: Toda a implementação do aplicativo *COOrdBOT* foi realizado utilizando a linguagem de programação Java. A linguagem Java foi criada seguindo o paradigma da orientação a objetos e, por isso, traz de forma nativa a possibilidade de o programador usar os conceitos de herança, polimorfismo e encapsulamento. Todos os principais conceitos do paradigma da orientação a objetos foram aplicados no aplicativo, na forma de tornar o código programado claro dentro das melhores práticas de programação.

A plataforma *Telegram* oferece uma API/Framework gratuita para a linguagem Java utilizada neste aplicativo. O *Telegram* é um serviço de mensagens instantâneas baseado em Computação em Nuvem e está disponível para: Celulares ou *Tablets* equipados com Android, IOS/Apple, Windows Phone, *Ubuntu Touch*, Firefox OS, Computadores equipados com sistema operacional Microsoft Windows, OS X ou Linux. Os desenvolvedores podem equipar seus aplicativos de *chatbot* com chamadas com vídeo, enviar mensagens e enviar e receber fotos, vídeos, autocolantes e arquivos de qualquer tipo.

Um framework representa um conjunto de programas semi prontos que ao serem estendidos facilitam e alavancam a produtividade no desenvolvimento de um software. Um Framework não se trata de um software pronto para ser utilizado, mas sim de um modelo de dados que ao serem estendidos geram valor a um determinado ramo da economia.

Metodologia

No estudo de campo, será utilizada uma pesquisa com abordagem qualitativa através do fenômeno a ser estudado. Sendo assim, opta-se em utilizar-se o método de estudo de caso, junto a Instituição de Ensino Superior Faculdade Estácio de Curitiba, mais especificamente este estudo de campo ocorreu no Curso Superior de Tecnologia Administração de Sistemas – ADS. A partir do método do estudo de caso parte - se da premissa de que é possível explicar um determinado fenômeno com uma exploração intensa e até exaustiva da proposta de estudo. Segundo Lima (2004, p. 31):

“O método de estudo de caso corresponde a uma das formas de realizar uma pesquisa empírica de caráter qualitativo sobre um fenômeno em curso e em seu contexto real. Parte da premissa que é possível explicar um determinado fenômeno com a exploração intensa/exaustiva de uma única unidade de estudo (estudo de caso holístico) ou de várias unidades de estudo (estudo de casos múltiplos, segmentado, ou *comparative case method*), para possibilitar a elaboração de exercícios de análise comparativa. Ele envolve a realização de exercícios

sistematizados de descrição e de análise da(s) unidade(s) de estudo considerada(s), utilizando para isto, diferentes fontes de evidência, com o objetivo de compreendê-la internamente, de acordo com seus próprios termos.”

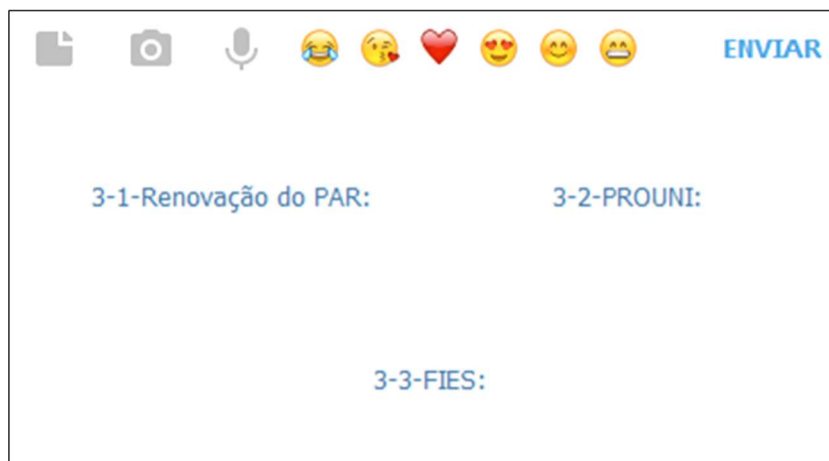
Logo, as estratégias metodológicas adotadas neste trabalho permitiram o alcance dos objetivos propostos por meio da adoção do método de estudo de caso, com a ideia de realizar análises comparativas em relação aos objetos em estudo.

Resultados

Com este cenário atípico no qual estamos vivendo, em virtude da pandemia, o isolamento social e ainda, para se tornar mais complexa esta situação – problema apresentada observa-se que no início de cada semestre letivo o coordenador de curso recebe dezenas de dúvidas e questionamentos dos seus alunos sobre a temática acadêmica, administrativa e financeira, que se repetem a cada ciclo. Com base nas recorrentes respostas dadas pelo coordenador de curso e equipe de apoio acadêmico as dúvidas levantadas pelos alunos, percebe-se a possibilidade de concentrar e unificar o ponto das consultas em uma aplicação digital. Desta forma, foi reunida as funcionalidades do aplicativo nas seguintes opções que compõe o menu principal do aplicativo apresentado (todas as suas funcionalidades principais se dividem em uma ou mais funcionalidades secundárias). Segue exemplo conforme figura abaixo apresentada deste “menu acadêmico”.



Já o menu Secretaria e Financeiro apresenta em seu menu o contato destes dois setores, bem como são apresentadas as dicas sobre como abrir requerimentos para que alunos fiquem atualizados e tenham suas dúvidas esclarecidas através do Centro de Serviços Compartilhados - CSC. Neste item do menu principal o aluno poderá interagir sobre o programa PAR, PROUNI e FIES. Segue abaixo exemplo conforme figura apresentada deste “menu secretaria e financeiro”.

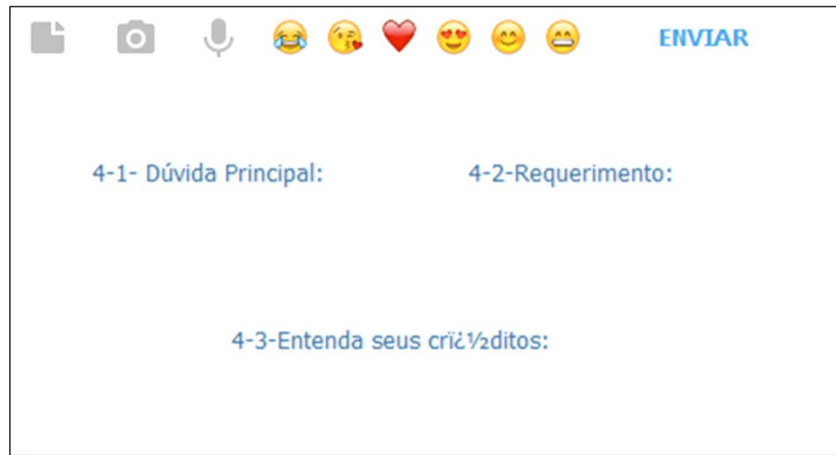


Outro menu desenvolvido foi para apresentar as principais respostas por meio de “dicas” ao aluno. O aluno poderá ainda avaliar o procedimento para abertura de requerimento ao do Centro de Serviços Compartilhados - CSC. Segue um breve descritivo das principais “dicas” oferecidas aos alunos para dirimir as suas dúvidas:

a) Dicas Grade Curricular



b) Dicas do Boleto Bancário



c) Dicas Biblioteca

Neste item informamos que a Biblioteca se encontra fechada devido ao período de isolamento social. Pode-se ainda inserir novas funcionalidades em uma nova versão.

d) Contato da Coordenação de ADS

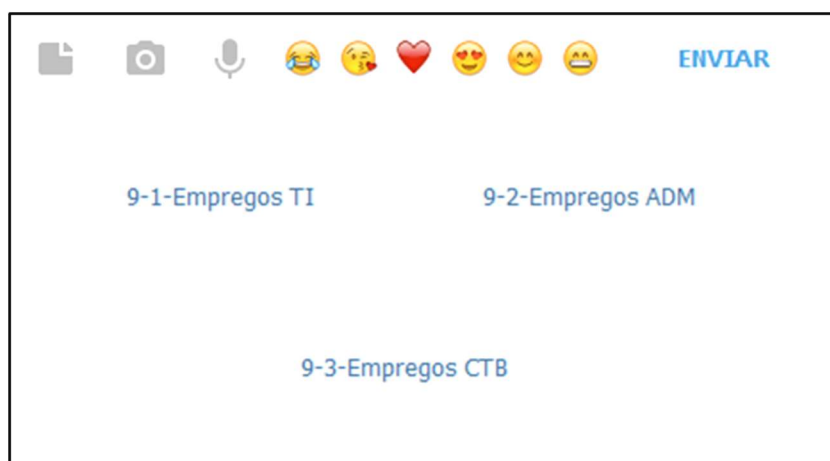
Apresentamos o telefone e e-mail do coordenador. Pode-se ainda inserir novas funcionalidades em uma nova versão.

e) Upload do Book Estácio e datas importantes

Neste item o *ChatBOT* realiza o *upload* do *Book Estácio* e ainda apresenta um resumo das datas das provas presenciais e EAD.

f) Vagas de emprego

Através desta funcionalidade o BOT realizará o upload de um arquivo PDF ao celular do aluno com dezenas de vagas de emprego nas áreas de TI para a cidade de Curitiba e Região Metropolitana. O BOT ainda apresenta as opções de vagas de emprego aos cursos de Administração de Sistemas, Administração e Contabilidade. Segue abaixo exemplo conforme figura apresentada deste “menu vagas de emprego”.



g) Relatório de uso

O relatório de uso foi implementado para informar a quantidade de requisições recebidas pelo chatbot, como também, conseguimos trilhar quais das opções são as mais solicitadas pelos alunos. Observamos uma média de 15 requisições diárias nesta etapa inicial chegando a 150 requisições no momento da preparação deste resumo. Cada uma das requisições realizadas equivale a um questionamento respondido pela secretaria, CSC ou Coordenação de Curso, ou seja, temos uma real redução do esforço de todos os envolvidos nestes esclarecimentos reduzindo custos e tempo dos responsáveis. Para o aluno fica a satisfação de ter sua resposta esclarecida no momento de sua dúvida seja ela quando ocorrer.

Uso do COOrdBOT				
Consultar todas as LOGs				
141-150 of 153 records				
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 10 </div>				
Usuário	ID_PAI	ID_ITEM	Descrição	Data Inclusão
Idelfonso	3	3	FIES:	2020-09-24
Idelfonso	3	2	PROUNI:	2020-09-24
Naldo	8	1	Datas importantes:	2020-09-24
Naldo	8	1	Datas importantes:	2020-09-24
Genival Miranda	1	3	VDI TI na Nuvem:	2020-09-25
Genival Miranda	1	4	AACs:	2020-09-25
Genival Miranda	1	9	Email Institucional	2020-09-25
Naldo	1	6	AURA Regras AACs:	2020-09-25
Naldo	6	2	Como Acessar	2020-09-25
Naldo	6	2	Como Acessar	2020-09-26

Conclusões

A contribuição para a implementação do *COOrdBOT* foi que por mais que se faça o envio dos procedimentos via e-mail, por muitas vezes estes não são lidos pelos alunos,

por diferentes motivos. Portanto, leva este aluno a buscar respostas junto a coordenação de seu curso, apoio acadêmico ou a secretaria. Mesmo com o uso da ferramenta de mensagens WhatsApp não se consegue alcançar todos os alunos, pois muitos por preferência não participam dos grupos destas redes sociais.

Outro ponto avaliado foi que mesmo os alunos que estão nos grupos de redes sociais, muitos acabam não acompanhando as comunicações institucionais enviadas. Isto ocorre pelo envio de dezenas de mensagens que rapidamente mudam de assunto e fazem com que informações importantes fiquem distantes das leituras dos alunos.

Observa-se ainda que a ferramenta poderia ser utilizada para exemplificação de situações reais relacionadas as disciplinas do semestre letivo, pois muitas vezes os professores utilizam-se de exemplos com foco acadêmico ou apenas teórico que os distanciam do mundo corporativo.

A seguir será apresentado de forma sucinta, conforme depoimento de alguns alunos do curso de ADS, sobre os principais pontos positivos avaliados em um mês da utilização do aplicativo por parte dos alunos:

- Satisfação do aluno em ter a informação centralizada, resumida e disponível vinte e quatro horas por dia.
- Uso dos recursos aplicados ao aplicativo para as aulas práticas das disciplinas pertencentes as grades dos currículos AURA - 220 e 118.
- Redução das consultas aos canais de atendimento da Unidade Estácio Curitiba por parte dos alunos do curso de ADS.
- Redução da ida do aluno a Unidade para obtenção de respostas sobre procedimentos simples.

Logo, o desenvolvimento deste trabalho se aproximou dos objetivos propostos para esta pesquisa, que em grande parte é resultado da própria experiência pessoal e profissional dos autores, no que tange vivenciar o mundo acadêmico do ensino superior nas demandas aqui apresentadas.

Visa também por meio de seus atores a projeção de novas possibilidades de construção frente aos problemas diagnosticados. E ainda, serve como revisor daquilo que foi planejado, ou seja, propor uma ferramenta que possibilite dirimir as principais dúvidas

dos alunos em relação as questões acadêmicas, pedagógica e administrativas financeiras, neste momento atípico de pandemia e isolamento social que todos estão vivendo.

Este aplicativo *Telegram COOrdBOT* pode ser um potente instrumento de gestão quando utilizado desde o planejamento, até a sua efetivação, passando pelos seus ajustes a serem realizados no decorrer de sua trajetória e considerando também a importância do processo decisório no que tange ao seu desenvolvimento, manutenção, aperfeiçoamento e mudanças que se fizerem necessárias.

Palavras-chave

Aplicativo Telegram; Plataforma de troca de mensagens entre aparelhos celulares. Tecnologia da Informação e Comunicação numa IES;

Referências

BONETI, Lindomar Wessler. Políticas públicas por dentro. Ijuí: Unijuí, 2006.

<https://devcenter.heroku.com/articles/deploying-java>

KUROSE, J. F; ROSSA, Keith W. Redes de Computadores e a Internet: uma abordagem top-down [BV:PE]. 6.ed. São Paulo: Pearson, 2013. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/3843/pdf>

LIMA, Manolita Correia. Monografia: a engenharia da produção acadêmica. São Paulo: Saraiva, 2004.

MENDES, Douglas. Programação Java com Ênfase em Orientação a Objetos. São Paulo, Novatec, 2009.

MENDES, Douglas. Programação Java em Ambiente Distribuído. São Paulo, Novatec, 2011.

NETO, Manuel V de S. Computação Em Nuvem - Nova Arquitetura de TI [BV:PE]. Rio de Janeiro: Brasport, 2015. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/160695>

PORTER, Michael E. Estratégia competitiva. 7.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

Roger S. Pressman, Software Engineering: a Practitioner's Approach, European Edition, McGraw-Hill, 2014

SEBESTA, Robert W. Conceitos de Linguagens de Programação. 11ª.ed. Porto Alegre: Bookman, 2018. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582604694/>

SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de Software [BV:PE]. 10ª.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/168127/pdf>

TANEMBAUM, A.; STEEN, M. Sistemas Distribuídos: Princípios e Paradigmas [BV:PE]. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/411>

AUTORES

Alexandre Godoy Dotta	Isadora Tonet Assad
Aline Daiene Olegário Asth Dias	Isaías Lorenzo Caballero
Amanda Cieslak Kapp	Janice Mendes da Silva
Ana Beatriz de Oliveira Guimarães	Jean Carlo Anselmo Ribeiro
Ana Caroline da Silva	Jean Marcelo da Costa Sales
Andrés Pérez Montilla	João Humberto Teotônio de Castro
Andressa Scheer Gusso	João Paulo Jacob
Andriele Andrade	Jocely Aparecida Burda
Arivonil dos Santos Matoski Junior	José Ma. Cardeñoso Domingo
Arthur Luiz Gomes	José Osório do Nascimento Neto
Aymara Conceição W B Della Coletta	Juliana Dela Justina Oliveira Prost
Barbara Dias Largura	Juliano Roberto Silva C de Oliveira
Beatriz Souza Buffon	Karina Silva Flores
Bianca Siqueira dos Santos	Larissa Vieira
Brenda Yeskrah Azevedo Braz Monteiro	Lucimara Bortoleto Candiotto
Bruna Fernanda de Souza	Luiz Roberto Zanotti
Clauana Stephany Padilha Goes	Ma. Del Pilar Sánchez Nieves
Claudia L. Juliato Araújo	Maíra Silva Marques da Fonseca
Clécio Siegfried Steinthaler	Marco Antônio Severo Flôres
Cristhiane Anete Neiverth	Margarete Terezinha de A. Costa
Cristiane Carlesso Ormeneze	Mariana Moyme Larla de Almeida Boza
Cristiane Leamari de Castro Osternack	Marjorie Rodrigues Wanderley
Diego Lago Taschetto	Natália Beatriz Petrin e Souza
Douglas Rocha Mendes	Nathália Barbosa Alves
Edlaine Claudia Tamanini	Paola Lopes Montanheiro
Enrique Manuel Pérez Laynez	Rafaela Sionek
Ester Marlene Kurtz	Renata Cristina Fabri
Everton Alves da Silva	Rodrigo Fernandes Pissetti
Fabio Luciano Iachtechen	Rodrigo Jamnik Frumento
Gabriela Cristina M. Machado Tod	Rosângela Ribeiro Pedroso dos Santos
Gabriela Scheffel Fernandes	Sibhelle Katherine Nascimento
Graciele Lourenço Martins	Sonali Quinsler
Heloísa Sandri	Thaís Lima Balbino
Heloiza Inez Bertagnolli	Thaliany Boss Stival
Herickes Osmar de Oliveira	Thawanne Larissa Cruz da Silva
Hugo Eduardo Meza Pinto	Valquiria dos Santos
Isabella da Rosa Trevisan	Verone Lane Rodrigues
Isabella Garcia Noal	Willian de Paula de Moraes

CONSELHO EDITORIAL GRD

Alexandre Godoy Dotta - Doutor e Mestre em Educação. Especialista em Administração, em Metodologia do Ensino Superior e em Metodologia do Conhecimento e do Trabalho Científico.

Eneida Desiree Salgado - Mestre e doutora em Direito do Estado. Estágio de pós-doutoramento na *Universidad Nacional Autónoma de México* e em Ciência Política da UFPR. *Visiting scholar* na Universidade da Califórnia. Professora do PPGD da UFPR, líder do NINC e coordenadora do Política Por/De/Para Mulheres.

Leticia Regina Camargo Kreuz - Doutora e Mestre em Direito do Estado. Bolsista pela Pesquisadora do NINC e do Política por/de/para Mulheres. Especialista em Direito Administrativo no Instituto Romeu Felipe Bacellar

Maíra Silva Marques da Fonseca - Graduação e Mestrado em Direito pela UFPR e Doutorado em Direito USP.

Nadia Maria Guariza - Graduada, mestra e doutora em História pela UFPR. Professora do Mestrado em História na UniCentro. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero.

Ozias Paese Neves - Estágio pós-doutoral em História na Universidade de São Paulo (USP). Doutor em História pela UFPR, com estágio na *Università degli Studio di Genova*, Mestre em História pela UFPR Graduado em história pela UTP e em Direito pela UniCuritiba. Professor da USP.

Rodrigo Alvarenga - Doutor em Filosofia, com estágio na *Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne)*. Professor do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas da PUCPR. Líder do Grupo de pesquisa em Direitos humanos, saúde mental e políticas públicas e membro do Grupo de pesquisa Direitos Humanos e Fluxos Migratórios.

Ronaldo Ferreira de Araujo - Doutor e Mestre em Ciência da Informação. Graduação em Ciência da Informação pela PUC Minas. Professor visitante na Universidade do Porto. É Professor na PPGCI/UFAL e PPG-GOC/UFMG. Líder do Laboratório iMetrics e pesquisador do GPolÍTICS e do INCT-DD.

Vivian Cristina Lima López Valle - Doutora e Mestre em Direito. Estágio de Pós-doutorado pela *Universitat Rovira i Virgili*. Especialização em Direito Administrativo pelo IBEJ e em Contratação Pública pelo Centro de Estudos de Direito Público e Regulação pela Universidade de Coimbra. Líder do GESPAD vinculado ao NUPED/PUCPR.

Luiz Alberto Blanchet - Doutor e Mestre em Direito pela UFPR. Graduado em Direito pela PUCPR. Professor do PPGD/PUCPR e Membro Catedrático da ABDConst.

Copyright © 2021 FATEC
GRD Editora LTDA

Rua José Zalenski, 60 – Capão Raso
Curitiba-PR CEP 81312-110
CNPJ 10.632.153/0001-05
Desde 2009



AUTORES

Alexandre Godoy Dotta
Aline Daiene Olegário Asth Dias
Amanda Cieslak Kapp
Ana Beatriz de Oliveira Guimarães
Ana Caroline da Silva
Andrés Pérez Montilla
Andressa Scheer Gusso
Andriele Andrade
Arivonil dos Santos Matoski Junior
Arthur Luiz Gomes
Aymara Conceição W B Della Coletta
Barbara Dias Largura
Beatriz Souza Buffon
Bianca Siqueira dos Santos
Brenda Yeskrah Azevedo Braz Monteiro
Bruna Fernanda de Souza
Clauana Stephany Padilha Goes
Claudia L. Juliato Araújo
Clécio Siegfried Steinthaler
Cristhiane Anete Neiverth
Cristiane Carlesso Ormeneze
Cristiane Leamari de Castro Osternack
Diego Lago Taschetto
Douglas Rocha Mendes
Edlaine Claudia Tamanini
Enrique Manuel Pérez Laynez
Ester Marlene Kurtz
Everton Alves da Silva
Fabio Luciano Iachtechen
Gabriela Cristina M. Machado Tod
Gabriela Scheffel Fernandes
Graciele Lourenço Martins
Heloísa Sandri
Heloiza Inez Bertagnolli
Herickes Osmar de Oliveira
Hugo Eduardo Meza Pinto
Isabella da Rosa Trevisan
Isabella Garcia Noal
Isadora Tonet Assad
Isaías Lorenzo Caballero
Janice Mendes da Silva
Jean Carlo Anselmo Ribeiro
Jean Marcelo da Costa Sales
João Humberto Teotônio de Castro
João Paulo Jacob
Jocely Aparecida Burda
José Ma. Cardeñoso Domingo
José Osório do Nascimento Neto
Juliana Dela Justina Oliveira Prost
Juliano Roberto Silva C de Oliveira
Karina Silva Flores
Larissa Vieira
Lucimara Bortoleto Candiottto
Luiz Roberto Zanotti
Maria Del Pilar Sánchez Nieves
Maíra Silva Marques da Fonseca
Marco Antônio Severo Flôres
Margarete Terezinha de A. Costa
Mariana Moyme Larla de Almeida Boza
Marjorie Rodrigues Wanderley
Natália Beatriz Petrin e Souza
Nathália Barbosa Alves
Paola Lopes Montanheiro
Rafaela Sionek
Renata Cristina Fabri
Rodrigo Fernandes Pissetti
Rodrigo Jamnik Frumento
Rosangela Ribeiro Pedroso dos Santos
Sibhelle Katherine Nascimento
Sonali Quinsler
Thaísa Lima Balbino
Thaliany Boss Stival
Thawanne Larissa Cruz da Silva
Valquiria dos Santos
Verone Lane Rodrigues
Willian de Paula de Morae

ISBN 978-65-992732-7-8

